

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS**

LUCINEI MARIA BERGAMI

**DITADURA MILITAR BRASILEIRA E VIOLÊNCIA DE GÊNERO EM *TROPICAL  
SOL DA LIBERDADE*, DE ANA MARIA MACHADO**

VITÓRIA  
2024

LUCINEI MARIA BERGAMI

**DITADURA MILITAR BRASILEIRA E VIOLÊNCIA DE GÊNERO EM *TROPICAL  
SOL DA LIBERDADE*, DE ANA MARIA MACHADO**

Defesa de Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras – Doutorado em Letras – do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Letras.

Orientador: Prof. Dr. Nelson Martinelli Filho.

VITÓRIA/ES  
2024

**Dados internacionais de catalogação-na-publicação (CIP)  
(Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas e Naturais da  
Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)**

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de  
Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

---

B493d BERGAMI, LUCINEI MARIA, 1965-  
DITADURA MILITAR BRASILEIRA E VIOLÊNCIA DE  
GÊNERO EM TROPICAL SOL DA LIBERDADE, DE ANA  
MARIA MACHADO / LUCINEI MARIA BERGAMI. - 2024.  
145 p.

Orientador: NELSON MARTINELLI FILHO.  
Tese (Doutorado em Letras) - Universidade Federal do  
Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. FICÇÃO. 2. DITADURA. 3. LITERATURA. 4.  
MEMÓRIA. 5. RESISTÊNCIA. 6. TESTEMUNHO. I.  
MARTINELLI FILHO, NELSON. II. Universidade Federal do  
Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. III.  
Título.

CDU: 82

---

Lucinei Maria Bergami

**“DITADURA MILITAR BRASILEIRA E VIOLÊNCIA DE GÊNERO EM  
TROPICAL SOL DA LIBERDADE, DE ANA MARIA MACHADO”**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras do Centro de Ciências Humanas e Naturais, da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do Grau de Doutora em Letras.

Aprovada em 21 de novembro de 2024.

Comissão Examinadora:

**Prof. Dr. Nelson Martinelli Filho (UFES)**  
Orientador e Presidente da Comissão

**Profª Drª Fabíola Simão Padilha Trefzger (UFES)**  
Examinadora Interna

**Prof. Dr. Gaspar Leal Paz (UFES)**  
Examinador Interno

**Prof. Dr. Weverson Dadalto (UFES)**  
Examinador Externo

**Prof. Dr. Marcelo Durão Rodrigues da Cunha (UFES)**  
Examinador Externo





### Ficha de aprovação - Lucinei Maria Bergami PPGL

Data e Hora de Criação: 13/11/2024 às 15:05:17

Documentos que originaram esse envelope:

- Ficha de aprovação.pdf (Arquivo PDF) - 1 página(s)



### Hashs únicas referente à esse envelope de documentos

[SHA256]: 74c1cab2fdd223964c5fff585e7791e43c6bc4896aefa4381ac82275d396529

[SHA512]: 1040d70c8277215095c63b37f3c88cad8dd23c88ae18fbb025014dc2e49ccb4c65375ddc1a563e80dce92fdb819a5eb619612296515846bb08e62c55255d

### Lista de assinaturas solicitadas e associadas à esse envelope



#### ASSINADO - Fabiola Simão Padilha Trefzger (fabiolapadilha27@gmail.com)

Data/Hora: 22/11/2024 - 13:25:35, IP: 179.82.182.177

[SHA256]: 530e0ea925815ef2a1adb9b387e0723ff0e7011418b3966e3e8bb46db682b3d9



#### ASSINADO - Gaspar Leal Paz (gaspar.paz@ufes.br)

Data/Hora: 22/11/2024 - 07:03:13, IP: 187.36.171.68

[SHA256]: ec7e75b076b9470e677e8622527714f40c571ab231a4e4e11f85af6eb758115d



#### ASSINADO - Marcelo Durão Rodrigues da Cunha (marcelo.cunha@ifes.edu.br)

Data/Hora: 22/11/2024 - 12:50:24, IP: 200.137.82.140

[SHA256]: 30bf10ec5ab9940938c807bb0eba369f266d2dad5e610b222d2e4c53ae550666



#### ASSINADO - Nelson Martinelli Filho (nelsonmfilho@gmail.com)

Data/Hora: 22/11/2024 - 07:22:21, IP: 191.201.61.98, Geolocalização: [-20.280175, -40.292325]

[SHA256]: 6000e6532755430fa53e309642cb499fba5717e8c81a33d91d032fda15f9b0cd



#### ASSINADO - Weverson Dadalto (weversondadalto@gmail.com)

Data/Hora: 22/11/2024 - 08:34:42, IP: 187.36.175.253

[SHA256]: 53aac6d36d9b175f9ade0e7a401e97a749a0e2cb77330166e570ce8938cc224f

### Histórico de eventos registrados neste envelope

22/11/2024 13:25:35 - Envelope finalizado por fabiolapadilha27@gmail.com, IP 179.82.182.177

22/11/2024 13:25:35 - Assinatura realizada por fabiolapadilha27@gmail.com, IP 179.82.182.177

22/11/2024 12:50:24 - Assinatura realizada por marcelo.cunha@ifes.edu.br, IP 200.137.82.140

22/11/2024 12:50:12 - Envelope visualizado por marcelo.cunha@ifes.edu.br, IP 200.137.82.140

22/11/2024 08:34:42 - Assinatura realizada por weversondadalto@gmail.com, IP 187.36.175.253

22/11/2024 08:34:36 - Envelope visualizado por weversondadalto@gmail.com, IP 187.36.175.253

22/11/2024 07:22:21 - Assinatura realizada por nelsonmfilho@gmail.com, IP 191.201.61.98

22/11/2024 07:03:13 - Assinatura realizada por gaspar.paz@ufes.br, IP 187.36.171.68

22/11/2024 07:02:57 - Envelope visualizado por gaspar.paz@ufes.br, IP 187.36.171.68

21/11/2024 15:00:01 - Envelope registrado na Blockchain por notificacao@astenassinatura.com.br

21/11/2024 15:00:01 - Envelope encaminhado para assinaturas por notificacao@astenassinatura.com.br

13/11/2024 15:05:18 - Envelope criado por barbaragarschagen+1@gmail.com, IP 200.137.65.102

Aos meus pais, in memoriam, Anacleto e Antonieta, que na escola da vida se tornaram doutores na arte de transmitir virtudes, valores éticos e morais. Meus exemplos de força, coragem e honradez.

Aos meus irmãos, in memoriam, Amilton, Antônio, Armindo e Vera: mãos estendidas, olhares carinhosos e gestos cuidadosos, desde os meus primeiros momentos fora do aconchego uterino.

Aos meus irmãos, que seguem ainda neste plano comigo, Valentim, Alzira e Penha, pelo carinho e presença constantes, sempre ao meu lado, essenciais em cada etapa desta jornada.

Aos meus filhos, Patrick e Mayara, bênçãos que o Senhor me concedeu.  
Aos meus netos, Liz e Gustavo, pontes de retorno à criança que habita em mim.  
Ao companheiro de jornada, Vanderley.

## AGRADECIMENTOS

Dos tantos momentos transformados em oportunidades, é este mais um, porém, único nesta empreitada: a de manifestar minha gratidão! Eis, entretanto, que me fogem as palavras capazes de comunicar, em poucas linhas, como pulsa meu coração, pelo êxtase que inunda meu ser. Envolta por sensações tão intensas, que parecem ultrapassar a realidade, as lembranças chegam em disparada, atropelando-se e sobrepondo-se, competindo freneticamente por um espaço nesta página! Sinto-me incapaz de ajustá-las! É, pois, ciente dessa carência, que ousou contemplar a todas.

Fecho, então, os olhos! Estendo a mão e posso sentir incontáveis e distintos toques. Rememoro, neste momento ímpar, olhares carinhosos e solidários que, apesar de seus paradoxais silêncios, sussurravam palavras de incentivo e confiança na minha trajetória. Posso ainda experimentar um afago caloroso e protetor Daquele que, sem dúvida, foi meu sustento nessa caminhada, o meu Deus, a Quem, primeiramente agradeço e louvo, por prover muito mais do que penso merecer, em todos os aspectos da minha vida.

Ao meu querido pai e à minha adorada mãe (in memoriam) que, vencendo os desafios de uma vida inteira de luta, como analfabetos que eram, e exatamente por isso, creio eu, não mediram esforços que me permitissem encontrar nas letras o combustível para meu sucesso.

Aos meus irmãos Amilton, Antônio, Armindo e à minha irmã Vera, que, apesar do adeus precoce, não se foram para sempre, pois permanecem em um lugar especial, que sempre foi deles, meu coração.

Aos meu irmão, Valentim, e às minhas irmãs, Alzira e Penha, que, aqui neste mundo, seguem caminhando ao meu lado, nessa provisória empreitada da vida.

Ao meu esposo Vanderley, pelo apoio e compreensão de uma vida juntos, especialmente nos momentos em que o privei de minha companhia, para entrar na corrida a que me propus, rumo a este momento.

Ao meu filho e à minha filha, meus bens maiores, minhas realizações mais significativas, pelo carinho, cuidado e compreensão por cada ato falho e por cada momento de ausência.

Minha gratidão emocionada à minha neta e ao meu neto, por colorirem minha vida, por me permitirem experimentar um sentimento indescritível e por extraírem de mim a gargalhada gostosa – a tempo contida –, o riso leve, sem o peso da vivência do meu “destino de mulher”.

Gratidão também ao meu genro, Clauber, e à minha nora, Ana Claudia. Destinados por Deus, cruzaram nossos caminhos e o embelezam, oferecendo bálsamo a este coração de mãe, tornando-se, pois, filhos do coração!

Não poderia deixar de agradecer às amigas Fernanda, Michelli e Elizabete Gerlânia, eleita amiga/irmã de todas as horas, que, mesmo à distância, consegue iluminar meus caminhos, dado o alcance do reflexo de sua luz.

Neste protocolo de agradecimento, estendo minha homenagem a todos(as) professores(as) do mestrado e do doutorado do Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Ciente de minha limitação como acadêmica, que desconhecia o processo de aprendizagem investigativa e produtora de conhecimento, para não mencionar outras tantas dificuldades, silenciosa e insegura, porém atenta às reflexões e argumentações surgidas, buscava sorver o máximo possível de tudo que esses mestres tinham a oferecer. Mesmo um tanto descrente de minha capacidade em lograr êxito ao final da caminhada, seguia firme. Cada passo me conduzia a conhecimentos fomentadores do desejo por mais e mais. A trajetória, galgada lentamente, nutria-me de esperanças. Não poderia deixar de registrar, dada a relevância que considero ter essa menção, para além do indiscutível profissionalismo e conhecimento dos professores, as atitudes humanizadas, por parte de todos que tive o privilégio de ter como docentes. Se assim não tivesse sido, certamente não estaria tendo a honra de escrever essas palavras, uma vez que os desafios enfrentados por alguns estudantes, não raramente os levam à desistência. Por isso, gratidão pelo incentivo, pela compreensão, pelo olhar e pelas atitudes solidárias que, nos diversos momentos em que pensei em desistir, foram mãos que me seguraram e não viraram as costas ao meu sonho. Isso foi, sem

sombras de dúvidas, em grande parte, o que me incentivou a levantar das quedas, a vencer os medos, a insegurança e a descrença em mim mesma.

Dedico um agradecimento especial, envolto de saudade, à minha professora e orientadora do mestrado e do início do doutorado, Dra. Jurema Oliveira (in memoriam), pelo acolhimento e pelas orientações que não ficaram restritas à aplicabilidade do campo acadêmico. Ultrapassando os muros da universidade, enriqueceram minha experiência e potencializaram minha capacidade de enfrentar e transformar realidades.

Não menos especial é o agradecimento ao meu professor e orientador, Dr. Nelson Martinelli Filho, pela acolhida generosa em um momento delicado de perda, pela orientação e por tantos ensinamentos. Reitero, ainda, minha admiração pelo seu conhecimento e profissionalismo.

Destaco e reconheço o imprescindível papel dos avaliadores, internos e externos, da banca que analisou esta tese, Profa. Dra. Fabíola Simão Padilha Trefzger, Prof. Dr. Gaspar Leal Paz, Prof. Dr. Marcelo Durão Rodrigues da Cunha e Prof. Dr. Weverson Dadalto. Agradeço imensamente pela generosidade de todos ao aceitarem ler e tecer reflexões indispensáveis ao aprimoramento deste trabalho.

*Não percam a coragem!* – Lembrem-se dos primeiros dias, depois que vocês foram iluminados: vocês tiveram que suportar uma grande e penosa luta, ora expostos publicamente a insultos e tribulações, ora tornando-se solidários com aqueles que assim eram tratados. De fato, vocês participaram do sofrimento dos prisioneiros e aceitaram com alegria ser despojados dos próprios bens, sabendo que possuíam bens que são melhores e mais duráveis. Portanto, não percam agora a coragem, para a qual está reservada uma grande recompensa (Hebreus 10, 32-35).

## RESUMO

A partir da leitura de *Tropical sol da liberdade* (2012), obra romanesca da escritora carioca Ana Maria Machado (1941), este texto investiga a trajetória da personagem Helena, antes, durante e depois de seu exílio, em razão da Ditadura Militar brasileira. As lembranças do tempo da infância, da juventude e da vida adulta da protagonista, em especial do período anterior e posterior ao seu exílio, além do diálogo que estabelece com a mãe Amália, dão testemunho da época ditatorial e do sofrimento de uma coletividade. Tendo por base esse contexto narrativo, a pesquisa apoia-se em aspectos que remontam a acontecimentos reais da ditadura, ao papel social da mulher, à violência de gênero perpetrada pelo regime, bem como aos rastros deixados pelos militares durante os 21 anos de repressão. Não sem motivo, para o desenvolvimento desta investigação contou-se com as contribuições dos estudiosos Márcio Seligmann-Silva, Wilberth Salgueiro, Jaime Ginzburg, Regina Dalcastagnè, Jeanne Marie Gagnebin, Nelson Martinelli Filho, Edward Said, Shoshana Felman, Aleida Assmann, Paul Ricoeur, entre outros. Esta tese, assim, une-se às vozes que clamam pelo não esquecimento das catástrofes mundiais, das ditaduras, do extermínio em massa e de qualquer tipo de violência imputada à mulher.

Palavras-chave: gênero; testemunho; ditadura militar; *Tropical sol da liberdade*; Ana Maria Machado.

## ABSTRACT

Based on a reading of *Tropical sol da Liberdade* (2012), a novel by Rio de Janeiro writer Ana Maria Machado (1941), this text investigates the trajectory of the character Helena, before, during and after her exile, due to the Brazilian Military Dictatorship. The memories of the protagonist's childhood, youth and adult life, especially the period before and after her exile, in addition to the dialogue she establishes with her mother Amália, bear witness to the dictatorial era and the suffering of a community. Based on this narrative context, the research is based on aspects that date back to real events during the dictatorship, the social role of women, gender-based violence perpetrated by the regime, as well as the traces left by the military during the 21 years of repression. Not without reason, the development of this investigation included the contributions of scholars Márcio Seligmann-Silva, Wilberth Salgueiro, Jaime Ginzburg, Regina Dalcastagnè, Jeanne Marie Gagnebin, Nelson Martinelli Filho, Edward Said, Shoshana Felman, Aleida Assmann, Paul Ricoeur, between others. This thesis, therefore, joins the voices that call for not forgetting global catastrophes, dictatorships, mass extermination and any type of violence attributed to women.

Keywords: gender; testimony; military dictatorship; tropical sun of freedom; Ana Maria Machado.

## RESUMEN

A partir de la lectura de *Tropical sol da liberdade* (2012), obra novelística de la escritora carioca Ana Maria Machado (1941), este texto investiga la trayectoria de la personaje Helena, antes, durante y después de su exilio, a causa de la Dictadura Militar brasileña. Las rememoraciones del tiempo de la infancia, juventud y vida adulta de la protagonista, especialmente del período anterior y posterior a su exilio, además del diálogo que establece con su madre Amália, dan testimonio de la época dictatorial y del sufrimiento de una colectividad. Basándose en este contexto narrativo, la investigación se apoya en aspectos que evocan acontecimientos reales de la dictadura, el papel social de la mujer, la violencia de género perpetrada por el régimen, así como los rastros dejados por los militares durante los 21 años de represión. No sin razón, para el desarrollo de esta investigación se contó con las contribuciones de los estudiosos Márcio Seligmann-Silva, Wilberth Salgueiro, Jaime Ginzburg, Regina Dalcastagnè, Jeanne Marie Gagnebin, Nelson Martinelli Filho, Edward Said, Shoshana Felman, Aleida Assmann, Paul Ricoeur, entre otros. Esta tesis, así, se une a las voces que claman por el no olvido de las catástrofes mundiales, las dictaduras, el exterminio en masa y cualquier tipo de violencia infligida a la mujer.

Palabras clave: género; testimonio; dictadura militar; Sol tropical de libertad; Ana María Machado.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>14</b>
<b>1. DITADURA MILITAR BRASILEIRA: ECOS EM <i>TROPICAL SOL DA LIBERDADE</i></b>	<b>23</b>
1.1 MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA: ECOS DA RESISTÊNCIA NA DITADURA	25
1.2 TESTEMUNHO: UM ATO DE RESISTÊNCIA	40
<b>2. UMA MENTE NO INVERNO: O EXÍLIO EM <i>TROPICAL SOL DA LIBERDADE</i></b>	<b>52</b>
2.1 ESCRITA: MORADA E PROTEÇÃO NA TRAVESSIA	62
2.2 HISTÓRIA E FICÇÃO: UM ENTRELAÇAMENTO	83
<b>3 VIOLÊNCIA DE GÊNERO EM <i>TROPICAL SOL DA LIBERDADE</i></b>	<b>101</b>
3.1 O PERDURAR DAS MARCAS: NO CORPO, NA ALMA, NO TEMPO	113
3.2 MEANDROS DA MEMÓRIA: ENTRE O LEMBRAR E O ESQUECER <sup>1</sup> Erro! Indicador não definido. <sup>9</sup>	
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>131</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>136</b>

## INTRODUÇÃO

Aninha e suas pedras  
 Não te deixes destruir...  
 Ajuntando novas pedras  
 e construindo novos poemas.

Recria tua vida, sempre, sempre.  
 Remove pedras e planta roseiras e faz doces. Recomeça.

Faz de tua vida mesquinha  
 um poema.  
 E viverás no coração dos jovens  
 e na memória das gerações que hão de vir.

Esta fonte é para uso de todos os sedentos.  
 Toma a tua parte.  
 Vem a estas páginas  
 e não entres seu uso  
 aos que têm sede.  
 (Cora Coralina, 2008, p. 243)

As leituras acerca de questões de gênero, empreendidas nas pesquisas para o mestrado e que encorpam minha dissertação, intitulada “O trançar de uma trajetória: o feminino em *Bisa Bia, Bisa Bel*, de Ana Maria Machado” (2015), chamaram consideravelmente minha atenção. Isso ocorreu devido à sutileza com que Ana Maria Machado articula estética e criticamente a linguagem, favorecendo, a exemplo do poema “Aninha e suas pedras” – outubro, 1981 –, de Cora Coralina, reflexões sobre o ato de a mulher remover “pedras”, quer seja, superar obstáculos para se desvencilhar da função que lhe foi imposta por uma sociedade predominantemente patriarcal. Não sem motivo, recriando a “vida sempre, sempre”, conseguiu “plantar roseiras e fazer doces”. Enfim, mudou seus caminhos e destino, tornando-os, em certa medida, repletos de beleza e sabor.

Sedenta por saber como a dureza da “pedra” cedeu lugar à delicadeza das “rosas” e ao sabor “doce”, capaz de diminuir o amargo da vida, debruicei-me sobre as páginas de *Tropical sol da liberdade*, narrativa que “flui entre a memória e o presente, entre realidade e ficção, [...] expõe as feridas abertas pela ditadura militar e as tentativas de cura daqueles que sofreram com esse conturbado período da história brasileira” (orelha). Por assim ser, direcionei o olhar às pedras – a função social da mulher em tempos de ditadura, a violência perpetrada a elas e as mazelas impostas pelo regime ditatorial – e, em diálogo com meu orientador suscitou-me o desejo de compreender,

por intermédio das memórias da personagem Helena<sup>1</sup> e sua interlocução com a mãe Amália, como se evidenciam tais questões nesse romance. Busquei refletir, então, sobre a literatura de teor testemunhal e abordar temas referentes ao feminino e à violência de gênero, tencionando responder às seguintes indagações: a) *Tropical sol da liberdade* pode ser inserido no rol das narrativas de testemunho? b) Quais as condições das mulheres que lutaram contra o período ditatorial e de que forma a violência de gênero se faz ver na obra?

Eis o porquê *Tropical sol da liberdade* ter sido escolhido como *corpus* desta pesquisa. Para tanto, inicialmente, tornou-se necessário compreender um pouco mais sobre a autora nascida em Santa Teresa, no Rio de Janeiro, ganhadora de inúmeros prêmios. Ana Maria Machado despontou na literatura a partir da publicação de sua tese de doutorado, que resultou no livro *Recado do nome* (1976). Esse foi o início de sua vida vincada na arte da palavra. Muitas foram as obras por ela criadas. Estas revelam traços e deixam rastros de uma profissional comprometida em trazer para reflexão, entre outros aspectos, as consequências de fatos históricos que marcaram profundamente uma época.

Ana Maria Machado, portanto, desde muito cedo, a caminho de se tornar a escritora de renome em tempos hodiernos, com destaque no campo da literatura infantil, infanto-juvenil e romanesca, célebre nacional e internacionalmente, já reconhecia na palavra o poder de transformação. Isso certamente contribuiu para que suas obras, como é o caso da narrativa analisada, gerassem reflexões, colaborando assim para que seus leitores tivessem acesso aos pormenores da história, por vezes ocultados pelos que desejaram/desejam apagar os rastros do período ditatorial no Brasil, que denunciam o sofrimento de uma grande parcela da sociedade. Entre essas pistas estão os rastros da maioria de suas vítimas, “apagados da história oficial e dos registros governamentais”, como salienta o pesquisador Nelson Martinelli Filho (2022a, p. 60). Favorecendo, pois, o trânsito entre o presente e o passado, por intermédio das lembranças de sua personagem, Ana Maria Machado exhibe as incertezas de uma geração marcada pela repressão. Esse trânsito é claramente percebido em *Tropical sol da liberdade*, publicado em 1988, período de redemocratização do país, e inspirado “nas experiências de exílio da autora na

---

<sup>1</sup> O nome da personagem é Maria Helena de Andrade, também chamada por Lena. Nesta tese, refiro-me a ela por meio de seu segundo nome, Helena.

França” (Zinani, 2010, p. 28-29). O degredo ocorreu de 1970 a 1972, após ser presa por fazer parte do grupo de resistência à ditadura militar. No romance, narrado em primeira e terceira pessoa e composto por quinze capítulos, a trajetória da personagem principal, Helena, vai se revelando, à medida que ela revisita seu passado e rememora, junto à mãe, difíceis tempos, entre eles, os da ditadura. Apesar de constar na trama a figura masculina, o enredo se desenvolve praticamente em torno de mulheres que falam sobre suas dores, desilusões, humilhações, entre outras violências sofridas, simbólicas ou não.

Helena, que assim como sua criadora também se exilou em razão do regime ditatorial, retornou à casa da infância, findo o desterro, em busca da vida anterior e do reencontro com a família. A personagem, uma jornalista que desejava produzir uma peça teatral, como forma de registro dos acontecimentos no período da ditadura e do tempo em que ficou exilada, estava passando por crises conjugais, além de um grave problema de saúde. “Assim, a estada na casa de sua mãe, à beira da praia, possibilita-lhe a realização de uma viagem ao seu interior e a tentativa de equacionamento de seus problemas” (Zinani, 2010, p. 28-29). Isso permitiu que ela refletisse sobre a aspiração de contar sua vida de desterro e como fazê-lo, tendo em vista suas condições de saúde.

Como pesquisadora da obra de Ana Maria Machado, por ter “sede”, tive acesso a diversos estudos sobre a trajetória literária da escritora, seja no universo infantil e infanto-juvenil, seja no campo direcionado ao público adulto. Destaco entre os vários trabalhos referentes a *Tropical sol da liberdade*, não menos importantes, as contribuições – dissertações de mestrado extraídas do Banco de Teses da Capes – de Claudiomiro Vieira da Silva: “A reinvenção do passado em *Tropical sol da liberdade*”<sup>2</sup>; de Maria Edna Silva Pereira Oliveira: “Do silêncio à narrativa: a memória em *Tropical sol da liberdade*, de Ana Maria Machado”<sup>3</sup>; de Camila Marchesan Cargnelutti: “Opressão política e políticas da opressão: gênero, história e memória em

---

<sup>2</sup> Silva (2005) toma a História – o período da ditadura militar – como ponto de partida para a leitura do romance como uma produção de teor autobiográfico.

<sup>3</sup> Oliveira (2014, p. 8) analisa como a memória da ditadura é representada em *Tropical sol da liberdade*, destacando que no romance, “[...] a preservação e o enfrentamento de memórias dolorosas relacionadas ao contexto da ditadura militar precisam ser assimilados pelo sujeito, a fim de construir uma perspectiva positiva no tempo presente”.

*Tropical sol da liberdade*<sup>4</sup>; de Jennifer Gabriele Rodrigues: “Articulação de memória e história no contexto ditatorial brasileiro a partir do ponto de vista feminino em *Tropical sol da liberdade*, de Ana Maria Machado”<sup>5</sup>; de Mirele Carolina Werneque Jacomel: “Na contramão da ordem vigente: a mulher no contexto da Ditadura Militar em *Tropical Sol da liberdade*, de Ana Maria Machado”<sup>6</sup> e o de Andrea Quilian de Vargas: “*Tropical sol da liberdade*: entre o mar e as amendoeiras, resgates e rupturas através da narrativa”<sup>7</sup>. Apresento ainda – da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da UFG – “Da ditadura ao exílio: identidade em *Tropical sol da liberdade*”<sup>8</sup>, de Aparecida de Fátima dos Reis Prado e a tese de doutorado – Repositório Institucional Unesp –, “Literatura e ditadura, entre a casa e a rua: ecos de resistência nos romances, *O pardal é um pássaro azul*, de Heloneida Studart e *Tropical sol da liberdade* de Ana Maria Machado”, de Evelyn Caroline de Mello<sup>9</sup>, publicada em 2019, com o título *Entre a casa e a rua: ecos de resistência à ditadura militar nos romances O pardal é um pássaro azul*, de Heloneida Studart, e *Tropical sol da liberdade*, de Ana Maria Machado.

A leitura desses e de outros trabalhos – livros, periódicos, entrevistas –, cuja “fonte é para uso de todos”, foram de grande relevância para esta pesquisa. Indo às páginas, tomei minha parte sem entraves para “beber” daquele conhecimento e compreender que, embora já tenham sido abordadas as temáticas sobre as quais me propus versar, as possibilidades de se agregar elos a essas leituras são inúmeras. Sustentada, portanto, pelas teorias e críticas de autores que tratam de temáticas de gênero e testemunho, a hipótese construída e dada a ver foi a de que a narrativa de Ana Maria

---

<sup>4</sup> Cargnelutti (2015, p. 8) apresenta em seu trabalho “[...] o processo de apropriação da literatura para dar voz a experiências e perspectivas femininas sobre contextos ditatoriais; a reflexão sobre as possibilidades da literatura de autoria feminina como uma forma de empoderamento e de atuação política e a contribuição para uma maior visibilidade de vozes literárias dissonantes, que mostram, em conjunturas pós-ditatoriais, outras versões, diferentes e em confronto com a história oficial ditatorial”.

<sup>5</sup> Rodrigues (2018) investiga a articulação entre memória e história no romance, tomando como base o contexto ditatorial e pós-ditatorial, fazendo uma revisão histórica do papel da mulher no universo literário, discutindo conceitos de memória e permanência e estabelecendo como eixos temáticos o abandono, a censura, o exílio, a repressão, a resistência e a tortura.

<sup>6</sup> Jacomel (2008) analisa a representação da personagem feminina, trazendo para discussão a participação, direta e/ou indireta, da mulher nas ações contra o governo militar de 1964.

<sup>7</sup> Vargas (2013, p.11) revela “[...] visões diferenciadas dos fatos da ditadura militar de 64: das mulheres, dos exilados, dos ‘ex-cêntricos’”.

<sup>8</sup> Prado (2018) contempla a ficcionalização da História, corporificada na ditadura militar de 1964, tomando como objeto de estudo os efeitos da transposição dos acontecimentos históricos para a literatura ficcional sobre a sensibilidade da autora.

<sup>9</sup> Considerando que a escrita do primeiro romance foi durante os Anos de Chumbo (1968-1974) e a do segundo, durante o período de abertura política, sendo publicado em tempos de democracia, Mello (2018) problematiza como ocorre nos romances a recomposição de traços da sociedade brasileira da época e se há resistência aos padrões sociais e políticos que se estabeleceram no país.

Machado não somente retrata questões relacionadas ao sujeito feminino, por meio de sua personagem principal, em uma vivência de transitoriedade entre o antes, o durante e o depois do exílio, como também, nessa trajetória, dá testemunho de um tempo que não pode ser esquecido, o da ditadura militar brasileira.

Os trabalhos referenciados, entre outros que discorrem sobre a obra, embora apresentem diferenças em determinadas temáticas e aspectos, cumprem o importante papel de registrar o valor da obra de Ana Maria Machado para se pensar a ditadura militar brasileira nas suas mais diversas vertentes. Nesse sentido, defendo *Tropical sol da liberdade* como um mosaico testemunhal daquilo que se encontra explicitado pelos acontecimentos históricos ficcionalizados e já documentados pela história oficial<sup>10</sup>.

Para discorrer sobre as características da literatura de teor testemunhal, que aborda a ditadura e o exílio, além das questões de gênero, com vista ao papel social da mulher e à violência a ela perpetrada – simbólica, física e/ou, hipoteticamente, psicológica –, contei com as contribuições de pesquisadores que versam sobre essas temáticas. Ademais, com o aporte teórico dos estudiosos referenciados nos parágrafos seguintes, busquei respostas aos questionamentos apresentados anteriormente, organizando minha trajetória em três capítulos.

O primeiro, “Ditadura militar brasileira: ecos em *Tropical sol da liberdade*”, versa sobre o período, com base nas contribuições de Elio Gaspari e de Marcos Napolitano, entre outros estudiosos. Para mais, com destaque para o depoimento de Maria Auxiliadora Guimarães, discorre sobre o regime brasileiro de exceção. Uma ditadura que afetou se não a todos, mas grande parcela da sociedade que, direta ou indiretamente, conheceu o furacão que engoliu vidas e deixou cicatrizes. Essas marcas, que se abrem em feridas, doem na alma dos descendentes dos mortos, dos desaparecidos, dos órfãos, dos que não puderem vivenciar o luto, daqueles que buscam justiça em nome de tantos que se foram, vítimas da truculência dos ditadores. São lesões que

---

<sup>10</sup> Em artigo intitulado “O historiador perante a história oficial” (2010, p. 92), Anita Leocádia Prestes assinala que em uma “[...] sociedade atravessada, e movida, por conflitos sociais, ou seja, numa sociedade onde há explorados e exploradores, onde há, portanto, classes antagônicas, a História é sempre uma construção que reflete os interesses dos grupos sociais dominantes, que controlam os meios de comunicação”. Em outras palavras: “[...] a História é uma construção das classes sociais que detém o poder e os meios de comunicação” e ocorre mesmo quando essa situação é “[...] mascarada, não estando explicitada, quando ela não é evidente”.

deixam marcas também naqueles que tiveram seus sonhos ceifados e que se juntam aos demais na luta pela justiça. As seções que o constituem – “Prosseguir: compromisso ético com os silenciados” e “Testemunho: um ato de resistência” – apoiam-se nas fundamentações críticas e teóricas dos estudiosos referenciados adiante.

A seção “Memória, verdade e justiça: ecos da resistência na ditadura” apresenta discussões que contribuem para o debate acerca da memória, da verdade e da justiça em meio à ditadura militar e nos convida a refletir sobre o profundo impacto desse período na vida dos brasileiros. A urgência de lembrar e debater essa época, preservando a memória coletiva para que as cicatrizes da história não sejam apagadas é explicitada, tornando-se um espaço de resistência, denunciando as atrocidades do regime e iluminando as experiências de quem sofreu com a violência estatal.

A segunda seção, “Testemunho: um ato de resistência” realiza análises em torno dos conceitos dos vocábulos testemunho e testemunha, com base nas proposições de Salgueiro e Jeanne Marie Gagnebin. Sobre a importância do testemunho como chave para se pensar a ética histórica e política, os argumentos se baseiam nos pressupostos de Márcio Seligmann-Silva e, também, em termos de estruturação psíquica, de Nelson Martinelli Filho. Ainda nessa perspectiva, as contribuições de Jaime Ginzburg corroboram para a reflexão sobre a formação estética para se pensar a ética. Na sequência, avultam considerações sobre a literatura de testemunho na América Latina e no Brasil, com relevo para a Lei da Anistia, entre outros debates relacionados à democracia e à ditadura. Isso se efetiva a partir das considerações dos pesquisadores supracitados, entre outros.

O segundo capítulo, “Uma mente no inverso: o exílio em *Tropical sol da liberdade*”, argumenta acerca da temática do desterro, tendo em vista que Helena deixou seu país para fugir da repressão. Além de vivenciar as adversidades inerentes ao seu afastamento da pátria mãe, a personagem testemunha situações diversas envolvendo não somente exilados brasileiros. Dessa forma, dá a ver também a situação de sujeitos afetados pela ditadura em seus países. Para discorrer acerca dessas questões, entre outros estudiosos, foram de extrema relevância as contribuições de Edward Said, Maria Rita Kehl e Marcelo Viñar.

“Escrita: morada e proteção na travessia”, primeira seção do referido capítulo, evidencia as abordagens sobre as diversas formas de expressão, entre elas a escrita. Em um contexto reflexivo acerca de como testemunhar sobre o exílio, a personagem descreve a importância da escrita em duplo aspecto: o testemunhal e o terapêutico. Ao abordar a questão da escrita do depoimento em sua narrativa, a autora questiona a impossibilidade de testemunhar os fatos tal como ocorreram, visto que “O dado inimaginável da experiência concentracionária desconstrói o maquinário da linguagem” (Seligmann-Silva, 2013, p. 46-47). Essa linguagem, entretanto, por outro lado, “só pode enfrentar o ‘real’ equipada com a própria imaginação: por assim dizer, só com a arte a intraduzibilidade pode ser desafiada – mas nunca totalmente submetida”. Neste caso, a produção de uma peça teatral simboliza a escrita como meio de sobrevivência em diversos outros casos de repressão, clausura e tortura. Além da assertiva de Seligmann-Silva, os estudos críticos e teóricos de Assmann, Felman, Gagnebin, Martinelli Filho e Paul Ricoeur, entre outros pesquisadores, contribuem com essas reflexões.

A segunda seção, “História e ficção: um entrelaçamento”, busca aclarar como se estabelece o diálogo entre história e ficção, por intermédio das conversas entre a personagem principal e sua mãe Amália e, também, por meio das lembranças de Helena, que conduzem o leitor aos acontecimentos históricos do período ditatorial. O caráter testemunhal da obra de Ana Maria Machado é apresentado tendo em vista as proposições de Salgueiro, acerca das marcas que caracterizam a literatura de testemunho. Nessa perspectiva, as abordagens que favorecem a análise da narrativa focam nas seguintes temáticas: tortura, escrita de testemunho, trauma, memória, lembrança, esquecimento, ficção e realidade, política do silêncio e do esquecimento, entre outras. Para tanto, fazem-se presentes, entre outras, as assertivas de Felman, Ricoeur, Ginzburg, Kehl, Napolitano e Gaspari.

O terceiro capítulo, “Violência de gênero em *Tropical sol da liberdade*”, demonstra como as questões de violência de gênero estão imbricadas na narrativa de Ana Maria Machado. As argumentações em torno da referida temática, abordam problemas vividos pela sociedade brasileira desde a sua formação, e que foram sendo reiterados com o passar do tempo. Entre eles estão os traumas fundamentais, sobre os quais discorre Ginzburg. Ainda sobre a questão do trauma explicitado na narrativa e, hipoteticamente, concebido como uma das causas dos males vividos por Helena,

retrato de uma grande parcela da população feminina brasileira, o capítulo conta com as contribuições de Nelson Martinelli Filho. Além de possibilitar melhor compreensão da temática, o pesquisador alerta quanto à sua abordagem: “falar do trauma, via psicanálise, é falar de uma hipótese diante do trabalho clínico, pois a atribuição de um diagnóstico não é função de críticos literários, ainda que o termo assuma uma significativa força política para o debate acadêmico” (Martinelli Filho, 2024, p. 4-5). É como pressupostamente funciona o aparelho psíquico que se deve pensar “os abalos diante das catástrofes a partir da produção discursiva das vítimas”, acrescenta o pesquisador.

Outras colaborações acerca da precaução quanto à abordagem do trauma psíquico, seja pelo viés da crítica literária ou outro que não o da psicanálise, resultam dos exames de Paulo Endo. O estudioso argumenta sobre o trauma psíquico, herança do conceito de trauma físico, que pode ser definido pela invasão e golpeamento de um agente externo sobre o corpo físico, que é, por isso, lesionado, ferido ou machucado. Pouco a pouco, esse trauma “se tornou portador de outros matizes e exigiu outras inteligibilidades de maior complexidade, a reivindicar, portanto, maior exigência e cuidado por parte dos que dele se apropriam” (Endo, 2013, p. 43). Ademais, são feitas alusões introdutórias sobre as temáticas desenvolvidas nas seções seguintes que contemplam a violência contra a mulher e a sua condição social, para além do contexto ditatorial brasileiro, e a memória, tendo em vista que toda a narrativa se desenvolve a partir das lembranças da personagem principal. Além dos autores citados, as reflexões sobre as referidas temáticas emanaram dos os argumentos de Adorno, Kehl e Simone de Beauvoir, entre os referenciados nas seções que compõem o capítulo.

A seção, “O perdurar das marcas: no corpo, na alma, no tempo”, discorre sobre a situação da mulher, não apenas no período ditatorial, visto que as lembranças da personagem remetem o leitor a tempos anteriores à ditadura, os de sua infância e juventude. Por intermédio da rememoração de seu passado, Helena dá a ver diversas formas de violência às quais estão sujeitas. O desenvolvimento das argumentações referentes ao sistema patriarcal, formador de nossa sociedade e, conseqüentemente, da submissão feminina, derivam-se de um olhar que se voltou a um tempo bem remoto, tendo em vista que os resquícios desse passado são elementos formadores

de nossa identidade. As reminiscências da personagem revelam a cultura de servidão, de preconceito e de dependência feminina, que se mantém em nossa sociedade.

Nessa perspectiva, o campo narrativo de *Tropical sol da liberdade* enfatiza a violência, por meio do diálogo que se estabelece entre as personagens, e traça uma rede de denúncias das mazelas sofridas pelas mulheres. Ao refletir sobre qual assunto abordar na peça e confessar que “preferia falar de mulheres” (Machado, 2012, p. 135-136), Helena sinaliza a importância de desvelar as mazelas sofridas por elas. “Ajuntando novas pedras” para construir esta tese, também me voltei à mulher, cuja invisibilidade, seja no período ditatorial, seja no cotidiano de sua vida, precisa ser denunciada.

A última seção, “Meandros da memória: entre o lembrar e o esquecer”, exhibe argumentações acerca de questões relacionadas aos traumas psíquicos, à medida que as personagens vão sendo despedidas pelo narrador. As abordagens específicas ao trauma, no entanto, são feitas sempre no plano das hipóteses. Para o alcance desse propósito, foram fundamentais as considerações de Assmann, Gagnebin, Martinelli Filho, Paul Ricoeur, Salgueiro, Seligmann-Silva, entre outros. Os capítulos que leremos a seguir, por conseguinte, apresentam as questões que se sobressaíram na narrativa, durante o processo de construção, desconstrução e reconstrução de cada linha deste texto.

## 1 DITADURA MILITAR BRASILEIRA: ECOS EM *TROPICAL SOL DA LIBERDADE*

Prossigo,

Ainda que a presença do inimigo  
a vigiar meus sapatos molhados,  
na rua sem trânsito, me devolva  
a impressão de ter regressado  
aos primeiros dias de treva.

Prossigo,  
apesar do pranto.  
Apesar do medo e da sombra do inimigo  
na soleira da porta.

Prossigo,  
ainda que o rosto da menina morta  
tinja de sangue o branco da camisa  
e me falte amor na caminhada.

Prossigo,  
embora eu não encontre  
um campo de flores  
Onde repousar o corpo de minha amada.

Prossigo,  
apesar do ódio, da lama  
embora a presença do inimigo  
me devolva  
a impressão de ter regressado  
aos primeiros dias de treva.  
(Tierra, 1979, p. 66)

“Campo de flores”, poema de resistência e homenagem à Ana Maria Nacinovic<sup>11</sup>, assassinada em junho de 1972, aos 25 anos, abre este capítulo por dois motivos. Primeiro, por não ser entendido como uma tragédia pessoal. Antes, como símbolo das perdas sofridas durante a ditadura militar. Segundo, como um convite ao “Prosseguir”, conforme proposto pelo eu lírico que, apesar de todas as adversidades, prossegue, mesmo sem garantias de vitória ou consolo imediato. A força necessária para continuar lutando, evidencia a tensão entre dor, memória e a necessidade de não desistir, transformando o luto em um ato de coragem e resistência capaz de desvelar aspectos da ditadura. Trata-se de um compromisso ético de perpetuar a memória dos mortos, dos desaparecidos, dos torturados, dos exilados, enfim, de todos

---

<sup>11</sup> De acordo com a conclusão das investigações, “Ana Maria Nacinovic Corrêa foi executada por agentes do estado brasileiro em um contexto de violações de direitos humanos promovidos pela ditadura militar implantada no país”. Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/memorial/ana-maria-nacinovic-correa/>. Acesso em: 8 ago. 2023.

os que foram submetidos a vários tipos de violência e tiveram seus direitos infringidos. Prosseguir em memória daqueles que tiveram vidas e sonhos ceifados, a fim de “trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para libertação e não para a servidão dos homens” (Le Goff, 1990, p. 411). Prosseguindo, com essa perspectiva, este capítulo apresenta o percurso trilhado com o propósito de desvelar aspectos das narrativas que agregam elos à corrente que tem se formado pela demonstração da importância da obra, uma literatura de memória, “que trabalha para a libertação do homem”, à medida que o convida à reflexão. Esta escrita se une, portanto, a todas que contribuem com o prosseguir, um compromisso ético de dar voz aos silenciados, submetidos ao “crime perfeito”, conceituado por Seligmann-Silva (2010, p. 16) como uma atitude de extermínio e do apagamento dos rastros, um sequestro de vozes daqueles que foram afetados por todo tipo de violência durante a ditadura. De fato, o crime perfeito da ditadura brasileira conseguiu silenciar as testemunhas e articular a “surdez jurídica”, afirma o teórico.

As inúmeras interpretações da lei da Anistia, que fizeram dela uma “anulação de qualquer teor criminal dos terríveis feitos durante a ditadura, realizados pelos braços do poder” (Seligmann-Silva, 2010, p. 16), é um exemplo disso. Com a ajuda da mídia, os criminosos obtiveram êxito em convencer a sociedade de que todo movimento de busca pela memória, pela verdade e pela justiça nada mais era que uma revanche, isto é, aqueles que buscavam se tornar os acusadores eram instantaneamente transformados em vítimas que sofriam por feridas que já deveriam estar cicatrizadas, explica o pesquisador. Ademais, na luta pela memória, pela verdade e pela justiça, a “lei da mordança e do silêncio” é imposta pelos que detêm o poder, tanto os de ontem como os de hoje. “Mesmo a voz que soa não encontra ouvidos nesta sociedade ‘cordial’. *‘Neutraliza-se o destinador, o destinatário, o sentido do testemunho; tudo se passa então como se ele não tivesse um referente (um prejuízo)’*” (Seligmann-Silva, 2010, p. 16).

O teórico esclarece ainda que no Brasil essa “equação” pode ser compreendida da seguinte forma: “O destinador, ou seja, aquele que transmite a mensagem, é transformado em vítima que sofre uma patologia da memória. Projeta-se nele a figura do vingador, de alguém sem controle e, portanto, um menor em termos jurídicos” (2010, p. 22). Por sua vez, o destinatário “é neutralizado porque a sociedade é mobilizada contra a luta pela tríade memória-verdade-justiça” (2010, p. 16-17). Ainda

na visão do estudioso, o sistema jurídico, dentro da sociedade, ratifica “sua fama de labirinto kafkiano<sup>12</sup> que emperra eternamente os processos dos ‘pequenos’ e funciona de modo instantâneo para os poderosos”. O sentido do testemunho, por sua vez, acrescenta, “é neutralizado pelas duas operações anteriores e pelo impedimento de que mais testemunhos e provas venham à tona”. A batalha pela “tríade memória-verdade-justiça”, nesse sentido, faz-se necessária e precisa prosseguir.

### 1.1 MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA: ECOS DA RESISTÊNCIA NA DITADURA

Hoje à noite  
os gritos foram mais altos.  
A minha esquerda  
está o Gaúcho  
depois o cara que assobia  
Ângela foi retirada ontem  
à minha direita  
Stuart já morreu  
Ronaldo e Juca estão mais no fim  
e no fundo do corredor  
o motorista da CTC  
que eles quebraram a mão  
chora.  
De quem serão os gritos hoje?  
(Polari, 1978, p. 13)

Ecoss das vozes surgidas devido à repressão da ditadura militar brasileira, que assolou o Brasil no período de 1964 a 1985, aproximadamente, são ouvidos nos meandros da narrativa de *Tropical sol da liberdade* que, embora esteja envolta pela condição de “autonomia” em que se encontrava a personagem pós-exílio, aproxima o leitor de um período de censura, repressão, tortura, assassinatos, entre outras arbitrariedades imputadas aos que se mostrassem contrários ao regime. A essas vozes se unem outras, de muitos cantos e de tantos desencantos. Gritos, assobios, morte, retiradas

---

<sup>12</sup> A obra, *O processo*, de Franz Kafka, bem ilustra esse labirinto. Josef K., funcionário de um banco, é surpreendido pela acusação de um suposto delito, posto que a narrativa não esclarece o motivo de sua prisão – “Alguém devia ter caluniado a Josef K., pois sem que ele tivesse feito qualquer mal foi detido certa manhã” (Kafka, [1920?], p. 35) – o que dialoga com a visão de Seligmann-Silva, supracitada: “os donos do poder – de ontem e de hoje – impõem a lei da mordança e do silêncio”. Ao versar sobre a referida obra, Seligmann-Silva (2014, p. 26), em “O último a sair apague a luz”, faz a seguinte declaração: “Encurralado, o eu-kafkiano busca abrigo dentro de seu corpo. Mas aí também ele encontra um espaço estreito e incômodo, no qual não pode se sentir bem. A ameaça persiste e assalta por todos os lados nesse universo paranoico que é a obra de Kafka, um labirinto onde uma obra, um fragmento liga-se ao outro, sempre descortinando novas câmaras onde a sensação tênue de abrigo logo revela-se como mal-estar”.

e choro ecoam de “Recordações do paraíso” que, ironicamente, denunciam as barbáries da ditadura.

Esse período de infortúnios teve início quando as Forças Armadas derrubaram o presidente João Goulart, em 1964. Instaurou-se a censura à imprensa e a tortura de presos políticos, pilares do regime desde 1968 (Gaspari, 2002a, p. 36). Tal fato é retratado em *Tropical sol da liberdade*. Apesar de as pessoas acreditarem na redemocratização do país, lutarem por entenderem “que era hora de dar um basta ao arbítrio” e, assim “A espada não continuaria sendo mais forte do que a lei ou o poder das urnas” (Machado, 2012, p. 210), como se imaginava, houve reação dos militares. Isso pelo motivo de os parlamentares e juízes terem feito ecoar de suas vozes que “ninguém ia se curvar” (Machado, 2012, p. 211). Não sem motivo, entre o marido e o irmão, no momento sagrado da “santa ceia” em seu lar, Helena, em silêncio, escutar a leitura do documento, que chegava pelo rádio. “Na voz de um locutor profissional que nunca mais Lena conseguiria ouvir sem sentir engulho” (Machado, 2012, p. 211), os escritos revelavam que

Os militares reagiram, decretando o fim do que ainda sobrava da Constituição. E promulgavam um novo ato constitucional, o quinto, que depois ficaria conhecido e execrado apenas por AI-5. E aí se fechava o Congresso, se censurava a imprensa, se cassavam os mandatos, punindo parlamentares, juízes, ministros, jornalistas, estudantes, operários, todo mundo que em algum momento tivesse tido a ousadia de imaginar que o país poderia viver de alguma forma que não fosse debaixo das botas dos militares (Machado, 2012, p. 211).

Ana Maria Machado nos possibilita refletir sobre o profundo impacto da ditadura na vida dos brasileiros, desde governantes a trabalhadores, todos forçados a viver sob um regime de medo e repressão. Qualquer desejo de liberdade e validação de direitos civis foi destruído pela totalidade do AI-5, a mácula do país e símbolo universal da opressão, do totalitarismo, do abuso do poder, da censura. O governo constitucional foi aniquilado e o golpe definitivo na democracia efetivado. A ideia de dominação militar e de um Brasil submisso, onde qualquer tentativa de resistência ou de mudança seria esmagada com violência, por ser considerada crime, não por acaso, foi evocada pela imagem de um par de calçados. Sendo assim, os que ousavam imaginar que o país poderia viver, senão sob as “botas militares”, seriam de alguma forma, eliminados. Seligmann-Silva (2017, p. 38) valida que “A eliminação da oposição passava pela tortura e assassinato, pela prisão arbitrária e também por toda repressão a toda atividade criativa – a censura impedia o protesto, mas também, ao mesmo

tempo, visava apagar os rastros do terror”. Os versos do poema de Bertolt Brecht (2017, p. 20-21) aludem a essa violência:

O que disser, não o diga duas vezes  
 Se verificar em outrem o seu próprio pensamento:  
     renegue-o.  
 Aquele que não deixou sua assinatura,  
 que não  
     deixou um retrato  
 Que não esteve presente, que nada disse  
 Como pode ser apanhado?  
 Apague os rastros!  
 Quando pensar em morrer, cuide  
 Para que nenhuma lápide traia o lugar onde você  
     jaz  
 Portando uma clara inscrição com seu nome, que  
     o denuncia  
 E trazendo o ano de sua morte, que o acusa!  
 Mais uma vez:  
 Apague os rastros!

(Isso me foi dito)

Marcos Napolitano (2019, p. 135) ressalta que a coerção pela tortura extrapolou “qualquer limite jurídico ou humanitário, ferindo mesmo a ética militar, que prega o tratamento digno aos prisioneiros”. Muitas equipes de tortura tinham centros clandestinos para “driblar o precário controle dos comandantes ou mesmo agir sem prestar contas, ainda que formalmente, ao sistema oficial de repressão”.

De acordo com a tradição do regime militar iniciado em 1964, “sempre que as tentativas de democratização se chocaram publicamente com a ditadura, prevaleceu a ditadura” (Gaspari, 2002a, p. 22). Foi o que ocorreu também, a partir de 1968, e com muito mais rigor, por meio da promulgação do AI-5, pelo presidente Artur da Costa e Silva – 1967 a 1969 –, que levou o Brasil ao “mais longo período ditatorial de sua história” (Gaspari, 2002a, p. 36). Vigorou por mais de uma década “o instrumento parajurídico [...], por meio do qual o presidente podia fechar o Congresso, cassar mandatos parlamentares e governar por decretos uma sociedade onde não havia direito a habeas corpus em casos de crimes contra a segurança nacional” (Gaspari, 2002a, p. 36).

O endurecimento da ditadura, sobre o qual versa a história, foi sentido pela personagem e pela própria autora de *Tropical sol da liberdade*, conforme alega Ana Maria Machado. No mesmo período que lecionava na Faculdade Letras, a escritora e outros estudiosos participavam de grupos de estudos sobre diversos temas. Eles

“estavam envolvidos até as orelhas na resistência à ditadura, na sucessão das reuniões, manifestos, artigos e passeatas que marcou 1968” (Machado, 1996, p. 50). Como afirmou seu amigo Zuenir Ventura, aquele foi um ano que não acabou, mas que culminou em dezembro com o Ato Institucional n. 5, “o golpe dentro do golpe, o recrudescimento da ditadura, que fechou o Congresso, acabou com o habeas-corpus e liberdade de cátedra, instituiu a censura, consolidou a tortura e prendeu, exilou e ‘desapareceu com os oponentes’” (Machado, 1996, p. 50).

Somente em 1977, no governo de Ernesto Geisel – mandato de 1974-1979 –, “dissolveu-se a mais perversa das anomalias introduzidas pela ditadura na vida política brasileira, restabelecendo-se a autoridade constitucional do presidente da República sobre as Forças Armadas” (Gaspari, 2002a, p. 35). Assim, foi encerrado o “ciclo aberto em 1964, no qual a figura do chefe do governo se confundia com a de representante da vontade militar, tornando-se ora seu delegado ora seu prisioneiro” (Gaspari, 2002a, p. 35). O sonho de um país livre das amarras ditatoriais, no entanto, ainda era só fantasia. Desde 1968, entre os presidentes que governaram o Brasil, dois prometeram “restaurar as franquias democráticas” (Gaspari, 2002a, p. 36). Todavia, o único a não fazer tal promessa acabou com a ditadura. “O general [Ernesto Geisel] era um notável da geração de oficiais que deixaram a marca da desordem militar na história do século XX brasileiro”. Porém, “Treze anos depois da noite de abril de 1964, aquela na qual Arthur da Costa e Silva anunciou que iria ‘assumir essa coisa toda’, Ernesto Geisel restabeleceu a autoridade constitucional do presidente da República sobre as Forças Armadas” (Gaspari, 2002a, p. 45).

Para chegar à Presidência, Geisel seguiu pelo mesmo caminho trilhado pelos três presidentes que o antecederam, desde 1964, quando João Goulart foi derrubado pelas Forças Armadas (Gaspari, 2002a, p. 23). Entre sua posse, 1974, e o fim de seu governo, “transformou uma Presidência inerte, entregue a um colegiado de superministros, num governo imperial. Converteu uma ditadura amorfa, sujeita a períodos de anarquia militar, num regime de poder pessoal” (Gaspari, 2002a, p. 36). Consolidado esse poder, ao longo de um processo que culmina no dia 12 de outubro de 1977, desmantelou o regime.

Tinha-se então, como bem resumiu Gaspari (2002a, p. 36), no início desse governo, “uma ditadura sem ditador. No fim, [...] um ditador sem ditadura”. Antes, porém,

faltando 74 dias para o fim de seu mandato, Geisel acabou com a censura à imprensa e com a tortura de presos políticos, pilares do regime desde 1968 (Gaspari, 2002a). No dia 31 de dezembro de 1978, acabou-se o Ato Institucional n. 5. No entanto, apesar da abertura política, as violações, mortes e torturas ainda ocorriam, a exemplo do assassinato de Wladimir Herzog, nos porões do DOI-CODI<sup>13</sup>, em 25 de outubro de 1975, pela ditadura militar. De acordo com o Instituto Vladimir Herzog, o comparecimento do jornalista à sede do DOI-CODI foi espontâneo, conforme combinado com os militares que o haviam procurado na emissora. Ele se apresentaria para interrogatório no dia 25 de outubro e assim o fez. Lá foi morto. Como se não bastasse a tortura, foi forjada uma falsa versão de suicídio que não se sustentou. A Catedral da Sé e todo o entorno foi tomado por uma multidão de mais de 8 mil pessoas que compareceu para a missa de 7º dia do jornalista. “O ato ecumênico que se viu ali, com D. Paulo Evaristo Arns, o Rabino Henry Sobel e o reverendo Jaime Nelson Wright, foi um marco na luta pela Democracia e na derrocada do regime ditatorial”<sup>14</sup>.

O trigésimo presidente a governar o Brasil e o último da ditadura, general João Figueiredo – mandato de 1979 a 1985 – instaurou a Lei da Anistia que, em seu Art. 1º, versa sobre a concessão de anistia a todos que cometeram crimes políticos ou associados com estes, crimes eleitorais, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos, no período de 02 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, preparando a abertura política do Brasil gradualmente. Sim, gradualmente, pois apesar do fim da ditadura, de algum jeito, a censura se mantinha. “Mesmo em jornal. E em outros setores também. Ora era um filme que o governo proibia de ser exibido, por pressão da Igreja ou de setores conservadores. Ora era uma peça que encontrava problemas para ser liberada” (Machado, 2012, p. 164). Embora os partidos de esquerda estivessem em plena legalização e as denúncias e opiniões tivessem maior espaço, “não havia dúvidas de que ainda havia um longo trecho de caminho a percorrer” (Machado, 2012, p. 164).

---

<sup>13</sup> Godoy (2014, p. 17) salienta que o Destacamento de Operações de Informações, símbolo do arbítrio e dos crimes de um regime [...] ganhou de seus integrantes um codinome. “Chamavam-no de *Casa da Vovó*. Ali, militares e policiais trabalharam lado a lado durante os anos que muitos deles hoje consideram memoráveis. Oficiais transformavam-se em ‘doutores’ e delegados em ‘capitães’”. Aquele lugar recebia, ainda, outros nomes: clínica-geral, clientes, pacientes, paqueras, cachorros e, de acordo com o lado do muro de que se estava, “torturadores e terroristas”, acrescenta Godoy.

<sup>14</sup> Disponível em: <https://vladimirherzog.org/sobre-o-instituto/vladimir-herzog/>. Acesso em: 26 jan. 2023

Toda essa lentidão no processo de transição da ditadura à democracia, “Talvez fosse mesmo inevitável. O ritmo brasileiro de fazer história é mesmo muito lento, cheio de avanços e recuos [...]. A transição para a democracia demorava tanto, sem chegar a se completar, já ia ficando mais longa que a ditadura” (Machado, 2012, p. 165), confirmava a personagem em meio à papelada que levou consigo para selecionar algum material para a peça, como “cópias de todas as notas de censura recebidas durante o tempo em que trabalhou no jornal. E também cópias de vários dos inúmeros bilhetinhos” (Machado, 2012, p. 161) que todos os dias eram enviados pelo Barros à redação, após atenta leitura do jornal. “Uma série de críticas, broncas, observações, proibições que traçavam o perfil dessa ditadura informal com grande clareza, principalmente quando se recorda que esses bilhetinhos representavam só a ponta visível do *iceberg*” (Machado, 2012, p. 161). A grande maioria dos vetos, recorda Helena, “vinha mesmo na véspera, antes que o texto fosse aprovado, em emocionais rompantes de viva voz, jamais registrados para a História” (Machado, 2012, p. 161).

Além de notas e bilhetes, Helena relia “um artigo recente, de um colega da editoria política, cortado em plenos tempos de redemocratização” (Machado, 2012, p. 162). O motivo? Talvez a chefia desejasse proteger o autor de possíveis reviravoltas, uma vez que a transição para a democracia se fazia em obediência a certas condições tácitas. “Nenhum torturador foi punido. Nenhum atentado de direita foi publicamente apurado. Nenhum louco plano terrorista dos porões da ditadura jamais levou algum de seus autores para a cadeia” (Machado, 2012, p. 162).

A carta que Helena escreveu ao irmão Marcelo nunca foi entregue. “Não teve portador para mandar, não sabia por onde andava, exilado no mundo clandestino na pátria” (Machado, 2012, p. 207). A correspondência ficou esquecida e só recente mente foi encontrada, enquanto mexia nos guardados em busca de material para a peça. Releu, não viu sentido em divulgar, ninguém entenderia, mas despertou as lembranças, sobretudo as da sexta-feira, dia 13 de dezembro de 1968. “Marcelo tinha sido libertado na véspera. O *habeas corpus* com a ordem de soltura tinha sido concedido de manhã pelo Supremo Tribunal Federal. Junto com os de mais quatro estudantes, pela ordem alfabética dos nomes” (Machado, 2012, p. 208). O irmão de Helena estava livre, mesmo com a contrariedade do “carcereiro-mor”, que se recusava a cumprir as ordens do Supremo. Para os demais presos, que seriam julgados mais tarde, não teve jeito. O guarda “ficou enrolando e não soltou mais ninguém” (Machado, 2012, p. 208). “Que

voltasse no outro dia, porém o “outro dia” era o feriado de 13 de dezembro, Dia da Marinha, e ninguém trabalhava. No entanto, a essa altura, os prisioneiros tinham sido transferidos, durante a noite, para outra prisão, em outro estado, outra cidade” (Machado, 2012, p. 208). Quem poderia imaginar que naquela altura os presos já haviam sido transferidos para outro lugar? Durante o tempo de negociação pelo advogado com o comandante, “já não havia ali mais ninguém para ser solto. Os militares já sabiam o que se preparava. Os civis nem desconfiavam” (Machado, 2012, p. 208).

Com a decretação do AI-5 em seguida, ficou claro para os civis aquilo que os carcereiros já sabiam, “[...] por isso ficaram pentelando” (Machado, 2012, p. 212). Enquanto Marcelo estava do lado de fora, os companheiros “continuavam encarcerados”. Nas palavras de Marcelo, “Os tempos mudaram, o caldo engrossou, a linha dura acaba de dar um golpe no país [...]. Agora é o golpe dentro do golpe, vai piorar muito” (Machado, 2012, p. 214). Acabaram-se os discursos, as passeatas, as reuniões, os artigos na imprensa, aulinhas de professor que critica. “Eu saí daquela prisão apertada para uma maior, e você também está presa” (Machado, 2012, p. 214). Ao dizer isso, Marcelo chamou a atenção da irmã para a condição em que se encontravam. Dentro ou fora das prisões, de uma forma ou de outra, estavam privados da liberdade de ir e vir, de se expressar, de escrever, de cantar, pois todo e qualquer movimento era compreendido pelos militares como um sinal de afronta.

As lembranças de Helena e as palavras do irmão faziam coro com a voz que ecoou na “noite de 13 de dezembro, quando Costa e Silva reuniu o Conselho de Segurança Nacional para assinar o Ato Institucional n. 5”, sinalizando que “a ditadura se firmou. A tortura foi o seu instrumento extremo de coerção e extermínio, o último recurso da repressão política que o Ato Institucional n. 5 libertou das amarras da legalidade” (Gaspari, 2002b, p. 12). Estava instaurado “um regime a um só tempo anárquico nos quartéis e violento nas prisões. Foram os Anos de Chumbo” (Gaspari, 2002b, p. 12) que afetaram os que ousaram se opor ao regime, a uns menos, a outros, muito mais, como os encarcerados, os torturados, os mortos e os desaparecidos.

Durante um de seus passeios na praia, Helena se lembrou do avô e da frase que sempre dizia para incentivá-la a superar os obstáculos: “Se cair, do chão não passa...” (Machado, 2012, p. 250). Mas, depois de crescida, “descobriu que quem caísse

poderia passar do chão, sim, e ser enterrado, abaixo dele” (Machado, 2012, p. 250). A possibilidade de prisão e, quem sabe, até de morte era motivo de apreensão para Helena. “Tanto no exílio como nos meses antes de sair do país, uma das maiores fontes de angústia geralmente começava assim. *Fulano caiu...* Maneira de dizer que fulano foi preso. E a partir da notícia, vinham as outras dores” (Machado, 2012, p. 250). Essa aflição não era por acaso, pois cair, quase sempre, significava passar pela tortura. Sobre esse aspecto, Gaspari (2002b) infere que a tortura se torna atraente pelo fato de funcionar. O preso não quer falar, mas por apanhar, acaba falando. A complexa justificativa da tortura, então, por meio da funcionalidade, se edifica sobre essa simples constatação. O que há de terrível nela, portanto, é sua verdade. “A perversidade que a caracteriza é o sistema lógico que nela se apoia valendo-se da compressão, num juízo aparentemente neutro, do conflito entre dois mundos: o do torturador e o de sua vítima” (Gaspari, 2002b, p. 36).

De acordo com a denúncia do general Mourão Filho, as torturas foram “o molho dos inquéritos levados a efeito nos desvãos dos DOPS 37 ou dos quartéis” (Gaspari, 2002a, p. 145). Tudo isso teve início no governo Castello Branco que, “demasiadamente fraco, não conseguiu conter os militares”, acrescenta Gaspari. O medo, a angústia e o sofrimento dominaram, assim, toda a sociedade. Exemplo disso, são as reflexões de Amália que, em analogia à gestação, estabelece a relação de dor com o país, ao rememorar momentos dolorosos da repressão:

Às vezes, anos depois, como agora, ali no seu retiro na beira da praia, debruçada na janela, olhando as pedras que apareciam com a maré baixa, Amália contemplava também as lajes submersas que afloravam na baixa-mar da memória, pensava em tudo o que tinha vivido e se espantava como os seus dias pessoais e familiares estavam tão entrelaçados com o tempo nacional. [...] não conseguia deixar de pensar que havia uma espécie de maldição que condenava sua vida a se entrelaçar de tal maneira com os acontecimentos políticos de sua época que não podia pensar neles como algo exterior a ela. Tudo vinha de dentro como os filhos do seu útero. Maldição ou benção, sabe-se lá o quê. Mais matéria do que a pátria, afinal, tudo parindo e sendo parido das mesmas entranhas. Como se o Brasil fosse ao mesmo tempo filho e mãe dela, mulher brotada das pernas abertas da História, e por sua vez concebendo o futuro do país dentro do ventre. A sequência fêmea e fértil, de dor, sangue e leite (Machado, 2012, p. 148).

As reflexões trazidas por Amália refletem a interconexão entre o destino individual e o coletivo das pessoas, entrelaçados, de maneira inevitável, à grande narrativa histórica do Brasil, quer seja, os acontecimentos políticos daquela época, especificamente o da ditadura militar brasileira. A referência à “lajes submersas” e “baixa-mar da memória”

evidenciam o ciclo da repressão e da dor histórica que, embora submerso por um tempo, afloram com o passar do tempo. Semelhante a isso, temos o modo como o país pós-ditadura vivenciou a difícil reconstrução da verdade, da memória e da justiça. O regime militar, com sua tortura, censura e repressão, forjou a triste história de dor e silenciamento. Tanto que os opostos “maldição” e “benção” podem ser concebidos como uma metáfora para o destino de muitos brasileiros durante aquele período. Nesse contexto, as escolhas políticas e os sofrimentos impostos pelo regime autoritário não eram somente externos, pois se estabeleciam de maneira visceral e contínua na vida cotidiana de cada um, como se fossem *"filhos do seu útero"*. A personificação do Brasil como sendo mãe de Amália, uma vez que esta brotou “das pernas abertas da História”, configura um sentido de geração e renovação – o país como corpo vivo que pariu sua própria história por meio da dor. Todavia, também gerou o futuro, a exemplo de uma mãe que continua a dar à luz. A tríade da fêmea fértil de “dor, sangue e leite” ecoa o sofrimento das inúmeras mulheres brasileiras, muitas vezes forçadas, durante a ditadura militar, enquanto o país seguia seu ciclo de resistência e transformação, a viver sob a pressão da repressão política, desgarradas de seus filhos, os quais eram “arrancados” de seus braços, de suas vidas, inclusive os pequeninos.

A maestria de Ana Maria Machado em validar uma visão feminina da História ressalta que mulheres como Amália, estiveram no epicentro da violência, da resistência e da resiliência. Apesar de terem sofrido física e emocionalmente, foram agentes de transformação e regeneração, pois não foram apenas testemunhas passivas do regime. Tanto suas experiências pessoais quanto coletivas podem ser vistas como parte do renascimento da democracia, justamente por estarem profundamente imersas no processo de “gestação” de um novo país, como se o futuro do Brasil estivesse “concebido dentro do ventre” de uma geração marcada pela luta.

Maren e Marcelo Viñar (1992, p. 148) destacam que a experiência da tortura e seus efeitos “não se limitam ao indivíduo concernido, mas transbordam sobre o grupo familiar e a descendência e sobre outros conjuntos transubjetivos”, deixando as marcas do horror, ao qual estão sujeitas as pessoas sob julgo da repressão, por parte de um agente *a priori* responsável pela garantia dos direitos individuais, entre eles o da liberdade. A vida familiar de Amália, o marido, Alberto, e seus seis filhos – Cláudia, Cristina, Fernando, Helena, Marcelo e Teresa – é atingida pela triste experiência. Os

filhos, com exceção da caçula, que era criança ainda, militavam pela esquerda, sendo Marcelo líder estudantil. O pai, advogado, envolvia-se nos conflitos tentando resolver o que podia, a fim de ter seus filhos vivos e de volta ao lar. Amália lutava junto, acompanhando os filhos em passeatas e comícios, para cuidar deles mais de perto, além de viver à “cata de notícias” deles, quando não estavam próximos. Exemplo do verter-se da tortura sobre essa família foi quando, no mês de junho, a reitoria da universidade esteve cercada por tropas e ficou sob ameaça de invasão. Na ocasião, acontecia uma reunião, assembleia geral, entre estudantes, professores, cientistas e técnicos que ansiavam por serem ouvidos, pois o “governo resolveu fincar pé e entregar o planejamento de nossa educação a peritos estrangeiros” [...]. Fizeram um acordo entre o Ministério da Educação e a Usaid<sup>15</sup>” (Machado, 2012, p. 74). Acordo, no entanto, que ninguém queria. Só o governo mesmo.

Aquela reunião para Amália foi uma tortura, enquanto esteve em vigília por alguns de seus filhos. Ela tinha certeza de que Marcelo e Teresa estavam na universidade. Mas, quanto à Cristina, não, pois era “tão rebelde, tão metida a independente, sempre, [...], não gostava de dar satisfação a ninguém” (Machado, 2012, p. 75). Lena não era mais estudante e Fernando, que era jornalista, trabalhava fora, logo não estaria lá. A única alternativa era esperar por alguma notícia.

Finalmente, o marido chegou com Cristina. Contaram uma história nervosa e tensa. A faculdade cercada, os estudantes sitiados. Um clima muito carregado a tarde toda, até que o reitor, parlamentares, advogados e professores conseguissem negociar a saída dos jovens. As lideranças tinham saído então, protegidas por esse comitê de negociações – e pela luz do dia [...]. Os outros hesitaram, o cerco se fechou de novo e eles ficaram para trás, sitiados, já de noite, num bairro cheio de escolas, mas sem movimento [...] ideal para um massacre. Sem testemunhas (Machado, 2012, p. 76).

Cristina não sofrera nada, a não ser um susto, de acordo com Alberto. Marcelo, segundo o pai, estava bem, uma vez que ele e os demais líderes estudantis “conseguiram sair [...], guardados por políticos, professores e jornalistas” (Machado, 2012, p. 76). Essas informações não foram suficientes para tranquilizar Amália. Ela questionava: “Onde estará minha filha, meu Deus do céu? O que fizeram com ela?” (Machado, 2012, p. 77). Somente de madrugada, quando o telefone tocou, a aflição teve fim. Era Teresa. Os filhos de Amália estavam seguros, mas outros estudantes não tiveram a mesma sorte. O acordado com os detentores da lei foi de que todos

---

<sup>15</sup> Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional.

“podiam sair em liberdade. Mas a negociação não estava sendo cumprida, a palavra dada não valia nada” (Machado, 2012, p. 78). Sem escolha, ao saírem, foram surpreendidos por tiros. Ao correrem para um clube, que achavam ser seguro, acabaram indo exatamente para onde a polícia queria. Assim, “debaixo de muita porrada, iam todos sendo tangidos para o estádio e encurralados no campo de futebol” (Machado, 2012, p. 79). O terror de tudo o que presenciaram e viveram pôde ser visto no dia seguinte, por meio das fotos que denunciavam a violência da polícia e mostravam centenas de jovens “de cara para o chão, deitados pelo meio dos soldados que não deixavam ninguém levantar, distribuindo botinadas na cabeça, golpes de coronhas nas costas, mijando na cara dos estudantes deitados, ameaçando com metralhadoras” (Machado, 2012, p. 79). O mesmo gramado de futebol onde Garrincha alegrou a alma brasileira, amparava as faces de jovens humilhados e violentados de toda forma. Indignada Amália se questiona:

Que direito aqueles brutamontes tinham de empurrar e ameaçar todas aquelas moças e rapazes, prometendo surras e espancamentos? Então a gente carrega um filho durante nove meses, põe no mundo, amamenta, alimenta, ajuda a crescer, prepara para vida e então vem um oficial prepotente e dá ordem para uns facínoras e eles começam a surrar essas crianças que a gente adora e que não fizeram mal a ninguém? (Machado, 2012, p. 76-77).

Amália estava em meio à sua “dor, sangue e leite” por ser mãe. Mas, muitas outras mães e filhos vivenciaram aquele terror, que se alastrou, pois “Se nunca devemos medir a gravidade de uma ditadura pelo tamanho da ‘pilha de cadáveres’ que ela deixou, é precisamente porque o terror, quando praticado pelo Estado, atinge inevitavelmente toda a sociedade” (Abrão, 2014, p. 16). Não sem motivo, nos dias que se seguiram, a cidade toda ficou sabendo e discutir sobre a brutalidade da cena e, até mesmo Cláudia, a menorzinha de Amália ter tomado conhecimento dos fatos. A pequena estava “impressionadíssima e amedrontada” com o que vira. Em um momento lúdico, então, precisou exorcizar os demônios por meio de uma brincadeira macabra.

[...] brincando de campo de Botafogo com as bonecas, todas enfileiradinhas, deitadas de cara para o chão, enquanto outra, pela mão da menina, passeava entre elas de um lado para o outro dando chutes em meio aos gritos e xingamentos de Cláudia. No primeiro impacto, quando viu a cena, Amália não resistiu: teve que sair da sala e chorar. Teve vontade de chorar todas as lágrimas presas na garganta nesses últimos dias. Mas não podia se dar a esse luxo. Andava tão preocupada com os filhos maiores, nem se dava conta do mal que a situação estava fazendo à menorzinha (Machado, 2012, p. 80).

No seio familiar de Helena, embora o medo também imperasse, o desejo de mudança era mais forte. Cada um à sua maneira batalhava pela liberdade, pela democracia. Apesar de nenhum de seus irmãos terem sido detidos no dia da reunião na universidade, sua mãe “perdera as contas” das vezes que o marido foi preso, na ditadura de Vargas e dos militares. “Os filhos também, cada um por sua vez, Marcelo, Helena Maria, Fernando. Tiveram muita sorte. Tantas prisões políticas e nenhuma tortura, Deus protegeu” (Machado, 2012, p. 146). Mas foi sempre uma luta para Amália que por não ter notícias, nem saber o que os filhos estariam passando, vivia em busca de respostas e da tão sonhada liberdade dos filhos. Dois deles, os mais velhos, ficaram pouco tempo presos. Marcelo foi quem ficou mais. Das pessoas encarceradas com ele, a maioria foi solta após uma triagem, com exceção de nove rapazes considerados líderes estudantis perigosos, entre eles Marcelo. Daí começaram as romarias das mães, tentando visitar os filhos.

Primeiro numa delegacia de bairro. Depois numa fortaleza do Exército, onde até para irem fazer cocô os meninos tinham um soldado que apontava uma metralhadora em sua direção. E quando, finalmente, conseguiram autorização para tomar banho de sol e jogar uma pelada, acabaram desistindo quando a bola estourou ao se espetar na baioneta calada de um dos guardiões que cercavam o campo. [...]. E os dias passavam, os dois meses sem culpa formada iam chegando ao fim, os carcereiros não falavam em soltar a rapaziada. Os advogados acharam melhor recorrer ao supremo tribunal para que a lei fosse cumprida. E os pedidos de *habeas corpus* para os nove líderes foram a julgamento num glorioso dia de verão, 12 de dezembro. Esse dia mudou a vida de Amália, de Marcelo e de toda a família (Machado, 2012, p. 147).

De acordo com a lei em vigor, o cárcere não poderia ultrapassar dois meses, se não houvesse “culpa formada”. Ainda assim, a confiança de Amália na lei, tão desrespeitada, não podia ser total. Quando aconteceu a prisão, “no tal congresso clandestino da União Nacional dos Estudantes” (Machado, 2012, p. 146), onde Marcelo estava escondido com centenas de outros rapazes e moças, que também foram presos, Amália tentava manter a calma. Para isso, repetia as observações do marido: “– É por pouco tempo... Eles não podem manter essa quantidade de gente presa sem motivo... A grita da opinião pública vai ser muito grande...” (Machado, 2012, p. 146).

Felizmente, Marcelo foi apanhado só uma vez, por acusação de agitação e liderança estudantil e solto em dois meses, antes da intensificação repressiva de 1968. “se fosse depois... na certa o teriam matado de tanta tortura, ela não podia nem pensar nisso, no medo cotidiano com que viveu durante tantos anos” (Machado, 2012, p. 146).

Mesmo que pudesse antecipar que seu filho não sofreria nenhuma tortura, tendo em vista o que vinha ocorrendo no país, receava o que poderiam fazer com ele, além do período de tempo que o manteriam naquele forte do Exército. Tempos depois, a situação piorou e a “grita” foi e não foi como se pensou! O povo estava desaprendendo a gritar, devido às últimas manifestações, “dissolvidas a tiros e mortes” (Machado, 2012, p. 146), pessoas desaparecendo e alguns jornais insinuando que o movimento estudantil pela liberdade, formado por inocentes com boas intenções, era manobrado por baderneiros e agitadores.

Dessa época Amália conservava nitidamente o período logo após o AI-5, “quando nem teve tempo para suspirar aliviada com a libertação do filho e já estava sendo obrigada a aprender a viver com uma realidade nova e que nunca tinha imaginado – a da clandestinidade dele” (Machado, 2012, p. 242). Essa nova fase de suas vidas começou brusca como em um pesadelo. Nesse tempo, teve de aprender a viver sem ter notícias do filho, a suportar o sofrimento e pânico vivido por Helena, ao ser presa e interrogada sobre o paradeiro do irmão. “Teve sorte de não ser torturada, apesar das constantes ameaças que tentavam intimidá-la” (Machado, 2012, p. 308). Mais tarde a soltaram. Antes, porém, presenciou a tortura de um colega de profissão. A liberdade de expressão também fora censurada, os jornalistas estavam sendo perseguidos. Já de volta ao seu apartamento, ficou sabendo que a casa de seus pais fora vasculhada. Como não encontraram nenhum vestígio de Marcelo, levaram Alberto. Depois o soltaram. Fizeram o mesmo com o Fernando, o irmão que morava em outra cidade. Ele foi detido, interrogado e liberado, assim como ela e o pai.

O sofrimento, o medo e a tortura de estarem constantemente vigiados, sendo presos vez ou outra, e sem terem notícias de Marcelo, prolongou-se por 10 anos, até a chegada daquela “anistia fajuta e mentirosa que no começo não atingiu quase ninguém, só servia mesmo de garantia prévia para que nenhum torturador ou terrorista impune pudesse ser castigado um dia” (Machado, 2012, p. 243). Depois disso, por se tratar de um documento “malfeito que começou a deixar brechas [...], de batalha em batalha na justiça, acabou sendo estendido para todo mundo” (Machado, 2012, p. 243). A indignação da personagem simboliza um sentimento compartilhado por muitos indivíduos que esperavam por uma anistia que não chegou. Martinelli Filho (2022a, p. 51) declara que “A anistia de 1979, a 48ª da história do Brasil, proporcionou, em tom conciliatório, uma espécie de recalque, mas não eliminou a memória relativa às

nefastas ações dos governos militares – como uma amnésia comandada”. Corroborava com essa assertiva Guimarães (2023), ao enfatizar que:

Então, é como se você está num lugar sendo anistiada e aquela pessoa que te prendeu está conexas a você. O sujeito da conexão é o ator, aquele que estava sendo anistiado. Essa foi a questão que passou para a história e que nós temos que resgatar [...]. ‘Nós estamos construindo um momento de memória’. A memória é um processo que vai avançando. É uma memória estática. É uma construção. Então, nós temos que contar que a anistia do Brasil não anistiou os militares. Sua interpretação do governo e que hoje passam vários militares, para não os citar, que morreram como se fossem pessoas que estavam anistiadas. Então, moral da história: essa foi uma coisa que ficou no coração da luta pela anistia e que todos nós que construímos essa consigna, em milhares de reuniões dias e noites, ficamos reféns de uma interpretação. Então, eu queria falar de viva voz para vocês, porque eu estava nesse processo, participei da redação da lei, estava quando ela foi encaminhada [...]. Então, queria acrescentar isso [...]. A nossa lei não foi de mão dupla, ela foi interpretada como sendo uma lei de mão dupla, por isso é que nós temos que resgatar o que que nosso país construiu como memória [...]<sup>16</sup>.

A lei de anistia foi aplicada e interpretada equivocadamente no Brasil, consoante a Guimarães. Não deveria ter sido estendida aos militares, responsáveis pela repressão. A memória histórica, então, precisa ser reconstruída, justamente por ter sido distorcido o real significado da luta pela liberdade e pelos direitos humanos durante a ditadura. Amália havia esperado muito pelo fim da ditadura e, conseqüentemente, de todo aquele sofrimento! Um dia que ela imaginou ser “marcante, de festa nacional coletiva celebrando o fim daquele terror todo, com a abertura das prisões para a saída de todos os presos políticos, com revoadas de aviões ou chegada de navios trazendo os exilados no meio de muita alegria [...]” (Machado, 2012, p. 243). Porém, não foi como na sua juventude, quando assistiu ao retorno “dos pracinhas que haviam lutado na Segunda Guerra Mundial e desfilaram pelo centro da cidade em carro aberto debaixo de chuva de papel picado” (Machado, 2012, p. 243). Não! O fim da ditadura não foi como imaginou a mãe de Marcelo, feito o “[...]14 de julho na França ou 25 de abril em Portugal, a instituição de um feriado novo para marcar um tempo novo. Mesmo que não tivesse um evento tão nítido como a queda da Bastilha ou o levante que culminou na Revolução dos Cravos” (Machado, 2012, p. 243). Não, não! Foi tão vagaroso, que parecia não acabar jamais, pois a lei de Anistia foi somente um marco desse processo de transição, e não a causa do fim da ditadura.

---

<sup>16</sup> Por se tratar da transcrição de um depoimento oral, a pontuação do texto foi realizada por mim.

Anterior a esse marco, envolta pela repressão e tendo sua vida pessoal e profissional vigiadas, por ser considerada perigosa pelos militares, Helena vivia em constante tensão, “com medo, com medo, com medo”, suportando sofrimentos e experiências emocionais detestáveis. “Achava que ia enlouquecer de vez, se Arnaldo não tivesse descoberto um navio cargueiro cujo armador queria colaborar, imaginem, e oferecia um camarote de graça para tirá-los do país” (Machado, 2012, p. 315). Exilar-se era o melhor a se fazer. Isso porque “nos casos de exílio voluntário encontra-se sempre, anterior à decisão de saída, ou a ela ligada, um dos seguintes componentes: prisão, perseguição, punição, pressão psicológica, estreitamento de canais de expressão profissional, política e até mesmo familiar” (Costa et al., 1980, p. 19). Assim, Helena e o marido decidiram sair e deixaram “a terra das palmeiras onde canta o sabiá. Como Marcelo tinha deixado, por terra, três semanas antes. Mas isso eles não sabiam” (Machado, 2012, p. 315). Foram, então, os dois irmãos e Arnaldo para terras do além-mar, pois o exílio, em diálogo com Joffily (2016, p. 118), nada mais é do que uma forma de fugir, “Uma forma de encontrar novas condições de trabalho, escapar do clima sufocante da censura, da ausência de liberdade e de qualquer possibilidade de expressão”. Estava Helena e o marido, a partir daquele momento, assim como Marcelo, considerado perigoso e subversivo, de partida voluntária para outro país, pois permanecer no Brasil seria estar sob pressões de forças exteriores, serem presos, torturados e até assassinados, como aconteceu com “muita gente que não teve escolha. E que foi sugada da periferia para o centro” (Machado, 2012, p. 35).

Helena foi sugada. Passou por uma transição, quer seja, saiu da margem da sociedade em que foi jogada pela ditadura para uma posição de protagonismo ou centralidade, uma vez que deu seu testemunho, por meio da escritura, do horror sofrido por toda uma coletividade. Essa luta se faz também aqui, com as ferramentas de que disponho. De posse das palavras, fortaleço os vínculos que se unem em prol da memória, da verdade e da justiça. Nesse sentido, para melhor organização desta escritura, a abordagem do testemunho se efetiva em um nível conceitual, a partir do entendimento do período ao qual se fez necessário e dos motivos que levaram à escrita do testemunho. Em “Linguagem e trauma na escrita do testemunho”, Ginzburg (2021, p. 20-21) destaca que Gustavo V. García considera que a escrita de testemunho é “uma forma nova de criar literatura, em contrariedade à tradição

canônica [...]. Caracteriza sua especificidade uma conexão direta dos textos com a defesa de direitos civis, em contrariedade a autoritarismos institucionais”. O estudioso reitera que “Relatos testemunhais surgem associados a abusos de Estado, em solidariedade a vítimas e em atenção crítica à violência [...] representações de genocídios, ditaduras e outras violências”. *Tropical sol da liberdade* é um claro exemplo de testemunho na literatura brasileira, uma vez que a personagem Helena de Ana Maria Machado discorre sobre o vivido e o presenciado durante o período ditatorial brasileiro. Ao realizar esse feito, encorpa demais vozes em um compromisso ético com os silenciados pela ditadura militar brasileira. Com isso, testemunha e ilumina o que se encontra imerso na escuridão, como um ato de resistência.

## 1.2 TESTEMUNHO: UM ATO DE RESISTÊNCIA

O vocábulo “testemunho” é muito caro para mim neste trabalho, pois aqui o utilizarei em estreita relação com o contexto da ditadura militar brasileira. Não sem motivo, ser instrumento vital para o estabelecimento da verdade, a manutenção da memória e a luta pela justiça, contribuindo para a reparação das vítimas e a conscientização sobre os horrores do regime. Isso porque os relatos e depoimentos dos que vivenciaram ou foram diretamente afetados pelos abusos e violações de direitos humanos cometidos são fundamentais para documentar e compreender as práticas repressivas do regime, como tortura, censura, assassinatos, desaparecimentos forçados e outras formas de violência política.

Entre as diversas formas de testemunho, Salgueiro (2015, p. 123-124) cita “o relato, o depoimento, o documento, o registro (escrito, oral, pictórico, filmímico, em quadrinhos etc)” e esclarece que “testemunha, por excelência, é aquela que viveu a experiência, é um supérstite (*superstes*) – sobrevivente”. Há outros graus de testemunha: há o *testis*, que se põe como *terstis* (terceiro) – que presenciou, que viu, que ‘testemunhou’”. Em *Tropical sol da liberdade* o testemunho se manifesta por meio das recordações de Helena, *superstes* e *testis*, que não só sobreviveu à experiência da ditadura, como presenciou os desmandos cometidos pelo regime militar brasileiro. O testemunho de terceiros torna-se evidente à medida que a protagonista, no decorrer da peça de teatro, que está escrevendo, explicita as mazelas vividas por suas personagens, indivíduos que experienciaram os desmandos ditatoriais.

Na ocasião de sua prisão, por exemplo, enquanto aguardava para ser indagada, presenciou um rapaz, seu conhecido de vista, sendo jogado em uma sala. “Estava muito maltratado e foi empurrado longe, por dois homens, pela porta. Caiu no chão, levou um chute, e um terceiro homem algemou seu pulso ao pé do banco onde ela estava sentada” (Machado, 2012, p. 309). Não foi diferente em relação ao exílio, pois ela experimentou e presenciou o estado de inadequação dos sujeitos exilados, entre outros infortúnios.

Ao colher os testemunhos dos exilados que encontrou durante sua viagem a Paris, Helena se comprometeu a transmitir suas histórias, ocupando, assim, o lugar daquele que ouviu o relato do outro e o levou adiante. Isso ocorreu pelo registro da arte cênica, pelo empenho na tarefa de produzir uma peça teatral, embora não soubesse escrever e precisasse buscar auxílio. Por isso, a relevância de seu testemunho. Martinelli Filho (2022a, p. 60) ratifica a notável importância da literatura de testemunho que viabiliza a inscrição das vozes silenciadas e os atos de barbárie na história, “conduzindo a um *recordar* e a um *reconhecer* necessários para que seja viável a perlaboração daquilo que se repete à revelia dos sujeitos e da sociedade”.

Entre a elaboração dos acontecimentos dos desterrados estava Paulo, de quem Helena se recordava ao procurar as anotações referentes a ele. “tão querido, que carregava seu braseiro aberto” (Machado, 2012, p. 190). Sempre “amigo, entusiasmado, confiante. Claro, também com uma história de dor, cheia de momentos de aflição” (Machado, 2012, p. 190).

Durante suas conversas, debaixo do telhado, no meio de todo aquele cinzento de Paris, o brasileiro manifestava o desejo de levar aquele “papo num banco de praia lá no Rio” (Machado, 2012, p. 190). Para ele, faltava pouco para voltar. Seria o primeiro. “Todo ano eu digo que é o último. Nunca mais passo um Natal longe de casa. [...]. Pode parecer esquisito, sabe?, mas para mim a saudade é ainda maior que a solidão, a vontade de voltar é maior que tudo, o Brasil é maior [...]” (Machado, 2012, p. 191), dizia. Helena era, pois, a testemunha que acolhia sua voz.

De acordo com Gagnebin (2006, p. 57), é também testemunha aquele que se detém e consegue ouvir as palavras do outro, por mais insuportáveis que elas sejam, e ainda aceita que suas palavras levem adiante a história ouvida, como em um revezamento. Isso, “não por culpabilidade ou por compaixão”, reitera a pesquisadora, mas porque

somente a “transmissão simbólica, assumida apesar e por causa do sofrimento indizível, somente essa retomada reflexiva do passado pode nos ajudar a não o repetir infinitamente, mas a ousar esboçar uma outra história, a inventar o presente”. A atitude da personagem, ao transmitir simbolicamente a voz do outro, em conformidade com a assertiva de Gagnebin, remete ao posicionamento de Bárbara de Souza Conte (2014, p. 24): “O tempo do testemunho é, portanto, um tempo-outro que supõe esse jogo de ouvir e falar que afeta a ambos: quem testemunha sua história e quem a escuta”. A autora salienta que, ao retirar das vivências o registro do medo e da humilhação, o testemunho devolve à história sua dimensão coletiva e temporal. Sob essa ótica, os que se envolvem nesse processo de reparação “são afetados e esta implicação se dá tanto no campo da recomposição individual, com a quebra do silenciamento do não dito, quanto no campo coletivo, com a recuperação da história em sua dimensão social” (Conte, 2014, p. 24). Na narrativa de Ana Maria Machado, defendida como uma literatura de teor testemunhal, o jogo de ouvir e falar, além do de recordar, revela, no campo individual, a recomposição da personagem principal, e no coletivo, a recuperação da história. O diálogo entre mãe e filha remete o leitor aos acontecimentos do período ditatorial, à medida que os fatos são rememorados.

As catástrofes ocorridas no século XX, entre elas, duas grandes guerras mundiais<sup>17</sup> – a primeira de 1914 a 1918 e a segunda de 1939 a 1945 –, genocídios e massacres, marcaram profundamente a sociedade. Em entrevista concedida ao Programa Café Filosófico CPFL, Seligmann-Silva (2018) discorre sobre o conceito de testemunho

---

<sup>17</sup> Na introdução à obra *A primeira guerra mundial: os 1.590 dias que transformaram o mundo*, Martin Gilbert (2017, p. 14) sublinha que “morreram mais de nove milhões de soldados de Infantaria, Marinha e Força Aérea. [...] morreram também cinco milhões de civis em consequência da ocupação, de bombardeamentos, fome e doenças”. O autor destaca, além disso, dois fatores que provocaram maior destruição, o assassinio “em massa de armênios em 1915 e a epidemia de gripe que teve início enquanto ainda decorria a guerra [...]”. Ademais, acrescenta Gilbert, a “fuga de sérvios da Sérvia em finais de 1915 constituiu outro episódio cruel em que pereceram civis em grande número; e também o bloqueio naval aliado à Alemanha, que teve como resultado a morte de mais de setecentos e cinquenta mil civis alemães”. Em *A segunda guerra mundial: os 2.174 dias que mudaram o mundo*, por sua vez, Gilbert (2014, p. 4) classifica o conflito como um dos mais “devastadores da história da humanidade: mais de 46 milhões de militares e de civis morreram, muitos em circunstâncias de crueldade prolongada e terrível”. O autor acrescenta que no período de guerra entre o ataque da Alemanha à Polónia em setembro de 1939 e a rendição do Japão em agosto de 1945, “a esmagadora maioria daqueles que morreram, quer na frente de batalha quer na retaguarda, tinha nomes e rostos obscuros, exceto para as poucas pessoas que os conheciam ou os amavam – mas, em casos que talvez também atinjam uma cifra de milhões, foram eliminados até mesmo aqueles que em anos posteriores poderiam ter recordado uma vítima. Não foram apenas 46 milhões de vidas aniquiladas, mas a vida e a vitalidade vibrantes que haviam recebido como herança e que poderiam ter deixado aos seus descendentes: uma herança de trabalho e de alegria, de luta e de criatividade, de saber, de esperanças e de felicidade que ninguém receberia ou transmitiria”.

como uma chave para se pensar a ética da responsabilidade e do cuidado. Pensar a literatura brasileira a partir da chave do testemunho “implica abrir a ‘caixa de ferramentas’ do leitor e as suas possibilidades de abordar uma literatura saturada de contato com um cotidiano e uma estrutura social violentos e com práticas de exclusão – social e étnica – igualmente aviltantes” (Seligmann-Silva, 2013, p. 41). Nesse sentido, conforme salienta Seligmann-Silva (2013), mesmo que a literatura de teor testemunhal já tenha se firmado como campo de estudos literários, consoante aos estudos da Shoah, ao contrário do que ocorria há alguns anos, há a necessidade de se publicitar, cada vez mais, as pesquisas voltadas ao testemunho dos barbarismos cometidos no passado, para que não se reproduzam.

*Tropical sol da liberdade*, por esse prisma, permite inúmeras inferências que, sem dúvida, somam-se às de outras obras, indispensáveis para a formação de um campo cada vez mais forte e amplo sobre os estudos da literatura testemunhal, pelo viés da prosa de ficção. Lançar luzes sobre esse tempo de sombras e de arbítrio e desvelar todas as informações sobre violações de Direitos Humanos, que ocorreram durante a ditadura militar, “é um imperativo da reconstrução histórica e, ao mesmo tempo, um imperativo da própria democracia brasileira” (Cassel; Vannuchi, 2011, p. 13).

Passados 100 anos desde a primeira guerra, nunca tantas pessoas foram massacradas pela técnica e, portanto, pela ciência, por um modelo de produção que gera esse genocídio, enfatiza Seligmann-Silva (2018). Tal situação fez surgir a necessidade de se inscrever a violência, o que deu origem ao testemunho, pois a partir da recepção dessa inscrição, seja ela oral, escrita ou artística imagética, podemos “tentar construir uma nova ética, um novo ponto de vista para se pensar a humanidade e as relações humanas” (Seligmann-Silva, 2018). A partir da escuta, novos pactos de responsabilidade precisam ser estabelecidos, haja vista que os acordos não estão sendo respeitados como deveriam, acrescenta o teórico. Isso afeta, infelizmente, uma significativa parcela da humanidade, especialmente a mais fraca, a dos camponeses, dos trabalhadores, da questão do LGBT, dos grupos LGBT, dos índios nas Américas e, sobretudo no Brasil, por isso se faz necessário pensar o testemunho historicamente (Seligmann-Silva, 2018).

Pensar o testemunho do modo como propõe o teórico, isto é, historicamente, dialoga com o conceito desse ato na perspectiva de Albert Camus (2014, p. 38): “Pensar é

reaprender a ser, a ser atento, é dirigir a própria consciência, é reaprender a ver, é fazer de cada ideia e de cada imagem, [...] um lugar privilegiado”. Naquele contexto de torturas, prisões, mortes e desaparecimentos, Helena ocupava esse lugar privilegiado, tanto como alguém que sobreviveu, quanto alguém que, uma vez sobrevivente, na perspectiva de Camus, precisaria “pensar, reaprender a ser, estar atenta e lutar para conseguir testemunhar e colaborar na construção de “uma nova ética”. Logo, trazendo essa teoria para o campo reflexivo sobre a ditadura, pensá-la sob o prisma histórico, requer atenção, reflexão, retomada de rotas, entre outras ações que nos permitam acesso a esse lugar privilegiado. Não pelo estado de contentamento, mas pela possibilidade de ocupar lugar favorável à construção de um “novo ponto de vista para se pensar a humanidade e as relações humanas” (Seligmann-Silva, 2018). Em outras palavras, como ressalta Jorge Larrosa Bondía (2002, p. 21), “pensar não é somente ‘raciocinar’ ou ‘calcular’ ou ‘argumentar’, como nos tem sido ensinado algumas vezes, mas é sobretudo dar sentido ao que somos e ao que nos acontece”.

Essa necessidade de pensar é simbolizada na narrativa como condição de sobrevivência para a personagem. Além disso, representa sua postura ética, quer seja, dirigir a própria consciência e chegar ao “lugar privilegiado” que busca alcançar, por meio de sua escrita. Por isso, a possibilidade de não mais conseguir falar e escrever, quando descobria o prazer de encadear as palavras, a atormentava. Tinha, para além da urgência de organizar o pensamento e encadear as palavras, o desejo de dar testemunho de tão terrível período da sua vida. Mas como fazê-lo? Martinelli Filho (2024, p. 4) nos dá a resposta. Indo além da sugestão de Seligmann-Silva, sinaliza que é necessário pensar o testemunho não somente pela “chave ética, histórica e política, mas também em termos de estruturação psíquica e dos efeitos decorrentes das ações ameaçadoras do contexto em que se encontra o sujeito, o que mobiliza recursos de defesa por vezes radicais no psiquismo”.

As reflexões originadas desse adágio conduziram a análise da obra também a partir dessas chaves, visto que ambas se intercalam, o que permite ao leitor, por meio do fluxo de consciência da personagem, colocar-se no cerne das questões contempladas pela narrativa. Ao discorrerem acerca da estrutura de *Tropical sol da liberdade*, Rosani Úrsula Ketzer Umbach e Vera Lucia Lenz Vianna (2010, p. 72) observam os múltiplos recuos no tempo apresentados pela narrativa. “Esses ‘flashbacks’ que

aparecem a todo o instante e sem aviso, servem a um propósito vital – a construção do perfil psicológico da protagonista”.

As pesquisadoras destacam ainda a aparente desorganização na forma da narrativa que lança luz sobre o movimento “de vai e vem da memória da personagem”. Essa estratégia direciona o leitor ao tempo de criança e ao envolvimento de Helena contra o autoritarismo, o desterro e, por fim, o retorno à pátria mãe. “As lembranças do tempo mágico da infância, entre a casa da praia e o convívio com os avós são fundamentais, pois exercem um papel terapêutico em relação ao corpo e à mente da protagonista” (Umbach; Vianna, 2010, p. 72). *Tropical sol da liberdade* permite, portanto, pensar o testemunho pela chave ética, histórica, política e em termos de estruturação psíquica. Isso porque o exame profundo dos aspectos da memória e da experiência vivida pela personagem, tratando-se da ditadura, reflete-se nas diferentes fases de sua vida e também nas interações que efetiva com o ambiente e os eventos ao seu redor.

Seligmann-Silva (2010) considera essencial estender as reflexões sobre a ditadura para o “nosso aqui e agora”. Não sem motivo, afirmar que nas últimas décadas, assistiu-se no Brasil a um debate sobre a memória da ditadura civil-militar de 1964-1985. “O século XX foi um século de catástrofes, de genocídios e de perseguições em massa. Ele gerou um número de mortes e de sociedades devastadas pela violência como nunca se vira. Muitas populações ocuparam este lugar de vítima” (Seligmann-Silva, 2010, p. 12). Os que sofreram perseguições no período de exceção são, antes de mais nada, vítimas. “Mas existe a possibilidade de esta comunidade sair desta posição de vítima. O testemunho pode, justamente, servir de caminho para a construção de uma nova identidade pós-catástrofe”, acrescenta o autor.

Esse tempo de brutalidade e de amontoamento de crimes “contra a humanidade corresponde também a uma nova cultura do testemunho” (Seligmann-Silva, 2010, p. 12). Quer seja artístico/literário, quer seja jurídico, o testemunho pode favorecer a instituição de novo espaço político para além dos traumas que serviram tanto para esfacelar a sociedade como para construir novos laços políticos. “Esta *passagem pelo testemunho* é, portanto, fundamental tanto para indivíduos que vivenciaram experiências-limite, como para sociedades pós-ditadura” (Seligmann-Silva, 2010, p. 12).

Agregando argumentos a essa reflexão, Ginzburg (2017, p. 129) defende que o ensino da literatura associado a uma política contrária à violência, “poderia trabalhar em favor de uma memória coletiva capaz de exteriorizar o que foi recalcado e deve ser resgatado na história de destruição que constitui nossa sociedade, para que a barbárie não se repita”. Existe uma conexão direta entre estética e ética, reitera. O modo como nossa percepção funciona no campo artístico está vinculado ao modo como organizamos nossos valores nas percepções cotidianas” (Ginzburg, 2017, p. 40). Eis a importância de os estudiosos das ciências políticas, sociais e da história se dedicarem à temática da violência, bem como ocorre no campo dos estudos literários. Trata-se, ‘a rigor’, de um tema prioritário nos estudos cinematográficos, musicais, teatrais e artes plásticas. Sendo assim, “As interpretações que realizamos de obras, de modos mais ou menos conscientes, constituem parâmetros de discernimento” (Ginzburg, 2017, p. 40). Nessa perspectiva, a arte literária possibilita que os sujeitos, ao se colocarem como espectadores da criação artística, defrontem-se com uma oportunidade de discernimento da responsabilidade ética, pela via do estético. A formação estética de uma sociedade, dentro desses parâmetros, é parte decisiva de sua formação ética, pois a forma como interpretamos imagens artísticas favorecem a definição de tomadas de decisão e critérios de relacionamento com outros indivíduos (Ginzburg, 2017).

A arte literária no Brasil, que compreende os estudos sobre testemunho, de acordo com Martinelli Filho (2022a, p. 54), dedica-se “especialmente aos relatos de origem carcerária e da ditadura militar, com uma produção acadêmica crescente nas duas primeiras décadas do século XXI”. Há, contudo, um segundo tipo de estudo que se dedica em evidenciar aspectos das diferentes formas de violência cometidas na ditadura. Trata-se daquele que “se aproxima do relato de experiência, de maneira semelhante à escrita autobiográfica, ora recorre à ficção com maior liberdade, sem perder por isso a contundência” (Martinelli Filho, 2022a, p. 54).

A produção de cunho testemunhal, consoante a Seligmann-Silva (2010), vastíssima na América Latina, à qual se somam os inúmeros testemunhos que há alguns anos vêm sendo realizados nos tribunais de países como a Argentina, Chile e Uruguai, não se viu no Brasil. A “transição para a democracia foi engasgada por articulações políticas que – com leis como a da Anistia (tal como ela foi formulada e é interpretada) [...] impediram a passagem pelo testemunho” (Seligmann-Silva, 2010, p. 12-13). Em

razão disso as pessoas vitimadas pela ditadura brasileira “não puderam se transformar em acusadores, os eventos da ditadura não puderam sequer serem transformados em fatos” (Seligmann-Silva, 2010, p. 12-13).

Como trabalho de resgate do passado e de luta por justiça, em 17 de agosto de 2023, no Centro MariAntonia, foi realizada uma roda de conversa em comemoração aos 44 da Lei da Anistia<sup>18</sup> – sancionada em 28 de agosto de 1979, pelo então presidente da República, general João Batista de Oliveira Figueiredo. Na ocasião, Maria Auxiliadora Guimarães discorreu sobre a formulação da referida lei e a forma como ela é interpretada. Declarou que, junto a outros militantes e ex-presos políticos, participou de sua elaboração, “não foi de mão dupla, ela foi interpretada como sendo uma lei de mão dupla”. A redação do primeiro parágrafo – “estão anistiados todos aqueles que cometeram crimes políticos e crimes conexos, ou seja, aquelas pessoas que cometeram crimes de qualquer natureza e crimes conexos a estes crimes estavam anistiadas [...]”<sup>19</sup> – foi interpretada de outra forma pelos militares. Ou seja, “conexos eram os militares que tinham torturados os presos, matado os militantes, prendido crianças assassinadas”. Daí a importância de resgatarmos o que nosso país construiu como memória, salientou.

O resgate dessa memória perpassa, entre outros fatores, pela atitude de se dar visibilidade aos acontecimentos que marcaram o período ditatorial. Em entrevista concedida a Gabriel Pochapski, em 9 de março de 2022, sobre a exposição<sup>20</sup> intitulada “MemoriAntonia: por uma memória ativa a serviço dos direitos humanos”, sob sua curadoria e a do pesquisador Diego Matos, Seligmann-Silva salientou a necessidade de se falar muito sobre a ditadura, de se publicizar as pesquisas e encontrar mais

---

<sup>18</sup> De acordo com Cláudio Casali (2019, p. 8), “a Câmara tinha rejeitado, em 1968, um projeto de anistia aos envolvidos em incidentes políticos a partir de março de 1964. No ano de 1975, foi feita uma reivindicação por um grupo de mulheres pertencentes ao Movimento Feminino pela Anistia, liderado pela advogada Thereza Zerbini, ‘pela pacificação nacional’ e ‘reconciliação da família brasileira’. Em novembro de 1978 foi realizado em São Paulo, o primeiro Congresso Nacional da Anistia já com o propósito para que fosse “ampla, geral e irrestrita”. A partir da Lei n. 6.683, de 28 de agosto de 1979, a anistia foi concedida para todos aqueles que participaram dos “anos de chumbo” contra “chumbo”.

<sup>19</sup> Por se tratar de um depoimento oral, a pontuação do texto foi realizada por mim.

<sup>20</sup> Exposição realizada no Centro Universitário Maria Antônia, um dos órgãos da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária da USP. Desde sua inauguração em 1993, oferece exposições diversas, cursos de curta duração, palestras, debates e seminários, mostras de cinema, lançamento de livros, entre outras ações culturais. Disponível em: <http://www.mariantonia.puceu.usp.br/sobre-2/>. Acesso em: 02 mar. de 2023.

formas de propagá-las. A banalização<sup>21</sup> é estratégia para a extrema-direita, pois “Dizer que a ditadura é boa é uma maneira de naturalizar a desmontagem da democracia. Nós temos que falar da tortura, da corrupção e da inflação. Precisamos mostrar o terror que foi a ditadura” (Seligmann-Silva, 2022), mesmo que o eco de nossas vozes incomode aqueles que desejam o seu retorno.

Ana Maria Machado (1996, p. 46) também se posicionou acerca disso. Devido à censura instaurada em dezembro de 1964, que proibiu qualquer solenidade, na ocasião de sua formatura a turma foi dividida e seu professor teve de repetir o mesmo discurso quatorze vezes. “Era mais uma aula que [...] dava – a brincadeira tinha que continuar” já que a palavra tinha que ser mantida viva, pois “incomodava muito aos ditadores e só através de sua ação multiplicadora seria possível um dia convencer os indiferentes, para que todos, juntos, exigíssemos a volta da democracia e do estado de direito”. Nesse sentido, a ação multiplicadora foram suas obras de teor testemunhal.

Em diversas passagens de *Tropical sol da liberdade*, a importância do resgate da memória se apresenta, por meio das reflexões de Amália sobre a anistia. Embora o filho Marcelo estivesse anistiado, “não conseguia esquecer que ainda havia gente que não tivera uma anistia plena” (Machado, 2012, p. 243), que o governo se mantinha “cheio de gente, em postos de mando, que servira com o mesmo empenho ao regime anterior” (Machado, 2012, p. 243) e que a data para eleição presidencial, que não ocorria a aproximadamente três décadas, era desconhecida. Para além de tudo isso,

[...] não dava para esquecer que todos aqueles que reprimiram, bateram, prenderam, torturaram, soltaram bombas e mataram durante os anos de terror continuavam soltos e dispersos pelo meio da população, sem nunca terem sido punidos de uma forma qualquer e, muitas vezes, sem nunca ao menos terem sido identificados e expostos à opinião pública. Juntando com todos os ladrões e corruptos que deram todo tipo de trambique e se meteram em todo tipo de roubalheira até o país chegar à calamidade econômica em que estava, era bastante gente gozando da mais total impunidade (Machado, 2012, p. 243-244).

---

<sup>21</sup> Seligmann-Silva (2022) produziu uma espécie de projeto artístico, mnemônico e político, em razão de um contexto que foi se tornando cada vez mais evidente a importância da memória da ditadura: “A manipulação dessa memória ficou visível nos últimos anos, inclusive em países latino-americanos, como o Chile, onde um dos candidatos à presidência em 2021 representou a nostalgia de um pinochetismo. No Brasil, o candidato de 2018 foi eleito manipulando essa questão ditatorial, afirmando que os militares não foram corruptos, que houve desenvolvimento, além da presença de um tipo de ‘gozo perverso’ de falar que a pessoa mais importante da época foi um tortura dor notório”.

Às vezes, essas lembranças provocavam um desânimo profundo em Amália. Embora tivesse consciência, conforme “dizia para si mesma [...] que agora as coisas estavam melhores [...], era uma situação muito mais democrática, sem qualquer dúvida” [só acreditaria] “em um tempo novo pra valer” (Machado, 2012, p. 244), quando visse a justiça ser feita. Muitos, como a personagem, esperaram/esperam por esse “tempo novo”, no qual haverá, de fato, reparação para tantas injustiças. Por isso, as assertivas dos autores mencionados reforçam a urgência em buscar alternativas que esclareçam os fatos. É fundamental rememorarmos o passado e lutarmos de forma a contribuir para que seja minimizado o “bloqueio e sequestro do testemunho”, que o inviabiliza, seja no campo jurídico ou em outros modelos orais ou escritos”, como escreveu Seligmann-Silva (2013, p. 13) a mais de uma década. À época, a literatura documental brasileira era “comparativamente muito pequena”.

De forma a exemplificar suas proposições, o autor cita alguns escritores da nossa literatura, cuja tradição literária é forte em apresentar aspectos da violência que “marca profundamente nossas estruturas sociais desde sempre” e que retratam a ditadura de 1964 a 1985, realizando “um interessante enfrentamento da questão da violência e de sua representação”. No primeiro exemplo, Euclides da Cunha, Graciliano Ramos, Guimarães Rosa e Carlos Drummond de Andrade e, no segundo, Antonio Callado, Paulo Francis, Carlos Sussekind, Renato Pompeu e Tatiana Salem Levy. As obras desses autores, no entanto, eram insuficientes “para criar uma cultura da memória, como a que percebemos em outros países da América Latina” (Seligmann-Silva, 2010, p. 14).

Desde a última ditadura, instituiu-se no Brasil uma sociedade da qual uma fração se identifica com o desejo de buscar a verdade dos acontecimentos e que luta pela memória e pela justiça (Seligmann-Silva, 2010). Trata-se da constituída “pelas vítimas, pelos solidários com elas e por muitos que acreditam na importância de se estabelecer justiça como condição de construção de um Estado de direito autenticamente justo e democrático” (Seligmann-Silva, 2010, p. 12). Em entrevista concedida à Márcia Angelita Tiburi, o estudioso destaca que o “testemunho é o relato pós-era da narrativa tradicional” (Seligmann-Silva, 2011, p. 10). Essas barbaridades provocaram um imperativo do testemunho como acusação, mas também como um “processamento do trauma”, pois a escrita é uma forma de análise da violência.

Tomando por base todo o exposto, ousou afirmar que *Tropical sol da liberdade* se situa entre as literaturas de teor testemunhal que assumem o propósito de criar uma “cultura de memória”, o que se evidencia pelos traços narrativos associados a outros elementos que as caracterizam como tal e, de certa forma, instigam o leitor a refletir acerca da importância da prática de recordar para manter viva a história do país e, ao mesmo tempo, questioná-la.

Salgueiro (2012, p. 299) contribui com uma fundamental questão acerca dos indícios que situam uma narrativa ficcional como testemunhal. “A presença da ficção na confissão e no testemunho não invalida, em hipótese alguma, os traços gerais do “gênero testemunho (híbrido, aliás, como os demais gêneros, subgêneros e outras formas podem ser). Ao contrário, esse cruzamento amplifica a questão”. O escritor reitera que “Cada texto, cada caso há de propor protocolos e pactos, que não de variar, certamente, a partir mesmo do repertório e do acolhimento do leitor” (Salgueiro, 2012, 299). Como traços que se destacam na literatura testemunhal, o autor evidencia os seguintes: 1) “registro em primeira pessoa”; 2) “compromisso com a sinceridade do relato”; 3) “desejo de justiça”; 4) “vontade de resistência”; 5) “abalo da hegemonia do valor estético sobre o valor ético”; 6) “apresentação de um evento coletivo”; 7) “a presença do trauma”; 8) “rancor e ressentimento”; 9) “vínculo estreito com a história”; 10); “sentimento de vergonha pelas humilhações e pela animalização sofridas”; 11) “sentimento de culpa por ter sobrevivido”; e 12) “impossibilidade radical de re-apresentação do vivido/sofrido”.

O escritor destaca o significativo crescimento dos estudos sobre testemunho, que tem relação com a “onda (multi)culturalista”, [...] sendo um fundamental ponto de debate o fato de, em princípio, “a ‘literatura’ ser o oposto de ‘testemunho’ – e vice-versa” (Salgueiro, 2012, p. 291). Alega também que “as considerações acerca da ‘literatura de testemunho’ envolvem questões de gênero, de valor, de saberes, que, mais uma vez tensionam os limites entre estética e ética, entre verdade e ficção, entre realidade e representação”.

Os acontecimentos históricos do período ditatorial, uma vez ficcionalizados em *Tropical sol da liberdade*, permitem que o interlocutor se assente no cerne dos conflitos que culminaram em torturas, mortes e desaparecimentos. Isso se revela à medida que as marcas que favorecem a caracterização do romance, como uma

literatura de testemunho, são identificadas e entrelaçadas ao *corpus* desta escritura. Marcelo Ferraz de Paula (2019, p. 5) acentua: “Se é certo que, mesmo escrita em verso e com uma voz lírica convencional a escrita do testemunho requer uma dimensão narrativa que constantemente ‘traí’ o seu pendor lírico”, também se pode considerar que tanto na linguagem em prosa do romance, da crônica ou do conto são ativados, pelo testemunho, traços poéticos e líricos. Isso ocorre devido à quase absoluta identificação entre testemunho e narrativa em primeira pessoa, acrescenta o autor, “via de regra com narradores se deparando com os labirintos da subjetividade, ora esfacelada ora comprometida com sua sobrevivência e a do grupo social”.

Recorrendo “à ficção com liberdade, sem perder por isso a contundência”, Ana Maria Machado evidencia a violência da ditadura. Embora narrado também em terceira pessoa, os traços poéticos do romance, ativados pelo testemunho, revelam os “labirintos da subjetividade” das personagens, “ora esfacelada ora comprometida” com a sobrevivência individual e coletiva, como é o caso de Helena. Além disso, a estratégia literária da escritora favorece a aproximação do leitor aos atos violentos sem, contudo, explicitá-los claramente. Muito disso se faz por intermédio de uma linguagem impedida de descrever os fatos como ocorreram. Os ecos dessas vozes fragmentadas, soando como resquícios de lembranças, refletem os acontecimentos, dos mais triviais aos mais extraordinários.

## 2 UMA MENTE NO INVERNO: O EXÍLIO EM *TROPICAL SOL DA LIBERDADE*

O exílio jamais se configura como o estado de estar satisfeito, plácido ou seguro. [...] o exílio é ‘uma mente no inverno’ em que o *páthos* do verão e do outono, assim como o potencial da primavera, estão por perto, mas são inatingíveis (Said, 2003, p. 60).

Eis que a nova saga se inicia na vida da jornalista Lena. A ida para outro lugar. Uma vez exilada, passa a pertencer a uma diferente comunidade e precisa se moldar a outro idioma e cultura estranha. Não apenas Helena está expatriada. Em Paris, passa a conviver com vários que estavam em situação semelhante à dela. Com isso, é revelado ao leitor mais atento “o estado de inadequação permanente em que viveram os exilados políticos no período da Ditadura Militar no Brasil e na América Latina” (Vargas; Umbach, 2013, p. 82). Trata-se de um desajustamento que afeta não somente os que saíram voluntariamente do seu país por falta de opção, como é o caso da personagem. Também atinge os “expatriados oriundos de toda a América Latina [...] arrancados forçosamente de sua terra natal, iniciando um processo doloroso de desenraizamento” (Vargas; Umbach, 2013, p. 82). Nesse sentido, Vargas e Umbach enfatizam (2013, p. 85) que “Independentemente de o exílio ter sido consequência de uma decisão voluntária, em ambos os casos estaria implícita a pressão de uma força exterior, seja ela um regime de governo, uma forma política determinada, uma ameaça concreta à vida” e, entre as consequências do desterro, seja por um ou outro motivo, está a dor da separação.

Said (2003) expõe que o exílio nos incita inusitadamente a pensar a respeito dele, mas é assustador de vivenciar. “Ele é uma fratura incurável entre o ser humano e um lugar natal, entre o eu e seu verdadeiro lar: sua tristeza essencial jamais pode ser superada” (Said, 2003, p. 46). O autor reitera que, ainda que a literatura e a história contenham episódios heroicos, românticos, gloriosos e até mesmo triunfais da vida de um exilado, aqueles não são mais do que esforços para superar a dor mutiladora da separação. Isso porque as realizações do exílio são permanentemente minadas pela perda de algo deixado para trás para sempre. O exilado que partiu para sempre, embora esteja “confortável e seguro em sua nova morada”, não esquece a dor do desterro. O não esquecimento “acaba por criar um ressentimento tão profundo que só faz intensificar a situação conflitante em que vive o exilado” (Vargas; Umbach, 2013,

p. 87). Para Maria Rita Kehl, o ressentido, “não é alguém incapaz de esquecer ou de perdoar; é um que não quer se esquecer, ou que *quer não se esquecer*, não perdoar, nem superar o mal que o vitimou” (Kehl, 2020b, p. 10).

O exílio de Helena, embora tenha sido somente “uma temporada. Longa, de quase quatro anos (Machado, 2012, p.26), exigiu que ela, por diversas vezes, tivesse como “totem” uma árvore. Na verdade, um pé de amendoeira, que havia ganhado ainda em forma de muda e se tornara uma planta enorme. E, para isso, a amendoeira é uma perfeita analogia ao exposto na epígrafe que abre este capítulo, pois o símbolo sagrado e protetor de Helena era

[...] loucamente descabelada, cheia de alucinações sazonais. Capaz de fazer seu próprio outono de fogo mais de uma vez por ano, nas horas mais inesperadas. Capaz de se desfolhar em lágrimas secas e decretar seu inverno individual nos trópicos, para depois ressurgir gloriosa em suave primavera de róseos brotos tenros, antes de endoidecer em verdores exuberantes de sombras, segundo um calendário regido apenas pelo pulsar de sua seiva (Machado, 2012, p. 19).

A amendoeira é uma planta de origem asiática, portanto, uma exilada também. No caso desta, em desterro definitivo. O desejo de Helena, provisoriamente, em Paris, era aprender com sua árvore “a se livrar das folhas caducas de quando em quando e ir buscar lá dentro do peito a gana de nascer de novo para começar outro ciclo” (Machado, 2012, p. 19). Helena realizou esse sonho, pois longe de seu lugar de origem, afastada de suas raízes, passou por mudanças intensas e imprevisíveis. Sob seu calendário pessoal, não segue as estações do mundo. Antes, viveu seus próprios ciclos de crescimento, com suas “sazonalidades”, regidas pela força interna da pulsante “seiva” de suas experiências. Suas alucinações temporais foram os momentos em que esteve dominada por sentimentos de perda e de saudade. Desfolhava-se em “lágrimas secas”, então, explicitando seu desgaste emocional, ao tentar desvencilhar-se dessa dor, uma vez que não se encontrava em estado “satisfeito, plácido e seguro”, pois “Bastava estar longe que a saudade era grande” (Machado, 2012, p. 26). Sem as condições familiares e culturais de seu ambiente original, era “uma mente no inverno” e, a exemplo de sua amendoeira precisou aprender a se adaptar às intempéries e à solidão do exílio, a ressurgir após a queda de suas “folhas”, a se reconstruir e se reinventar. Helena, assim, decretou seu próprio “inverno”, seu período de reclusão e introspecção, mas também recriou uma “primavera gloriosa”, fazendo brotar uma nova versão de si mesma, mais forte e renovada, conforme veremos adiante.

O exílio de Helena, em seu “inverno”, não foi apenas um afastamento geográfico. Foi seu “páthos do verão e de outono, assim como o potencial da primavera”. A metáfora das estações do ano ilustra o contraste entre o que Helena sentia e o que podia efetivamente viver, pois foi forçada a lidar com o isolamento emocional e a falta de conexão com seu passado e suas raízes. Como expressa Said (2003, p. 56), sob a perspectiva da filósofa francesa, Simone Weil: “Ter raízes é talvez a necessidade mais importante e menos reconhecida da alma humana”. O rompimento dessas raízes é especialmente mais doloroso para aqueles que mantêm o nacionalismo na alma. Para Helena era muito doloroso, pois ao contrário da árvore que “Estava ao lado da casa a tanto tempo, [...]. Afinal, árvore não viaja” (Machado, 2012, p. 201), desde pequena, transitava entre o sim e o não. Entre o ir e vir de seus dias, estava sempre a “passeio”, como nas férias de janeiro, em que passava na casa dos avós. Não era, nesse aspecto, como a frondosa árvore que lá “[...] permaneceu, vencendo todos os desafios para crescer, frutificar, fazer sombra, servir de refúgio para tantos [...]” (Machado, 2012, p. 202). De um lado para outro, em um movimento similar ao do balançar da copa da árvore, crescia, vencida desafios e, às vezes, até dava sombra, protegendo ora um, ora outro. Essas experiências lhe exigiram resistência, adaptação e, acima de tudo, capacidade para poder florescer novamente, mesmo que em um solo diferente. Tanto que durante sua estadia na cidade luz “[...]. Deu até para se interessar de verdade por muita coisa dos países adotivos, *se ajeitar como possível na pele de empréstimo, na língua dos outros, no humor alheio*” (Machado, 2012, p. 26, grifo meu).

Eis um ponto de extrema importância a ser analisado, o “ajeitar-se na pele de empréstimo”. Renascer, se reconstruir, se reinventar compreendia abrir-se a uma nova vida. Helena estava em processo de adaptação e integração e, ao mesmo tempo, passando por um conflito cultural. Inicialmente, difícil e até forçado, mas com o tempo, passou a apreciar e se envolver com o país de acolhimento, como sua cultura, língua e humor. Em um processo de ajuste gradual e contínuo, foi se inserindo no novo país, mas sem perder sua individualidade, pois seu exílio “não tinha sido dos cumpridos ou pesados. A rigor, [...] só um afastamento voluntário, antes que tivesse que ser forçado e ilimitado. [...]. Exílio tinha sido o dos outros, que saíram sem escolha” (Machado, 2012, p. 26-27). Costa et al. (1980, p. 19), evidenciam que “não há um exílio, mas muitos exílios [...] no que diz respeito a características individuais, duração,

países, condições, resultados etc. e as maneiras como são subjetivamente percebidos e, portanto, definidos”. As autoras acrescentam que o exílio pode ser tanto o isolamento como a clandestinidade dentro do próprio país, além da marginalização geográfica/cultural, como a perda da expectativa de retorno imediato e o rompimento com a militância.

Helena tinha um irmão, o Marcelo, que experienciara dois tipos de exílio e a perda da militância. O da clandestinidade na terra natal e o da saída forçada do Brasil para outro país. Além disso, durante seu “afastamento voluntário”, Helena conheceu e conviveu com exilados latinoamericanos. Um deles foi Paulo, compatriota e amigo, que tinha expectativa de “retorno imediato”. Certo dia, ambos estavam conversando em uma mansarda debaixo do telhado, no meio do ambiente cinzento de Paris, quando Paulo salientou que poderiam estar levando aquele papo em um “banco de beira de praia lá no Rio, e isso está por pouco...Sinto aqui dentro que já está quase na hora de voltar. O pessoal ri de mim porque vivo falando isso toda hora, mas não entrego os pontos” (Machado, 2012, p. 190). Em sua conversa com Helena, Paulo referendou que não era somente ele que tinha como profissão de fé o sonho do “retorno imediato”, pois certa vez conheceu “um velhinho espanhol que foi barra, uma fossa, com uma conversa de dizer que já está exilado há quase quarenta anos e passou os primeiros trinta dizendo que ia voltar no dia seguinte” (Machado, 2012, p. 191). Esse desejo, todavia, não era o de muitos outros exilados. Nenhuma dessas condições, no entanto, é menos impactante. Um exilado é um exilado e os motivos que o levou a tal situação não amenizam as consequências de uma nova forma de vida.

Para Vargas e Umbach (2013, p. 94), “O exílio é uma dessas imagens distorcidas que provocam sentimentos os mais contraditórios e que, ainda nos dias atuais, assustam àqueles que se aventuram especular em terreno tão pantanoso”, o que na prática significa “a retirada de um sujeito de sua terra em virtude de questões políticas. Em sua dimensão simbólica, implica separação, corte, ruptura, luto, crise de identidade, comportamentos heterodoxos”. A personagem Juan, um uruguaio com aproximadamente 60 anos, velho militante, radicado na Suécia, a cerca de 10 anos, e hospedado no mesmo hotel em que Helena estava, em razão do convite para participar de um debate em Roma, possuía comportamentos dissidentes e não conformista, pois colocava-se com perspectivas desafiadoras em relação ao país que

o acolheu. O diálogo entre Helena e ele revelou um sujeito ressentido e agressivo ao falar mal da Suécia a toda hora: “Reclamou do excessivo materialismo/ capitalismo do país que não entende trabalho voluntário e solidário de jeito nenhum e pagava tudo” (Machado, 2012, p. 176). Era visível seu profundo ressentimento “contra o bem-estar da sociedade que o acolheu, contra a pressão moral para que se sinta grato, contra a constatação de que a utopia sonhada pode até existir, mas seu povo está barrado do ingresso no paraíso” (Machado, 2012, p. 177). No entanto, ao ser lembrado por Helena que o regresso dele não tardaria, como ocorreu com muitos argentinos, em virtude da democratização do Uruguai, entornou-se “o caldo emocional de uma vez por todas. Ao tentar argumentar para me responder, ele foi sossegando e acabou com os olhos cheios d’água” (Machado, 2012, p. 177). As lágrimas representam sua impossibilidade de planejar o retorno, pois depois de tantos anos trabalhando na Europa, com direitos garantidos, aposentadoria, segurança social e a garantia de uma velhice tranquila, “Sabe que não vai ter coragem de voltar. E fica. Reclamando e agredindo. Mas transplantado, impossível de ser sueco, incapaz de ser plenamente uruguaio outra vez...” (Machado, 2012, p. 177).

Vargas e Umbach (2013, p. 87) entendem que “Juan não é mais ele, nem é o Outro, é algo de intermediário, de híbrido”. As estudiosas reiteram que quando no exílio, ele experimentou o que é viver em uma sociedade justa e igualitária, situação negada aos seus conterrâneos. Ou seja, “foi preciso haver um pressuposto simbólico de igualdade [...] para que o uruguaio se ressentisse pela situação desfavorável de seu povo, vítima de um sistema injusto” (Vargas; Umbach, 2013, p. 91). A psicanalista Kehl (2020b, p. 27) salienta que o “ressentido traduz a falta como *prejuízo* cuja responsabilidade é sempre de um outro contra quem ele dirige insistentemente um rosário de queixas e de acusações”. Acentua ainda que a obstinação em repetir a lamúria ressentida não aparenta ter “o caráter compulsivo e descontrolado de afetos como os ciúmes, por exemplo, com seu componente persecutório que o sujeito não consegue evitar” (Kehl, 2020b, p. 27). Além disso, não é despretensiosa, a exemplo da raiva e da alegria, nem inominável, como a angústia, pois, embora as queixas repetidas do ressentimento não escapem à determinação inconsciente, servem, acima de tudo, aos mecanismos de defesa do eu.

Helena sabia que Juan não teria coragem de voltar. Sua passividade diante da situação só reforçava sua condição de ressentido, uma vez que as “ruminações

silenciosas a que se entrega o ressentido [...] são uma forma de reivindicação sem luta” (Kehl, 2020b, p. 35). Isso porque era “impossível de ser sueco, incapaz de ser plenamente uruguaio outra vez...” (Machado, 2012, p. 177). Juan nada fez para mudar sua condição, mantendo sua “posição de vítima passiva [no lugar] de onde ele formula suas queixas” (Kehl, 2020b, p. 35). Diferentemente de Juan, o tempo todo Helena sabia que a maioria das pessoas queria voltar. Os vínculos criados no estrangeiro por um ou outro exilado, raramente eram fortes o suficiente para não serem rompidos. Geralmente, “o que acontecia era viver num estado de inadequação permanente, não pertencendo ao mundo em volta e cada vez pertencendo menos ao país natal (ou morrendo de medo de que isso acontecesse)” (Machado, 2012, p. 186). Há os que, mesmo desdenhando o país acolhedor, como Juan, não conseguem se desvencilhar dele, devido às conquistas proporcionadas pela comunidade de destino. Há também os que renegam suas origens por se sentirem forasteiros no próprio país, os que pensam em retornar, apesar do medo, e os destratados por seus pares, os quais lutavam pelos mesmos ideais.

O exilado, por permanecer ressentido com o “país que o banuiu”, desenvolve sentimentos destrutivos diversos, pois, “Uma vez banido, o expatriado será sempre um forasteiro, e assim se sentirá” (Vargas; Umbach, 2013, p. 86). Esse é o caso da personagem Anna Fischer. É evidente a mágoa que nutre por seu país.

Bom, meu nome mesmo não é Anna Fischer, é Sebastiana. Sebastiana Conceição de Araújo. Logo de saída, virei Anna [...] quando casei fiquei logo sendo a *Frau* Fischer, do meu marido, e hoje em dia até eu mesma esqueço da Conceição e do resto. Mas acho mesmo que ela era uma outra mulher, que ficou para trás. [...] Eu era secundarista, namorei um cara da faculdade de direito, fomos presos juntos, ele tentou fugir e foi morto, eu fiquei. Apanhei muito, fui torturada. Quando minha família conseguiu descobrir e foi até onde eu estava, meu pai procurou o major e disse que era para bater mais, para ver se eu aprendia. Falou isso na minha frente. Aí mesmo que a coisa engrossou. Quase morri. Depois, um dia, me soltaram. [...] De vez em quando eu vou lá, mas sei que, no fundo, eu sou turista. Sou uma estrangeira na cidade, não detecto mais os sinais de perigo. [...] eu tenho medo dos brasileiros, me assusto com a agressividade das pessoas, desconheço a minha gente [...] (Machado, 2012, p. 184-185).

O que a mulher ainda guardava do Brasil era a língua, por falar português o dia inteiro na empresa em que trabalhava. “Se eu mudasse de emprego, entrava em órbita alemã na mesma hora e acabava de matar o Brasil em mim. Aí, empatava” (Machado, 2012, p. 185), afinal, “ele não quer mesmo saber de mim. Já me matou dentro dele. Eu não tinha nem vinte anos e *não fiz falta a ninguém*” (Machado, 2012, p. 185, grifo meu). É

possível sentir o drama vivido por essa exilada e o peso da sua mágoa e do seu sentimento de inutilidade, por não fazer “falta a ninguém”, nem mesmo a própria família que, na figura do pai, só contribuiu para aumentar seu sofrimento. Como, então, conservar qualquer sentimento de pertencimento a uma terra desconhecida ou manter laços de identificação com uma gente que já não se reconhece? Para Anna Fischer, a “Pátria amada, idolatrada, salve, salve”, transformou-se em pesadelo. Sua vida no exílio, apesar de ter sido extremamente difícil, encontrou sentido em quem lhe deu uma nova vida, o marido Klaus, conforme relata: “eu não podia querer nada melhor. Virei alemã mesmo, meus filhos só falam alemão, eu quero deixar o pesadelo para trás” (Machado, 2012, p. 184). Como trocar a vida tranquila no país que a acolheu, depois de tanto sofrimento na então “Pátria Amada”? Fácil perceber, então, que “O *páthos* do exílio está na perda de contato com a solidez e a satisfação da terra: voltar para o lar está fora de questão” (Said, 2003, p. 52), visto que o ressentido pela necessidade de expatriação, pode não encontrar satisfação com o retorno a uma pátria onde sente-se um estranho.

Estranhamento também acometeu uma uruguaia. Todavia esta queria voltar ao país de origem. Na verdade, já estava se preparando para isso, mas temia “pela adaptação dos filhos, falando diferente das outras crianças, acostumados a todos os recursos de uma sociedade desenvolvida” ou “que estranhem os cheiros fortes, a sujeira, o barulho alto, o atraso, a desordem, todas as marcas da nossa América Latina, e fiquem infelizes” (Machado, 2012, p. 177-178). A uruguaia temia por si, também, pela preocupação com a possibilidade de “[...] se ferir no ressentimento potencial dos conterrâneos que aguentaram a ditadura sem ir embora” (Machado, 2012, p. 177-178). Muitos dos que regressaram foram hostilizados por seus conterrâneos. Como exemplo desses tipos de casos, contou para Helena a história de um teatrólogo brasileiro e a de um escritor uruguaio. O primeiro, respeitado pelo ofício nos anos de exílio, ao retornar, “teve seu trabalho destruído por uma cobrança gratuita e agressiva, nitidamente pessoal” (Machado, 2012, p. 178). O segundo, conhecido no exterior pelas denúncias das ditaduras, da repressão e da “sangrenta exploração histórica que originou toda a miséria do continente” (Machado, 2012, p. 178), em razão de seu sucesso, foi acusado por outros intelectuais de “ter se automeado porta-voz internacional da cultura uruguaia, [...] de monopolizar as luzes e castrar as possibilidades de seus colegas aparecerem” (Machado, 2012, p. 178). Esse tipo de

situação, “agrava-se tanto mais quanto mais grupos sólidos e politicamente controlados se constituem; desconfiado perante os adeptos e hostil com os já rotulados. [...] As relações entre os expatriados estão ainda mais envenenadas do que as vigentes entre os autóctones” (Adorno, 1951, p. 22). Essa dinâmica ilustra como, mesmo em um contexto de exílio, as relações sociais podem ser complexas e marcadas por competição, preconceito e exclusão.

A situação do escritor, mais especificamente a rivalidade por parte dos intelectuais de oposição, em princípio causou espanto em Helena, que alegava não conhecer tal fenômeno: “*Quem ficou x quem saiu x quem foi preso e assim por diante*” (Machado, 2012, p. 178). Calou-se, no entanto, ao recordar que no Brasil não foi diferente, embora de “maneira mais difusa, atingindo ora um padre, ora um político, ora um cineasta, todos que conseguiram ser ouvidos no exterior de maneira incontestável” (Machado, 2012, p. 178). Essa constatação conduziu Helena à conclusão de que “A censura, o autoritarismo e a intolerância da ditadura trouxeram também mais essa dor: acabaram muitas vezes sendo incorporados pelos próprios militantes que a combatiam, mas repetiam seus modelos para cima dos companheiros. Exilados ou não” (Machado, 2012, p. 179). Como ela poderia, então, consolar a uruguaia sugerindo não haver possibilidade de tal fenômeno, se casos semelhantes ocorreram também no Brasil?

O ressentimento, por esse prisma, ganha outro formato, não por parte daquele que precisou partir, mas daquele que ficou “criando uma situação de estranhamento entre aqueles que, supostamente, seriam iguais” (Vargas; Umbach, 2013, p. 92). Nesse sentido, a estranheza se materializa, portanto, pela diferença entre aquele que partiu e aquele que permaneceu. A complexidade das questões fronteiriças, que envolvem tanto exilados quanto não exilados, ou seja, as crises e os ressentimentos, consoante a Vargas e Umbach (2013), vão além das questões de classe, de espaço geográfico ou de desenvolvimento social de um país ou outro e surgem ao menor sinal de diferenciação entre as pessoas. Nesse sentido, ao ser degradado, o sujeito também perde suas referências como um ser integrado a uma comunidade. Umbach e Vianna (2010, p. 75) sinalizam que “Esta estratégia de exclusão causa um sentimento de não-identidade e de alienação, uma vez que as vozes daqueles que não se alinhavam à proposta ideológica dos anos de repressão, conviviam com o anonimato”. Por aprisionarem, rechaçarem e obrigarem um contingente expressivo de pessoas a

viverem na marginalidade ou no exílio, acrescentam as autoras, “as fronteiras naturais entre o ‘Nós’ e os ‘Outros’ tornaram qualquer forma de negociação traumática e impossível durante esta página da História nacional” (Umbach; Vianna, 2010, p. 75). Todos os casos descritos neste capítulo revelam as consequências do exílio e como elas se manifestam em cada pessoa, pois o estado de inadequação dos exilados corrompe dois valores “indispensáveis para uma existência humana decente e madura: a *liberdade* de escolha e a *segurança* oferecida pelo pertencimento” (Bauman, 2005, p. 8). Por essa via, as personagens experimentam, duplamente, esse estado de desajustamento. Primeiro, porque já não se sentiam pertencentes à própria pátria, por lhes ser negada a liberdade de escolha e a segurança do sentimento de pertença. Segundo, porque como exiladas precisaram se metamorfosear para se ajustar a uma nova cultura, ou seja, a outra vida.

Em entrevista concedida a Arnaldo Franco Junior, Viñar (2014, p. 152) expressa que “a experiência do transplante de um país para outro, de uma língua para outra, de uma cultura para outra ou de uma geografia para outra é uma experiência muito forte, dói”. Por um lado, pondera o autor, a dor pode ser algo bom, visto que enriquece, mas, por outro, é desastroso, pois machuca e causa danos. Esse “processo misto”, descortina-se em *Tropical sol da liberdade* em cada uma das vozes das personagens exiladas, que perpassaram pela vida de Helena, enquanto esteve, conforme ela mesma dizia, passando uma “temporada” fora do Brasil. Mas a experiência da dor, do desterrar-se, não era só ser cortado da terra e ficar sem ar, pois “[...] por mais que tentassem disfarçar, não conseguiam esconder” (Machado, 2012, p. 176) o fogo que carregavam no peito: “Uma brasa adormecida e abafada, que teima em não se apagar e a gente insiste em soprar escondido, no silêncio de quando a noite cai e os outros adormecem, para manter bem viva e queimando por dentro, por que sem ela a gente morre” (Machado, 2012, p. 176). Acrescentando elos a essas assertivas, Said (2003, p. 60) frisa: “O exílio é a vida levada fora da ordem habitual. É nômade, descentrada, contrapontística, mas, assim que nos acostumamos a ela, sua força desestabilizadora entra em erupção novamente”. É por isso que queima, que mantém os exilados “vivos”.

A “brasa” também queimava dentro de Helena. Tais “queimaduras” mantinham o nacionalismo “aceso na alma”, pois ela vivia “[...] pensando no braseiro do Brasil. É verdade que ele aquecia também, e tanto!, de um calor gostoso e bom. Que coisa é

essa, tão amorosa e tão terna, que nos liga à terra dessa maneira?” (Machado, 2012, p. 176). E acrescentava: “Que dá um aperto no coração quando a gente está longe e sente a falta [...]” (Machado, 2012, p. 176). Apesar da saudade imensa, havia alívio também. “Arnaldo celebrou que tínhamos completado a primeira semana de sono tranquilo, sem nenhum dos dois ter pesadelo nem insônia. Só isso já compensa todas as dificuldades e qualquer saudade...” (Machado, 2012, p. 219).

O relato de Helena traduz a saga de quem busca, de alguma forma, adequar-se à nova vida, buscando manter o equilíbrio. Para tanto, ela estabelece parâmetros da situação antes e durante o exílio. As decisões tomadas, os caminhos percorridos, as formas de agir e a coragem de se manter firme são perceptíveis em Helena. Uma estratégia utilizada por ela, para alcançar o feito, foi ter o cuidado, talvez por ser jornalista, de anotar os depoimentos de todos exilados que encontrava, enquanto esteve fora. Ela se lembrava do diálogo com “Maria e Antônio, na Itália, da saudade que sentia no exílio, do desenraizamento que vira, lera e ouvira nos depoimentos que recolhera naquela viagem e que reconhecia de seu tempo de desterro” (Machado, 2012, p. 176). Dessa forma, Ana Maria Machado, recupera, por meio de sua personagem Helena, muitas outras vozes, quer sejam, “partes silenciadas da vida de tantos [...] que trazem registrados em suas memórias o ultraje, a ofensa, a negação de suas próprias identidades, a vida danificada pelo trauma de tantas pessoas em condições análogas ao desterro” (Vargas; Umbach, 2013, p. 95).

E os traumas de Helena? Viñar (1992, p. 111) aborda a questão do exílio fazendo referência às raízes que designam “o que une o ser vivo à fonte, aos elementos de base que se transformam para constituir sua matéria própria”, imagem ou metáfora daquilo que é rompido no dilaceramento do exílio, que situa o sofrimento do exilado por estar distante de suas representações familiares. O que acontece quando “a realidade age de maneira imediata sobre nosso vivido, duplicando e atualizando esta perda original<sup>22</sup> fundadora da condição humana?” É o próprio estudioso quem responde: “O homem se constrói a partir de suas ilusões e de seus projetos, e uma das dimensões da existência é o fato de remodelar permanentemente este jogo de ilusões e de projetos, que se dá entre o ser e as pessoas de sua vivência” (Viñar,

---

<sup>22</sup> O psicanalista toma como pressuposto o modelo freudiano da castração simbólica de que “ascendemos à condição humana mediante a perda irremediável do objeto primordial e primeiro’ e de que toda experiência se ordena e se organiza através dessa perda” (Viñar, 1992, p. 111).

1992, p. 111). O exílio provocou em Helena a destruição desse movimento com o familiar. Mas ela o readquiriu, justamente, na estranheza do não-familiar. Por conseguinte, a dimensão do traumatismo, se efetivou quando ela retornou do exílio e se instalou na casa da mãe, à espera de cura para seus males, uma vez que “Ele se apresenta como um tempo de inércia e contemplação, que emerge após a tormenta, o naufrágio e a catástrofe: propõe o desafio do que podemos construir a partir da perda, da desilusão, do desencorajamento, da derrota” (Viñar, 1992, p. 111).

Helena vive esse tempo de inércia e contemplação, na casa da mãe, pois "A casa é seu campo de atuação. Justamente por ser um espaço social e culturalmente reservado ao feminino, é ali que se desenrolam os seus mais profundos dramas, quase sempre acompanhados pela mãe" (Dalcastagnè, 1996, p. 117). Nesse estado de prostração em que as lembranças do passado fazem morada, as marcas de seu sofrimento se dão a ver e, de alguma forma, simbolizam uma grande maioria de mulheres, entre as quais estão as que, como Helena, avistaram na escrita um lugar de denúncia, de sobrevivência, de segurança e de cura para suas dores. Seria essa a sua “primavera gloriosa”? Vejamos.

## 2.1 ESCRITA: MORADA E PROTEÇÃO NA TRAVESSIA

Em meio à incerteza e muitos tipos de medo, ameaçados pela perda, pela mudança e pelo brotar da dor dentro e fora, para a qual não se pode oferecer conforto, os leitores sabem pelo menos que há, aqui e acolá, uns poucos lugares seguros, tão reais quanto o papel e tão fixos quanto a tinta, para nos conceder teto e comida em nossa passagem pelo bosque escuro e sem nome. (Manguel, 2000, p. 30).

Em tempo de medos e incertezas, como o da ditadura militar, muitos sujeitos encontraram na escrita teto e comida para passarem pelo bosque escuro da existência. Para Ana Maria Ramos Estevão, a leitura significou sobrevivência psíquica e a conduzia “a outros universos onde podia não haver pobreza. Se havia, ela era cheia de cores e mistérios” (Estevão, 2021, p. 115). Quando criança, sua realidade era muito dura. Ela vinha de família pobre. A “adoração que sentia por gente que lia”, dizia-lhe “que existiam formas mais encantadas e mais coloridas de viver o real” (Estevão, 2021, p. 161). A leitura lhe garantiu a posse do bastão com o qual denunciou

as violências sofridas tanto por ela, como pelas companheiras<sup>23</sup>: “Escrever sobre isso faz com que minhas dores congeladas voltem a doer” (Estevão, 2021, p. 115).

Também para Helena escrever implicava descongelar suas dores. Ela precisava curar-se da doença, buscar alívio para sua agonia, encontrar um lugar seguro que lhe concedesse abrigo em sua travessia. Permitir-se a perlaboração<sup>24</sup> do que viu e viveu, para então tomar posse do bastão e seguir a caminhada. No entanto, para quem era difícil até mesmo falar, voltar a escrever, nem pensar. “Tanto era assim, que tinha voltado a casa da mãe sem [...] a máquina de escrever” (Machado, 2012, p. 136). Não ficou para trás, contudo, o que acampava dentro dela, especialmente as dores e as perdas, que precisavam ser lembradas e deixadas, dentro do possível, do outro lado da travessia. Ricoeur (2007, p. 453), no sentido que Freud dá ao luto, lembra que “[...] a perlaboração em que consiste o trabalho da rememoração não se dá sem o trabalho de luto pelo qual nos desprendemos dos objetos perdidos do amor e do ódio”. Helena precisava viver o luto de suas perdas para se desprender de tudo que trazia dentro de si. As visões, os delírios e as memórias dos maus momentos, em intenso trânsito, consequência das patologias que vitimaram a personagem, interrompiam seus sonhos e provocavam-lhe pesadelos.

Essa espécie de loucura, causada pelas imagens internas, que teimava no constante retorno, “era a ameaça da doença. E a perspectiva de não poder ter um filho era só um símbolo disso. Voltava sempre à mesma ideia. Não criar nem procriar” (Machado, 2012, p. 137), quer fosse sua descendência, quer fosse sua arte. Como compartilhar seu mundo interior se, assim como fugiu de seu ventre o tão sonhado rebento, as palavras também lhe fugiam com a doença? “Ou com os remédios que impediam que o chão fugisse. Era como se em algum momento ela tivesse que escolher entre perder o prumo e perder a palavra” (Machado, 2012, p. 137). Embora soubesse que em

---

<sup>23</sup> Estevão (2021, p. 107-115) cita, entre as mulheres com as quais conviveu, que a receberam quando chegou à torre, falaram mais próximo aos seus afetos, com as quais se identificou e “[...] estão até hoje na galeria” do seu coração, as então prisioneiras: Maria Aparecida Costa, Arlete Bendazoli, Guiomar Silva Lopes, Idoina – a autora não recorda o seu sobrenome –, Cida Santos, Luiza Beloque, Leslie Denise Beloque, Eliana Rollemberg, Maria do Carmo Campelo de Souza, Heleny Guariba e Dilma Rousseff.

<sup>24</sup> De acordo com Martinelli Filho (2022, p. 100), “Perlaboração e reconhecimento, nos sentidos que Freud e Ricoeur, respectivamente, dão a esses termos, se instituem como modalidades de esquecimento, pautados na expectativa de favorecer ao traço mnêmico o destino desejado: o reencontro na condição de lembrança, de arquivo disponível e acessível, mas livre para o trânsito no estado de latência em que pode ser esquecido até um novo reencontro, se e quando houver”.

algum momento teria de escolher entre um ou outro caminho, por mais aterrorizante que fosse, “enquanto pudesse, adiava a opção” (Machado, 2012, p. 138), mesmo o sonho de escrever a peça mantendo-se vivo. “Era melhor continuar arrumando papéis, relendo trechos. Olhar um pouco as cartas” (Machado, 2012, p. 138) que escreveu para a mãe enquanto estava no exílio e que lhe permitiam “lembrar de fatos, de climas, de atmosferas” (Machado, 2012, p. 138).

Faltava-lhe, porém, coragem para lê-las e “fundir vários episódios evocados na correspondência, condensar em poucos personagens aquelas experiências tão dispersas” (Machado, 2012, p. 138). Estava enferma da palavra, pois “Consciente dessa distorção ‘onde as palavras fugiam por completo, impossíveis de fisgar’, ela percebe que a cura é lenta” (Umbach, 2010, p. 108). Para não ficar submersa “na obscuridade da vida e se afastar do silêncio dos mortos do regime militar, sua luta se constitui em resgatar a si própria das rachaduras internas adquiridas e conseguir dar continuidade aos seus projetos de vida” (Umbach, 2010, p. 108). Para resgatar-se precisava elaborar seu passado, não na perspectiva de encerrá-lo, de riscá-lo da memória, mas com vistas à clareza de consciência que é devida para sua real efetivação (Adorno, 2024).

Em estudo que contempla a elaboração do passado, Gagnebin (2006, p. 105) destaca as defesas de Nietzsche, Freud, Adorno e Ricoeur, cada um em sua conjuntura, de uma lembrança ativa. Ou seja, o trabalho de elaboração e de luto em relação ao passado, realiza-se “por meio do esforço de compreensão e de esclarecimento – do passado e, também, do presente. Um trabalho que, certamente, lembra os mortos, por piedade e fidelidade, mas também por amor e atenção aos vivos”. A efetivação de um trabalho contrário à repetição de catástrofes semelhantes ao passado, requer que a sociedade elabore, de fato, esse passado. “Se não elaboram seus traumas, se não enterram seus mortos, sujeito e sociedade veem-se fadados a repetir os seus fracassos” (Abrão, 2014, p. 20).

Entre outros aspectos, trata-se de uma questão atrelada à ausência de políticas de elaboração da memória coletiva e, conseqüentemente, à omissão do Estado na defesa enfática dos direitos humanos, conforme asseguram Dadalto e Padilha (2020, p. 268). Essa postura, por parte daqueles que são diretamente responsáveis por essas iniciativas, mantém abertos os caminhos “para a reinstalação do estado de exceção,

ainda vivo nos discursos de diversos grupos sociais mais próximos às elites, em instituições públicas e privadas e na própria organização da sociedade em classes desiguais e grupos com absurda disparidade de direitos”. Repetem-se os fracassos e os mesmos erros passados. Para Helena, no entanto, ciente da necessidade de superação, essa não era uma opção. Por isso, seu intenso desejo de cura, tanto por si, como pela sociedade. Curar-se significava, entre outros fatores, conseguir escrever a peça e dar testemunho.

Bleger, Maren e Viñar (1992, p. 148) assinalam que, no trabalho da elaboração, pode-se definir um período de mudança que chega quando é possível ao paciente abandonar o lugar que o capta, do qual ele é cativo: “ser a nutriz de seu corpo arruinado e de sua alma em luto, encerrado em seu gueto de dor para lambe as feridas, crendo que apenas pode sobreviver se permanecer colado ao momento originário de sua decadência”. A metamorfose se realiza quando o paciente é capaz de se soltar “do carrasco onipresente, separar-se das imagens familiares e queridas, maculadas e humilhadas, quando ele pode criar outras figuras para amar, reformular ideais, redefinir em termos pessoais um destino, uma causa, um ideal”. Representa exercício de elaboração que transcende “os níveis conscientes da personalidade, e para o qual os grupos a que se pertence e a qualidade do acolhimento constituem um suporte decisivo”, reiteram os autores.

Helena, “apenas uma mulher machucada que precisava se fechar numa toca e ficar passando a língua nas feridas até cicatrizarem” (Machado, 2012, p. 12) devia libertar-se da posição que ocupava, prisioneira dos devastadores acontecimentos que viveu e presenciou. O constante movimento de “passar a língua nas feridas” revela o apego dela às lembranças desses eventos e, por isso, o constante retorno a elas. A personagem estava passando por esse “tempo de mutação”, necessário ao trabalho de elaboração do seu passado e do qual necessitava desprender-se. Fechada em uma toca em companhia de suas lembranças, apenas sobrevivia. Ao abordar a questão do trauma, Martinelli Filho (2022a, p. 42) salienta que “a ferida se estabelece por um impacto que, em seu excesso para o aparelho psíquico, por levar a experiência para além do limite do simbólico”, não se registrando como traço mnêmico comum e não se cicatrizando com facilidade. Desse modo, “o evento traumático permanece no âmbito da compulsão à repetição”. A difícil cicatrização da ferida, que se abre

facilmente a cada lembrança dolorosa, é simbolizada na narrativa pela metáfora da circulação sanguínea.

[...] as imagens e lembranças das conversas matutinas insistiam em vir, sem serem chamadas. Como se atendessem a um apelo invisível, que as agrupava oculto dentro da carne e que, a um pequeno corte, começa a fluir para lembrar que está sempre ali, pulsando sob a superfície da pele, garantia de estar vivo. Desde que não virasse hemorragia, tão fácil se esvair num fluxo incessante, sucumbir num jorro súbito. Não, não era assim o sangue da memória, essa corrente circulatória da lembrança, irrigando em veios capilares cada pedacinho da vida, chegando a toda parte, alimentando cada célula, renovando cada tecido. Era mais como uma irrigação permanente, embebendo, umedecendo o cotidiano, impregnando de sua seiva cada ato de um tempo posterior. Mas fluindo semiadormecido. E, ao acontecer alguma incisão como essas que as conversas com a mãe de manhã tinham causado, logo as lembranças fluíam rapidamente ao local do corte. Mas depois, coagulavam. O presente retomava seu lugar. *Só que a cicatriz abria à toa...* (Machado, 2012, p. 118-119, grifos meus).

O ir e vir do presente ao passado, sugerido pelo movimento da língua, tem importante papel no processo de cura de Helena. Isso porque favorece a rememoração, partindo sempre de seu presente em crise ao passado lesionado. Para Gagnebin (2006) rememorar significa também dar atenção ao presente, particularmente às “estranhas ressurgências do pretérito no presente, pois não se trata somente de não se esquecer do passado, mas também de agir sobre o presente. A fidelidade ao passado, não sendo um fim em si, visa à transformação do presente” (Gagnebin, 2006, p. 55). Por essa perspectiva, desde que o movimento de lambe as feridas não represente apenas o encerramento do indivíduo no “gueto de dor”, ele pode representar sua transformação, por meio da elaboração. Corroborando com essas reflexões, Felman (2000, p. 40-41) salienta que “*buscar a realidade é tanto partir para explorar a ferida infligida por ela – voltar e tentar penetrar o estado de estar sendo atingido, ferido, pela realidade*”, como tentar, concomitantemente, “*reemergir da paralisia desse estado, para engajar-se na realidade [...] enquanto advento, um movimento, e enquanto uma necessidade vital e crítica de *prosseguir**”.

A estudiosa elucida que para além do choque de ter sido ferido, por mais incompreensível que possa ser, é “dentro da ferida e de dentro do estar ferido, que o evento” se torna acessível. A lesão é a porta de entrada para a obscuridade que precisou ser enfrentada e atravessada pela linguagem “no próprio processo de seu ‘aterrador tornar-se mudo’. Usar a língua para ir ao encontro da realidade ‘com seu ser”, buscar nela exatamente aquilo que a ela precisou transpassar, é fazer de seu “‘próprio desabrigo’ – da abertura e da acessibilidade de suas próprias feridas – um

meio inesperado e inusitado de acessar a realidade, a condição radical para uma exploração forçada da função testemunhal e do poder testemunhal da linguagem” (Felman, 2000, p, 40-41). Isso consiste em consagrar a “própria vulnerabilidade à realidade, como a condição de uma disponibilidade excepcional e de uma atenção excepcionalmente sensibilizada e submetida à relação entre linguagem e os eventos”, reitera a autora.

No caso de Helena, vencer os traumas, ou seja, desfazer os lacres que inviabilizam a escrita sobre o visto e o vivido, compreendia olhar para um passado que foi incorporado dentro de uma memória que se volta também para o porvir. Ao dividir com o leitor os dilemas de Helena, entre eles, “não criar nem procriar”, em razão da doença que a impossibilitava de encontrar as palavras, fosse para compartilhar o seu mundo interior ou para escrever a peça sobre o exílio, o narrador abre o leque para reflexões relevantes. Entre elas está, além do testemunho das catástrofes do mundo, a importância da escrita como rastros dessas mazelas.

Em *Espaços de recordação: formas e transformações da memória cultural* (2011), Assmann se detém na metáfora da escrita, fundadora “de nossa concepção de memória e de lembrança, [...] rastro privilegiado que os homens deixam de si mesmos, desde as estelas funerárias até os e-mails efêmeros que apagamos depois do uso” (Gagnebin, 2006, p. 110). Segundo Assmann (2011, p. 164), “Antes da descoberta da escrita eletrônica, escrever limitava-se a duas técnicas básicas: a aplicação de pigmentos sobre uma superfície polida e o entalhe em um material apropriado”. A referida autora lembra ainda que o papel só entrou em circulação no século XVI. O papiro e o pergaminho, além de caros, eram materiais escassos. Cera, argila e pedra eram os materiais usados pelas culturas antigas, cuja escrita foi identificada como entalhe.

De acordo com Assmann (2011, p. 164), “a palavra grega ‘caráter’ significa um sinal de escrita entalhada”. A autora menciona, ainda, Platão – a memória como tabuleta de cera –, Sócrates – uso da tabuleta de cera para descrever o nexos entre recordação e percepção – e Aristóteles – metáfora do selo para designar a memória. Com o uso dessa imagem, Aristóteles esclarece “não só a funcionalidade da memória, mas também suas fronteiras e falhas” (Assmann, 2011, p. 164). Além desses, importa destacar “o bloco mágico de Freud, os livros e as bibliotecas: metáforas-chave das

tentativas filosóficas, literárias e psicológicas de descrever os mecanismos da memória e do lembrar” (Gagnebin, 2006, p. 110).

As metáforas — "sinal de escrita entalhada", "tabuleta de cera", "selo", "bloco mágico", "livros" e "bibliotecas" —, ousado dizer, ilustram bem os complexos processos da memória de Helena, pois evidenciam como aquela pode ser entendida tanto como um registro fiel quanto como algo falível, mutável e sujeito à distorção. Essas imagens metafóricas ajudam a expressar a dificuldade que Lena tinha de descrever a memória de maneira direta, uma vez que esta envolve tanto a preservação quanto o esquecimento, além de alertar sobre as limitações e as falhas que podem ocorrer no processo de recordar.

Semelhante às metáforas acima evidenciadas, a escrita, empregada como sinônimo de rastro, teve sua confiança abalada como “rastro duradouro e fiel [...] no século XVIII”. Já no século XIX, “as fontes escritas não são mais consideradas documentos integrais e confiáveis, mas sim documentos aleatórios, fragmentos de um passado desconhecido, farrapos de um tecido que se rasgou” (Gagnebin, 2006, p. 112). Acentua-se, pois, a consciência da fragilidade e da caducidade das criações humanas, “e não mais em oposição à criação divina [...], mas em oposição à soberana indiferença dos ciclos naturais” (Gagnebin, 2006, p. 112-113). Tal consciência de fragilidade e de efemeridade transformou profundamente a acepção da metáfora mnemônica da escrita, especificamente do traço escrito como rastro.

Por intermédio das reflexões da personagem Helena, ressoam em *Tropical sol da liberdade* outras formas de expressões, além da escrita, visto que ela não conseguia escrever, quer fosse pela impossibilidade de representação do real, quer pela grande ameaça da doença que lhe roubava as palavras e ameaçava derrubá-la. “Nem criar, nem procriar, a condenação médica. O preço a pagar para não cair” (Machado, 2012, p. 137). Porém, a dúvida quanto a esse preço, para se manter de pé, pairava em seus pensamentos. Valeria a pena? “Sem a palavra, de que adiantava ser bípede? Se não pudesse usar a linguagem para inventar alguma coisa, e dividir o que inventasse, não passava mesmo de uma macaca, repetindo, imitando, regredia à caverna” (Machado, 2012, p. 137). Exceto se conseguisse usar outra linguagem, como as cores, as formas, as linhas ou as texturas. “Outras pontes de dentro para fora. Talvez a saída estivesse aí. Procurar nas tintas ou nos sons a maneira de encantar os monstros, como a

varinha de condão dos contos de fadas. Ou com palavras mágicas. Voltava sempre a elas” (Machado, 2012, p. 137).

Partindo da convicção de que as palavras “produzem sentido, criam realidades e, às vezes, funcionam como potentes mecanismos de subjetivação”, a partir do sentido que Benjamin dá à experiência, Jorge Larrosa Bondía (2002, p. 20-21) propõe pensar a educação a partir do par *experiência/sentido*. A propósito, o autor acentua que o “homem é um vivente com palavra”. Isso não significa que a palavra ou a linguagem seja uma coisa, uma faculdade ou uma ferramenta para o homem, esclarece o autor. Ser vivente com palavra designa que “o homem é palavra, que o homem é enquanto palavra, que todo humano tem a ver com a palavra, se dá em palavra, está tecido de palavras, que o modo de viver próprio desse vivente, que é o homem, se dá na palavra e como palavra”.

Em razão disso, a atenção dada às palavras, considerando-as, criticando-as, elegendo-as, cuidando-as, inventando-as, jogando com elas, impondo, proibindo, transformando-as, entre outras possibilidades, não representa exercícios ociosos ou vazios, “não são mero palavrório”, salienta Bondía. Fazer coisas com a palavra indica “como damos sentido ao que somos e ao que nos acontece, de como correlacionamos as palavras e as coisas, de como nomeamos o que vemos ou o que sentimos e de como vemos ou sentimos o que nomeamos” (Bondía, 2002, p. 21).

Daí a reflexão da relevância da escrita, embora sempre tenha existido “outra imagem para dizer esses mecanismos, [...], parece que até hoje, e apesar da tão comentada preponderância contemporânea das imagens sobre o texto, continuamos falando de *escrita, escritura, inscrição* quando tentamos pensar em memória e lembrança” (Gagnebin, 2006, p. 111). Helena, por exemplo, por mais que cogitasse outro caminho a seguir, “Voltava sempre a elas”, às palavras. Mas, por que o predomínio dessa metáfora da escrita? Possivelmente, por ser mais “arbitrária que a imagem, pelo menos em nossos alfabetos europeus, a escrita escape com mais facilidade da problemática da aparência e da realidade, problemática fatal quando se tenta aferir o grau de fidelidade ao real de uma lembrança” (Gagnebin, 2006, p. 111). Sendo assim, por poder traduzir a linguagem oral, a escrita se relaciona essencialmente com o “fluxo narrativo que constitui nossas histórias, nossas memórias, nossa tradição e nossa identidade” (Gagnebin, 2006, p. 111).

Reiterando, a pesquisadora assinala que as artes plásticas são invadidas pela escrita, pelas letras, por fragmentos de textos e rascunhos, “como se o gesto de gravar, rabiscar, bordar caracteres escritos ajudasse a reinventar os gestos miméticos tradicionais, como os de desenhar e pintar, por sua vez colocados totalmente sob suspeita” (Gagnebin, 2006, p. 111). Nessa teia de reflexões, importa elencar que a possibilidade de expressão que Helena viu nas artes plásticas foi outrora conhecida por sua criadora. Ana Maria Machado achava que seria pintora. Preparou-se para isso. Mas foi quase expulsa da pintura. Já estudava literatura, já era professora, e continuava pintando. Imaginava que estava fazendo faculdade para poder sobreviver, mas que seria pintora. Com a chegada da “arte conceitual”, a etiqueta do quadro era mais importante que o quadro.

A entrevista do pintor era mais importante que a sua pintura e todos os seus quadros tinham o mesmo nome: ‘Sem título’, elenca a escritora. Com isso, foi percebendo que os artistas tinham que explicar muito os seus quadros, conforme relatou na abertura da primeira edição do Paiol literário, em março de 2007: “não havia mais lugar para um quadro que não viesse acompanhado por uma grande entrevista... E eu pensei: ‘Ah, mas eu posso dar entrevistas maravilhosas. Só que não teriam nada a ver com o quadro. Então vou escrever de uma vez’<sup>25</sup>. Ana Maria Machado reconhece, apesar de sua escolha, a importância de sua experiência com a linguagem pictórica.

Impossível avaliar a distância o bem que isso nos fez no dia a dia, a humildade e a segurança que foi simultaneamente desenvolvendo em nossos embates com a linguagem pictórica, a gana que inculcou em cada um de nós para ousar e romper com as amarras dos clichês e das dificuldades, a garra para trabalhar cada vez melhor, o hábito de enfrentar críticas e desenvolver autocrítica. Hoje sei que o Ateliê [...] me preparou para a dureza de ser artista. Se acabei escolhendo a palavra em vez das tintas, só mudou o meio (Machado, 1996, p. 37).

Em *Tropical sol da liberdade*, os diversos meios de expressão como as cores, as formas, as linhas e as texturas – “Outras pontes de dentro para fora” – correspondem ao exposto por Vecchi e Di Eugênio (2020, p. 5), acerca da relação entre crítica e produção alternativa da escrita – portanto outra escrita. Trata-se de “um motivo conjugativo na reconstrução do que foi a época da Ditadura Militar, flagrada do ângulo, como Lena observa, da margem que remete para a condição do sujeito da fala e decide se expor na cena (pública)”. Os pesquisadores argumentam que “contar no

---

<sup>25</sup> Disponível em: <https://paiolliterario.com.br/ana-maria-machado/>. Acesso em: 12 abr. 2023.

palco a tal trajetória de uma mulher na periferia dos acontecimentos" (Machado, 2012, p. 46) é uma atitude que provém de "[...] uma revisão cortante do que foi escrito na ilusão de um pacto mimético que pudesse dar conta do tempo vivido abrindo-se como uma totalidade inacessível, tornando-se artificialmente transitivo" (Vecchi; Di Eugênio, 2020, p. 5). A narrativa explícita, por conseguinte, a importância da ficção histórica na condução do trabalho da memória e, também, como a ficção histórica deve ser sempre "[...] metaficcionalizada, encontrando seu apego na escrita sobre a escrita e projetando-se no horizonte do que costumamos em filosofia chamar de ética do discurso (o texto dentro do texto)", esclarecem os autores.

A reflexão de Helena sobre a escrita tem, entre outros aspectos, o propósito de testemunhar. Porém, a transmissão de sua memória é dificultada pela doença, pois "cada vez esquecia mais as coisas" (Machado, 2012, p. 45). O agravamento da saúde parecia ocorrer logo quando ela ia chegando à conclusão de que faria seu trabalho – "juntar as entrevistas, analisar as cartas e depoimentos, misturar os fatos da imprensa com as lembranças doídas da memória, tentar ordenar os fragmentos, arrumar uma peça, expor o drama" (Machado, 2012, p. 46). Foi seu amigo Honório que sugeriu que contasse sua experiência.

A decisão de Helena pela forma de expressão pode ter sido influenciada, também, por suas experiências no tempo de escola, conforme revelam as fotos das festas de fim de ano, que encontrou enquanto ia "separando os retratos" (Machado, 2012, p. 85). Entre eles, os das peças teatrais. "Palcos com adolescentes fantasiados e maquiador, brincando de montar uma peça. Às vezes ela achava que vinha daí a paixão pelo teatro – a descoberta de que um texto pode ser eterno, com uma leitura sempre nova e única quando vestido por pessoas vivas" (Machado, 2012, p. 85). De atuar ela não gostava. Chegou a passar mal nas duas primeiras experiências, quando se viu em evidência, "no foco das luzes, alvo da atenção geral" (Machado, 2012, p. 85). Mas sentia prazer em operar como "assistente de direção, ir imaginando as marcas, compondo as cenas, inventando soluções, criando movimentos e climas para as palavras que latejavam na página impressa" (Machado, 2012, p. 85). Embora não soubesse e nunca tivesse experimentado, era fascinada "pelo desafio do tempo teatral, da condensação da ação, da economia de meios, da definição clara das personagens, da elaboração do conflito. O desafio da crise, sobretudo" (Machado,

2012, p. 85). Por isso, mesmo que precisasse pedir ajuda, ia escrever “uma peça, e não uma reportagem, um depoimento ou um romance” (Machado, 2012, p. 86).

Tudo isso, porém, acabava sendo muito complexo para ela. Talvez fosse mais fácil não se ocupar especificamente das palavras, pois com elas tudo ficava “de certa maneira mais complicado” (Machado, 2012, p. 170). De qualquer modo, não era simples. Sabia que para “conseguir mergulhar no mundo com uma percepção plena, elaborar isso internamente, jogar tudo para fora de novo de uma forma bela” (Machado, 2012, p. 170) tinha que trabalhar muito. “Dominar os sons, as cores, os volumes, as cordas ou as teclas do instrumento, os movimentos faciais ou corporais, enfim, ia depender do meio de expressão de cada um” (Machado, 2012, p. 170).

Nos interstícios dessas reflexões, vinha à tona o trabalho do escritor. Aos olhos de Helena, o ofício do escritor era diferente do trabalho de outros artistas. Ele não pode praticar seus talentos com tanta liberdade. Para esse artesão, o significado das palavras, ligado a referências externas, envolve conceitos que fazem parte do convívio social. “Se ele estiver numa roda de conhecidos e brincar com as palavras num contexto de alegria, o resultado é humor – um sucesso. Se manejar as palavras na dor, ferido, pode dar em ironia – um desastre do ponto de vista social” (Machado, 2012, p. 171-172). Para ela não seria diferente, pois

Se [...] começasse a contar suas dores de filha, magoaria seus pais. Se falasse em suas dores de amiga, magoaria outras pessoas amadas. E era principalmente da dor que ela precisava falar. O jeito era se censurar. E aprender a inventar novas formas de burlar essa censura, como já tivera que fazer anos a fio com as proibições policiais da ditadura no jornal. Seria possível conseguir isso? [...] Vai ver, estava inventando um jeito inconsciente de não poder escrever, sem se sentir culpada. Até que aprendesse a tecer no texto uma trama como a do sonho. Uma coisa no lugar de outra, um personagem somando vários, outro se desdobrando em uma porção... Para que o relato se fizesse, apesar da censura, por cima do autoritarismo da afetividade (Machado, 2012, p. 172).

Em meio ao dilema de como se expressar, tendo em vista as diversas possibilidades, escrever sobre o exílio no jornal ou produzir a peça, não parecia ser a melhor escolha, afinal: “‘A dor da gente não sai no jornal’ [...]. Muita coisa não sai” (Machado, 2012, p. 36). E também, “ficção não tinha nada a ver com isso” (Machado, 2012, p. 36). Qual seria, então, o rumo a tomar? De acordo com Pinheiro (2022, p. 283), “não importa, para uma narrativa do trauma, o debate sobre o fingimento ou a verdade, mas sim o alcance, por meio da linguagem, em expressar as marcas deixadas por ele e recuperar, a cada narrativa, memórias individuais que se somem a uma memória

coletiva”. Consoante à defesa de Pinheiro, Helena sentia que precisava encontrar uma forma de expressão para suas cicatrizes e recuperar suas memórias individuais que, como em um revezamento, seriam somadas às memórias coletivas. No entanto, estava com a saúde aos pedaços, impossibilitada de realizar o trabalho que mais queria, separada do homem que amava, que escolheu ficar com outra, sem “o filho com quem sonhava [e que] se escondia por detrás das curvas do infinito” (Machado, 2012, p. 251). Como se não bastassem todos esses infortúnios, “as palavras de que ela necessitava fugiam e se enfumaçavam” (Machado, 2012, p. 251). Como tecer frases se o fio das palavras se rompe a toda hora, como carretilha quebrada na máquina de costura, embolando a linha e mordendo em seco?” (Machado, 2012, p. 86). Qualquer tentativa de externar, por meio da escrita, tudo o que se encontrava recluso em sua memória, “de passar para as palavras, de tentar a viagem de dentro de si mesma para o outro” (Machado, 2012, p. 136) era complexo. Seria necessário, para tanto, que os “lacs da linguagem” fossem desfeitos para que concentrasse sua escrita “numa evocação do exílio, tal como ela viu e viveu, dividir essa experiência com quem ficou, compartilhar o sonho e o pesadelo” (Machado, 2012, p. 136). Helena precisaria, então, reviver o passado e sofrer novamente. “Tudo isso doía. Fisicamente, mesmo” (Machado, 2012, p. 224). No caso do exílio ou em outras situações de violência, pode ocorrer o trauma. Quando ocorre o choque: “A dor física e moral se fantasmagoriza, e a cicatriz fixa [...] a presença do trauma” (Salgueiro, 2012, p. 292-293). A fuga e o rompimento das palavras, usada pela autora como um retrato do estado de saúde da personagem, simboliza o trauma, entre outros problemas causados aos sujeitos, pelo sistema repressivo do Estado.

Perrone e Moraes (2014, p. 32) salientam que “A intensidade excessiva do trauma calcina o sentido e a palavra não consegue organizar o relato e nada amarra o elemento temporal, instalando-se uma descontinuidade que a psicanálise chamou de a posteriori”. As marcas do texto, que sinalizam uma possível ameaça ao prazer da personagem em encadear as palavras, assemelham-se a alguns aspectos do trauma, como por exemplo, as dificuldades enfrentadas na escrita, na fala e nas recordações de fatos, especialmente os mais recentes. Nesse caso, pensando, hipoteticamente, no estado da personagem como reflexo de um trauma psíquico, “O que se pode dizer, o que se pode lembrar, apresenta-se como falho, tem uma intensidade que não pode ser dita, algo se inscreve e escapa” (Perrone; Moraes, 2014, p. 32). O tempo do

traumático, acrescentam as autoras, “instala uma aporia: ele não é experienciado quando ocorre, ele estabelece sempre conexões com outro lugar, outro tempo, outra experiência, é pleno em ressonâncias” (Perrone; Moraes, 2014, p. 32).

A atitude literária e ao mesmo tempo crítica da escritora, como demonstram Vecchi e Di Eugenio (2020, p. 6), “em que os ecos, inclusive da história a mais traumática, vibram como sentimento e emoção, consegue-se um exercício também terapêutico de reapropriação do passado [...], soldando a esfera privada e o espaço público, tornando íntima a história do país”. Assim, o desejo de Helena em montar uma peça teatral manifesta sua necessidade de encenar “as experiências violentas que testemunhou” (Umbach; Vianna, 2010, p. 72).

A “vontade de resistência” que se revela em Helena consiste em não deixar cair no esquecimento o sofrimento provocado pela ditadura e denota o próprio desejo do preso ou exilado em se manter vivo. A estratégia usada, a fim de não pensar no pior ao ser presa, dá mostras disso. Precisava manter a calma, afinal: “A prisão poderia parecer o fim do mundo, mas não era” (Machado, 2012, p. 309). Buscando convencer-se disso, repetia mentalmente: “Mas o coração continua, [...]. Coração, coragem. A mesma coisa [...]. O coração continua, a vida continua [...]. O coração continua. Nele moravam Marcelo, Luís Cesário e Carlota, que precisavam que ela tivesse calma e coragem” (Machado, 2012, p. 309). A escrita representa para a personagem uma possibilidade de continuar, por sua família, pelos amigos e por tantos outros que sofreram pela ação repressiva do estado. Escrever para sobreviver! Essa tática, usada por muitos presos durante a ditadura, bem como em outras situações de clausuras, ecoa dos versos do “Poema – Prólogo”, dando a ver a importância da escrita, antídoto também contra a morte: “Fui poeta / como uma arma / para sobreviver / e sobrevivi” (Tierra, 1979, p. 9).

Semelhante ao poeta, Helena precisa transformar em palavras tudo o que viu e viveu. Sua impossibilidade de fazê-lo reflete a saga de uma coletividade que se encontra estéril da palavra. De acordo com Martinelli Filho (2024, p. 4), “A recorrência de frases como ‘eu escrevia para sobreviver’ ou ‘eu escrevia para não enlouquecer’ implica a compreensão de diversas formas de sobrevivência: o pedido de socorro que pode garantir a sobrevivida física”. Além do que, suscita “a inscrição do traço de memória que conservará a história do sujeito cotidianamente ameaçado de morte; a manutenção

do laço social, por via da linguagem, mesmo em situação de isolamento; a operação de defesas psíquicas diante da realidade ameaçadora” (Martinelli Filho, 2024, p. 4).

O riso e o canto, além da escrita, embora pareçam improváveis nessa conjuntura, também faziam parte do cotidiano do cárcere, como forma de sobrevivência. Estevão (2021, p. 117) confessa que nunca abriram mão do riso, da alegria e da civilidade como estratégia de sobrevivência, levando-se em conta que o humor era imperioso para assegurar garantir o moral elevado. Além do riso, também tinham costume de cantar. “Cantávamos o tempo todo: por tristeza, para avisar das novidades, quando alguém chegava, quando alguém saía. As cantorias estavam sempre presentes” (Estevão, 2021, p. 117).

A escrita, para além de um antídoto contra a morte, como “inscrição do traço de memória”, conservaria a história de Helena e também a de sua pátria. Logo, produzir a peça teatral, apesar de sua doença, representava sua resistência ao que se colocava como empecilho para a reapresentação do visto e do vivido. Olhando a mãe à distância, enquanto repousava, imaginava: “se conseguisse ficar boa, se em algum momento voltasse a escrever, se finalmente desovasse a peça sobre o exílio, se desse certo [...] talvez um dia fizesse um personagem parecido com sua mãe” (Machado, 2012, p. 169). Mas não! Não poderia, pois sua mãe não compreenderia e, talvez, de alguma forma se sentisse “ferida ou magoada por ser mostrada em público, mesmo disfarçada, em uma imagem que não correspondesse à sua própria autoidealização” (Machado, 2012, p. 170). Ao mesmo tempo em que questiona a possibilidade de a literatura apresentar a realidade, de demonstrar às pessoas como elas são, a personagem reflete sobre sua prática como escritora.

Seus pensamentos sobre o desejo de escrever e a percepção de que a linguagem não corresponderia às suas necessidades, revelam o conflito vivido por ela, que “[...] se debatia de encontro à vidraça que separa a memória e a fantasia, a ficção e a realidade” (Machado, 2012, p. 170). Escrever a peça, dar um depoimento? A vidraça, linha tênue que a separava de seu desejo e que supostamente delimitava o terreno onde habitavam realidade e ficção, memória e fantasia, era intransponível, não podia ser rompida. Para além disso, sob a perspectiva de Seligmann-Silva, “A verdade é que esse limite entre a ficção e a ‘realidade’ não pode ser delimitado. E o testemunho

justamente quer resgatar o que existe de mais terrível no ‘real’ para apresentá-lo. Mesmo que para isso ele precise da literatura” (Seligmann-Silva, 2013, p. 375).

A metáfora da vidraça sugere uma dupla interpretação na narrativa, quando a tocamos e vemos através dela. No primeiro caso, significa que há um limite, uma linha, mesmo que sutil. No segundo, não pode haver delimitação. O movimento recorrente sugerido pela cabeça na vidraça, alude ao vai e vem de uma memória que busca, entre realidade e ficção, um ponto de apoio, um lugar de onde brote a linguagem. Por isso ela precisava da literatura! Não apenas para informar um acontecimento, mas para testemunhar a partir do resgate do que havia de mais terrível nele.

De uma forma ou de outra, escrevendo a peça ou dando um depoimento, não seria poupada das dolorosas, porém necessárias, lembranças. Logo, aproximar-se da fronteira, ou seja, continuar a debater-se de encontro à vidraça era inevitável. “O limite entre a ficção e a realidade são os contornos de onde brota a linguagem que pretende representar a experiência traumática”, elucida Cinthia Mara Cecato da Silva (2017, p. 198). Todavia, “por mais que a linguagem tente cercar e estabelecer limites àquilo que não foi submetido a uma forma, ela fracassa, e ao derrapar promove a repetição da cena traumática” (Waldman, 2019, p. 5). Por outra perspectiva, tocar na vidraça, partindo da hipótese de que há uma delimitação entre realidade e ficção, representa acesso à fonte de onde “brota a linguagem”. O movimento repetitivo, como ao de Sísifo<sup>26</sup> – condenado “a vastos sofrimentos, suplícios eternos e trabalhos impossíveis de serem realizados”, como a outros heróis a ele relacionados, segundo Ana Flávia Cicero Conde (2019, p. 114-115) –, ao avanço e ao recuo da personagem em suas reflexões sobre como dar um depoimento. Chegar à fonte e dela beber, equivale acessar a linguagem que traduz sua experiência. Nesse sentido, recuar, “evitar o depoimento, o testemunho e a confissão não implicam[ria] se ausentar de cena. Pelo contrário, acaba[va] forçando uma presença mais intensa, mais exacerbada até, obrigando a condenar os traços dispersos de maneira simbólica” (Machado, 2012, p. 170). Talvez, isso desse conta da ânsia que tinha em testemunhar e tomar também a

---

<sup>26</sup> De acordo com a mitologia grega, Sísifo foi condenado pelos deuses a rolar montanha acima, eternamente, uma rocha que sempre retornava à base. Em *A compulsão à repetição e o mito de Sísifo: reflexões a partir da teoria psicanalítica*, Conde evidencia aspectos que possibilitam conhecer o herói grego, discute peculiaridades de sua condição e apresenta as formas como o mito foi utilizado por inúmeros autores, por meio de uma revisão da literatura.

responsabilidade de contribuir para a não “coisificação do pensamento e [...] banalização da violência”.

Ao discorrer acerca da ficção relacionada à Shoah, Berta Waldman (2019, p. 6) faz considerações que também se aplicam a obras que abordam a ditadura. Para que o sentimento seja incluído na linguagem é necessária a palavra literária com traços peculiares à criação, como a eleição do tom, da forma e dos traços narrativos. Outrossim, ser capaz de remeter sem falar, de fazer aflorar metáforas sem explicitá-las é uma arte que supera outros tipos de linguagem na questão da proximidade da ‘verdade’, do ser, da vida, salienta a escritora. A opção pela criação de uma obra de arte e não de um relato, não significa omissão de fatos, tampouco dos acontecimentos de determinada época. Isso porque, primeiramente, a ficção sobre a Shoah trata de fatos históricos e não imaginários. Em segundo lugar, “a arte representativa também ela aspira a desvelar-nos a ‘verdade’ do mundo” (Waldman, 2019, p. 6). Sendo a história tomada como um ponto de partida para a ficção, pode o escritor exercer “algumas liberdades em relação ao desenvolvimento exato dos fatos”, [...] elas servem de alavanca para chegar a um ponto escondido, submerso, de difícil acesso” (Waldman, 2019, p. 6).

A possibilidade de apresentar o passado por meio do testemunho, não tinha sido pensada por Helena. Sua profissão era “ser jornalista, não [...] escrever depoimentos pessoais” (Machado, 2012, p. 32). Além disso, esses depoimentos não tinham, para ela, muita credibilidade. No entanto, à medida que rememora o passado, colocando-o em evidência e refletindo essa sobre a possibilidade e a forma de fazê-lo, o testemunho se efetiva. A incredulidade de Helena nos remete à inimagilidade de certos acontecimentos descritos pelos depoimentos pessoais. Daí a importância da “passagem para o estético: a busca da voz correta”, consoante ao pensamento da jornalista. Para ela, era mais honesto

[...] assumir logo que essa história de depoimento é uma ficção uma parte do gênero romanesco, se é que existe em literatura. Assim com esse nome. Quer dizer, uma maneira inventada de dizer as coisas, fazendo de conta que elas aconteceram assim, mas não aconteceram. E você sabe disso melhor do que ninguém. [...] é mais honesto reconhecer logo que não vai contar a verdade e partir para a narrativa de ficção, misturar personagens, fundir situações, inventar coisas novas, cortar o que não interessa. [...] Precisa ser artista, deixar a palavra empregar mesmo o tal depoimento, virar uma coisa mais fértil do que um testemunho de fatos (Machado, 2012, p. 32).

O desafio em dar uma nova dimensão aos acontecimentos do passado e conseguir produzir a peça, exemplifica-se, entre outras passagens da narrativa, no terceiro capítulo da obra. Em mais uma de suas viagens no tempo, Helena discorre acerca de sua estada na “fauna do jornal” (Machado, 2012, p. 39). Lá, entre outros colegas de trabalho, estava aquele que ficou ao lado do poder, o Barros. Embora bancasse “o liberal e tendo atitudes ocasionais de solidariedade pessoal com os amigos em maus lençóis com a repressão, era capaz de, ao mesmo tempo, ser amigo de um torturador que frequentava sua casa” (Machado, 2012, p. 39).

Helena “sabia que nunca ia poder botar esse personagem no livro, ou num palco, para a peça de teatro. [...] Ia ser inverossímil, um clichê, chavão puro. Ninguém ia acreditar que ele pudesse existir [...]” (Machado, 2012, p. 36). Barros

[...] era um símbolo. [...] seria impossível escrever sobre pessoas reais como elas são, mostrar no palco os fatos como eles realmente aconteceram. Ninguém ia acreditar. [...]. Ficção precisa ter uma verossimilhança que raramente a verdade tem. As coisas têm que parecer verdadeiras numa peça ou num romance, mesmo que não sejam (Machado, 2012, p. 43).

Sobre o desejo por uma escrita verossímil, Said (2003, p. 315) atesta que “em cada coração espreita o desejo de escrever de uma vez por todas e para sempre um relato verdadeiro do que aconteceu”. No entanto, quando se trata da obra de ficção, conforme assegura Antonio Candido (1968), a personagem não pode ser transplantada da realidade, tampouco, em outras palavras, um ser vivo pode ser copiado no romance, a fim de que sua realidade seja aproveitada integralmente. “[...] é impossível [...] captar a totalidade do modo de ser de uma pessoa, ou sequer conhecê-la” (Candido, 1968, p. 49). Se isso fosse viável, “se dispensaria a criação artística [...] uma cópia dessas não permitiria aquele conhecimento específico, diferente e mais completo, que é a razão de ser, a justificativa e o encanto da ficção” (Candido, 1968, p. 49). Por isso, ao tomar um modelo na realidade, o autor sempre acrescenta a ele no plano psicológico, a sua incógnita pessoal, graças à qual procura revelar a incógnita da pessoa copiada. O autor é obrigado a construir uma explicação que não corresponde ao mistério da pessoa viva, mas que é uma interpretação desse mistério; interpretação que elabora com a sua capacidade de clarividência e com a onisciência do criador, soberanamente exercida, elucida Candido.

De acordo com a análise de Pinheiro (2022, p. 282), a função do narrador em terceira pessoa é a de mediar a narrativa construída pela personagem. “É ela que lê as reportagens, que analisa as cartas, que ouve o ponto de vista da mãe para compor a sua peça de teatro”. Recordando Linda Hutcheon, Pinheiro (2022, p. 282) menciona que “O discurso é sempre uma construção”, mas que, de outra forma, “na percepção empírica, a distinção entre a história e a ficção ainda se vê baseada no conceito de ‘verdade’, e a jornalista Lena sabe disto [...]”.

Por conseguinte, o dilema manifestado por Helena entre o desejo de contar os fatos e a dúvida de como fazê-lo. É mais correto “reconhecer logo que não se vai contar a verdade e partir para uma narrativa de ficção, misturar personagens, fundir situações, inventar coisas novas” (Machado, 2012, p. 33). A contemporaneidade dessa escrita “se antecipa aos efeitos produzidos pelo texto narrado”. A narrativa, nessa perspectiva, procura anunciar aquilo que os leitores e admiradores da escritora fariam, reitera a pesquisadora. Ficariam achando que não seria coincidência qualquer semelhança com as pessoas reais ou fatos históricos. “Você diz que é ficção e vai ficar todo mundo querendo descobrir a quem se referem os fatos, quem é o equivalente real de cada personagem” (Machado, 2012, p. 33-34). Continuava, assim, a dúvida da personagem entre escrever uma peça ou um depoimento: “Quanto mais pensava, mais [...] descobria que o que a interessava não era exatamente dar o testemunho [...]. Era a volúpia vertiginosa da palavra que a atraía” (Machado, 2012, p. 43-44).

Podia contar isso ou aquilo, não tinha a menor importância. [...] cada vez mais sabia que [...] queria esculpir e cinzelar a pedra bruta da linguagem de todo dia, comum, compartilhada com o viver de seus semelhantes, para construir uma morada que ajudasse a proteger do vento frio e da neblina de inverno, da corrida dos javalis selvagens que passam na noite, sem ver por onde vão nem o que derrubam na passagem. Sobretudo para si mesma, morada que fosse um território seu, sem invasões, sem promiscuidade, sem editor cortando frase ou adicionando entretítulos gaiatos como no jornal (Machado, 2012, p. 43-44).

Assombrada pelos sofrimentos do passado, Helena busca na linguagem um lugar seguro para fazer morada. No entanto, a decisão por escrever a peça a coloca novamente sob a ameaça de reviver mazelas de outrora. Porém, vale destacar que, também para dar testemunho, mesmo que por meio de uma peça, precisaria se valer do exercício de “esculpir e cinzelar a pedra bruta da linguagem” para produzir a “verossimilhança que raramente a verdade tem”.

O posicionamento da personagem a respeito do depoimento, possibilita expandir o diálogo com Seligmann-Silva (2008, p. 68). As tantas atrocidades que vitimaram milhões por todo o mundo geraram a necessidade de se testemunhar, ora como denúncia, ora como processamento do trauma, considerando “a ideia de que o testemunho de certo modo só existe sob o signo de seu colapso e de sua impossibilidade”. Por outro lado, o conceito de testemunho surgiu, também, “como uma espécie de contradiscurso daquela ladainha pós-moderna do ‘é tudo ficção’, uma banalização tremenda da chamada virada linguística do saber” (Seligmann-Silva, 2011, p. 11). Na esteira dessas reflexões, desde o início, o testemunho coloca-se sob o signo da sua simultânea necessidade e impossibilidade. “Testemunha-se um excesso de realidade e o próprio testemunho enquanto narração testemunha uma falta: a cisão entre a linguagem e o evento, a impossibilidade de recobrir o vivido (o ‘real’) com o verbal” (Seligmann-Silva, 2013, p. 46-47).

O dilema em lidar com as palavras fora de um contexto jornalístico angustiava Helena, pois a linguagem deixaria de servir somente para comunicar, informar, dar notícias e “passava a expressar, manifestar mundos que pressionam de dentro para fora, enquanto se narra um fato ou conta uma história” (Machado, 2012, p. 170-171). Tudo isso ia deixando-a cada vez mais sensível ao que dizia e ouvia, “como se padecesse de uma doença sem cura e enxergasse sentidos escondidos onde os outros só viam transparências” (Machado, 2012, p. 171), tendendo a falar menos ou, em determinadas situações, fazer piadas, falar com ironia ou sarcasmos “no limite da agressividade com alguém, esgrimindo com palavras diante de um adversário inexistente ou despreparado. Algo entre a agressão e a covardia” (Machado, 2012, p. 171).

Esse comportamento, no entanto, embora parecesse gratuito, por mais que ela se lamentasse, era difícil de ser explicado. Tudo acontecia a partir de “uma sutil percepção de desamor ou antagonismo, algo que a feria e que, imediatamente, desencadeava nela uma bateria de defesa” (Machado, 2012, p. 171), podendo parecer até meio paranoico. No entanto, era “apenas uma questão de sensibilidade exagerada, percepção aguda voltada para as palavras” (Machado, 2012, p. 171). Por outro lado, entendia que carecia de se aprofundar mais nas reflexões sobre o ofício de escritora. “Descobria uma condenação impiedosa: a censura é também uma das

matérias-primas do escritor. Uma maldição: censura-te ou isola-te” (Machado, 2012, p. 171).

Nessas circunstâncias, se via condenada, como nas conversas com Luís Cesário, acerca do uso de outras formas de expressão que não fosse a linguagem escrita. Na época, por mais que se interessasse pelo assunto, “ainda não tinha essas dúvidas e necessidades como algo vivido e amadurecido dentro de si mesma” (Machado, 2012, p. 137), ficando o diálogo meio abstrato e teórico. A personagem não havia “descoberto que estava condenada a mergulhar no próprio sonho e ficar a ponto de se afogar nele, de tal maneira que ia precisar abrir uma comporta, uma válvula de escape, deixar sair pelo ladrão para não pirar” (Machado, 2012, p. 137). Além disso, “não sabia que o sonho é tão tecido de realidade, que o bordado do desejo só existe nele se estiver apoiado no plano da memória, para não ficar flutuando no ar” (Machado, 2012, p. 137). A compreensão de que estava “fadada a buscar o salto de dentro para fora, de si mesma para os outros, numa comunhão de fantasmas” (Machado, 2012, p. 137), havia chegado mais recentemente, aos poucos.

Escrever “a despeito de tudo, a todo custo: é o [...] combate pela sobrevivência”, já dizia Kafka, como destaca Maurice Blanchot (1987, p. 57). Nesse combate, aos alijados da sociedade, expulsos de suas casas e separados de seus familiares, foi-lhes concedida uma morada, ao menos de palavras, pois “O escritor organiza-se no seu texto como em sua casa. Comporta-se nos seus pensamentos como faz com os seus papéis, livros, lápis, tapetes, que leva de um quarto para o outro, produzindo uma certa desordem” (Adorno, 1951, p. 75-76). Tudo isso transforma-se em “peças de mobiliário em que se acomoda, com gosto ou desprazer. Acaricia-os com delicadeza, serve-se deles, revira-os, muda-os de sítio, desfá-los. Quem já não tem nenhuma pátria, encontra no escrever a sua habitação” (Adorno, 1951, p. 75-76). O mesmo ocorreu com Helena, que também foi afastada do convívio familiar e social.

Encontrar as palavras, peneirá-las e organizá-las na memória era necessário para a escrita da peça e, conseqüentemente, para a resignificação das possíveis experiências traumáticas. “O sujeito ao recompor-se em sua palavra, reivindica ser sua própria expressão, devolvendo, assim, aos protagonistas da crueldade, da violência e da barbárie a autoria inquestionável de seus atos” (Perrone; Moraes, 2014, p. 40). Para tanto, Helena precisava enfrentar o desafio de romper com a censura da

linguagem e testemunhar, contribuindo, dessa forma, com o não “apagamento da memória coletiva”. Ginzburg (2021, p. 145) sustenta, acerca das implicações do oposto a isso, que “O apagamento da memória coletiva das referências à tortura, bem como sua banalização, potencialmente reforça as chances de naturalizá-la e ignorar a intensidade de seu impacto”. Esse esquecimento representa “uma catástrofe coletiva”. Contra isso, a formação de uma consciência social pode se efetivar por meio da literatura que consegue, por intermédio de recursos de construção, “certa fidelidade ao impacto da violência funda que resulta aos que viveram, direta ou indiretamente, o impacto da experiência da tortura” (Ginzburg, 2021, p. 145).

A arte literária, possibilita que os indivíduos, ao se colocarem como espectadores da criação artística, defrontem-se com uma oportunidade de discernimento da responsabilidade ética, pela via do estético. A formação estética de uma sociedade, dentro desses parâmetros, é parte decisiva de sua formação ética. “Existe uma conexão direta entre estética e ética. O modo como nossa percepção funciona no campo artístico está vinculado ao modo como organizamos nossos valores nas percepções cotidianas” (Ginzburg, 2017, p. 40). É fundamental, no entender do teórico, os estudiosos das ciências políticas, sociais e da história se dedicarem à temática da violência, bem como ocorre no campo dos estudos literários, “a rigor” um tema prioritário nos estudos cinematográficos, musicais, teatrais e artes plásticas. “As interpretações que realizamos de obras, de modos mais ou menos conscientes, constituem parâmetros de discernimento” (Ginzburg, 2017, p. 40). Seja na prosa, na poesia ou em outros gêneros textuais, a literatura pode sim nos fazer refletir sobre os males do mundo e, quem sabe, a partir de uma tomada de consciência, neles intervimos.

Salgueiro (2019, p. 180) corrobora com essa assertiva ao fazer a seguinte colocação: “O que pode um poema contra todo o mal do mundo? Pouco, nada ou quase nada. Poema não reduz o desemprego, nem manipula os índices da inflação, tampouco faz reforma agrária ou mata a fome das pessoas precisadas”. Quem me dera, acrescenta, “poemas dessem tetos a sem-teto, distribuíssem renda, paz, vacina, alegria, coragem e justiça. Poemas, com suas palavras, podem fazer isso que já fizeram: nos pôr a pensar nos males e problemas do mundo. Isso podem os poemas”<sup>27</sup>.

---

<sup>27</sup> Na referida obra, os versos do soneto, intitulado “Tetos”, não estão demarcados.

Bem como diz o escritor acerca dos poemas, a prosa pouco, “nada ou quase nada” pode. Mas, por meio dos seus “recursos de construção”, pode “nos pôr a pensar”. Perrone e Moraes (2014, p. 40) atestam que “Ao singularizar-se em seu testemunho o sujeito rompe com o “silêncio do traumatizado” ou com a “impossibilidade do dizer”, para alinhar a memória, o afeto e a representação em configurações atuais autorizadas nos atos de pensar-se, recompor-se e recriar-se”. Conduzindo essa tese para o campo narrativo de *Tropical sol da liberdade*, na construção de uma personagem que persegue a glória de singularizar-se, dar seu testemunho, romper com seus silêncios e alcançar a possibilidade “do dizer”, Ana Maria Machado aponta, entre outros aspectos, questões fundamentais da história que se entrelaçam à sua ficção.

## 2.2 HISTÓRIA E FICÇÃO: UM ENTRELAÇAMENTO

Não serei a tua paz,

antes o sobressalto,  
a imprevista solidão.

Não serei teu riso  
- A clara morada  
De meninos —,

antes este silêncio  
de agulhas  
sangrando o peito.

Hoje, serei apenas ausência,  
Tuas mãos vazias,  
Tua espera.

Não serei tua liberdade, companheira,  
Exilada para além dos muros  
do horizonte,  
*serei, antes, o filho da terra  
e do tempo: esta obstinada  
vontade de resistir.*

(Tierra, 1977, p. 110, grifos meus)

A voz que ecoa do poema “Não serei a tua paz”, de Pedro Tierra, também uma vítima da ditadura militar, une-se às vozes de *Tropical sol da liberdade* em um convite a prosseguir, a resistir às dores da lembrança para formar um coro uníssono e quebrar o silêncio que ainda impera em nosso país. Essas vozes, que denunciam o sobressalto, a solidão, a ausência do riso, a dor, o silêncio e, entre outras mazelas, o

cárcere, simbolizam a “vontade de resistência” das pessoas que enfrentaram o regime ditatorial, na luta pela democracia. Essa luta ganha corpo também em *Tropical sol da liberdade* que, embora apresente certa leveza do discurso, não deixa de denunciar a dureza da vida e as mazelas do mundo, manifestando o inconformismo com as práticas autoritárias do governo militar.

Ao externar, por intermédio das lembranças, as agruras sofridas e testemunhadas no decorrer do turbulento período que foi o da ditadura militar, no vai e vem de sua trajetória antes, durante e após o exílio, Helena sinaliza o sofrimento dos indivíduos atingidos pela repressão. Muito embora o romance não tenha sido pensado pela autora como um instrumento de crítica à política dos anos 60 e 70, é evidente que se trata de uma obra que integra as pós-traumáticas. Em entrevista concedida no Programa Entrelinhas, da TV Cultura, Ana Maria Machado confessou que o teor da obra não foi uma decisão prévia, não era uma história política e não havia um projeto ideológico. Seu desejo era falar das formigas, do mar, da onda batendo. “Aí começaram as lembranças da casa e aí entra tudo. Acho que o ser humano, vivendo na sociedade, é político. Como eu vivi um momento de ditadura, havia uma proeminência de se falar em liberdade” (Machado, *apud* Vargas, 2013, p. 38).

Essa “proeminência de se falar em liberdade” possivelmente resultou da experiência vivida por Ana Maria Machado, não só na ditadura, mas também, bem antes dela, quando tinha três anos de idade. Ela foi “apresentada ao cárcere” e conheceu “os excessos da política brasileira”, ainda no Governo de Getúlio Vargas. Como confessa, na verdade, o preso fora seu pai, jornalista e diretor de um jornal, por ter escrito um artigo censurado pelo governo. “Mesmo assim, meu pai conseguiu enganá-lo e publicar o texto. O jornal foi apreendido, claro, e a redação foi invadida pela polícia. O autor do artigo foi procurado em casa e na rua até ser encontrado e detido dentro de um ônibus e levado para o cárcere” (Machado, 2021, p. 168). Como estava com o pai, as autoridades deixaram que ela ficasse em sua companhia, até que um tio fosse buscá-la.

O desejo de “falar da amendoeira, das formigas, do mar, da onda batendo”, enfim, de criar um gênero fictício não pensado como projeto ideológico, conduziu a autora à “fina fronteira” entre testemunho e ficção, sobre a qual discorre Salgueiro. O escritor argumenta que tanto o testemunho quanto a ficção “se atravessam, se emaranham,

se estranham, mas não desaparecem, nem se anulam, cabendo ao leitor lidar com essa fina fronteira” (Salgueiro, 2012, p. 284). Foi, pois, nessa “fina fronteira” que me posicionei para analisar o romance de Ana Maria Machado.

Os elementos narrativos que ratificam ser *Tropical sol da liberdade* uma obra que exhibe marcas claras de uma literatura de testemunho se coadunam com as considerações de Salgueiro (2012, p. 293), acerca dos traços que caracterizam essa literatura. Podem existir, para cada um desses traços, “contra-exemplos de textos testemunhais”. Mas, evidentemente, “vale o conjunto dos traços e o diálogo entre estes e outros elementos”. Na visão do estudioso, duas dessas características são fundamentais. Trata-se da “impossibilidade radical de reapresentação do vivido/sofrido” e do “abalo da hegemonia do valor estético sobre o valor ético”. No testemunho, diferentemente da tradicional literatura, em que se apresenta a subjetividade solitária, o que importa é a apresentação de um evento coletivo (Salgueiro, 2012).

*Tropical sol da liberdade* articula-se ao teor testemunhal da literatura em duplo aspecto: “por um lado, a necessidade de escrever sobre esse evento, e, por outro, a consciência da impossibilidade de cumprir essa tarefa por falta de um aparato conceitual ‘à altura’ do evento [...]” (Seligmann-Silva, 2000, p. 78). Conecta-se a esse contexto a “vontade de resistência” ressaltada pela persistência da personagem principal em escrever a peça de teatro, bem como a dificuldade que apresenta para vencer o desafio de transformar em palavras sua experiência. Como “representar algo que vai além da nossa capacidade de imaginar e representar?” (Seligmann-Silva, 2013, p. 48). Helena conhece bem essa impossibilidade de “reapresentação do vivido/sofrido” que, mesmo insuficiente para narrar o inenarrável, busca, pelo viés da ficção, representar experiências traumáticas: Aquele que testemunha, salienta Seligmann-Silva (2013, p. 48), “se relaciona de um modo excepcional com a linguagem: ele desfaz os lacres da linguagem que tentam encobrir o ‘indizível’ que o sustenta”

A “apresentação de um evento coletivo” é um traço da obra que está diretamente relacionado à temática central do romance, logo se delinea por toda a narrativa, mesmos nos trechos em que Helena recorda o período que antecedeu a ditadura. Isso porque, a rememoração do seu tempo de infância e de juventude se efetivou em um

momento de sua vida que, de certa forma, resultou da experiência no período da ditadura e do exílio. Além disso, a narrativa foi inspirada nas experiências de exílio da autora na França, em razão de sua participação, direta ou indiretamente, nos movimentos de resistência à repressão, o que a levou a deixar o país. Cecil Jeanine Albert Zinani (2010, p. 28-29) destaca que a volta da personagem no tempo, “traz as agruras enfrentadas na redação do jornal devido à censura, a lembrança dos colegas e amigos que foram presos, torturados e, por fim, mortos, as dificuldades no exílio, devido à mesquinhez dos próprios militantes”. Para Helena foi “muito difícil conviver durante tantos anos com as notas de proibição da censura policial que vinham, quase todo dia, cortar a palavra e o sentido da própria razão de ser jornalista. Lena lembrava disso com um aperto no peito” (Machado, 2012, p. 159).

Ao desnudar-se e revelar sua saga de consternações, Helena expõe o sofrimento de toda sociedade. “Desrespeitada em seus direitos mais fundamentais, a vítima de graves violações de direitos humanos representa, em sua dor, o trauma coletivo do esfacelamento súbito da instância responsável pela proteção da vida e das liberdades” (Abrão, 2014, p. 16). A tortura, seja ela de qualquer natureza, argumentam Maren e Marcelo Viñar (1992, p. 73), é um instrumento que serve ao poder para subjugar o oponente e objetiva provocar a explosão das estruturas arcaicas que constituem o sujeito, ou seja, destrói “a articulação primária entre o corpo e a linguagem”.

Isso é percebido à medida que fatos históricos e personalidades da época são inseridos na narrativa. No contexto que envolve a personagem Diana, por exemplo, estão representadas duas figuras históricas, frei Tito e o delegado Fleury, algoz de Diana e Tito. Ela padece as consequências do possível trauma sofrido pela tortura e frei Tito comete suicídio – “Para dar fim a um pesadelo que o fazia conviver o tempo todo com seu torturador. Para deixar a tortura para trás” (Machado, 2012, p. 135). Conforme Helena retoma o material sobre a peça de teatro e se põe a questionar sobre a dificuldade na escrita de certos fragmentos, revelam-se as consequências danosas da tortura. Como poderia “ir aos poucos mostrando que Diana não relaxava, não se tranquilizava, não esquecia o pavor, sem dar a impressão de que ela estava meio louca? [...] Ela tinha sido mesmo muito maltratada na prisão, torturada para valer” (Machado, 2012, p. 128).

O sofrimento da personagem remete a intensidade da violência ditatorial. A “repressão à base de tortura superou qualquer limite jurídico ou humanitário, ferindo mesmo a ética militar, que prega o tratamento digno aos prisioneiros”, elenca Napolitano (2019, p. 135). O escritor adiciona que muitas equipes de tortura mantinham centros clandestinos para “enganar o frágil controle dos comandantes ou mesmo agir sem prestar contas, ainda que formalmente, o sistema oficial de repressão” (Napolitano, 2019, p. 135).

Diana “Tinha um pavor tão grande da lembrança do delegado Fleury que, embora precisadíssima de um emprego, não teve a menor chance de se apresentar num trabalho porque o endereço era numa rua chamada de Fleurus” (Machado, 2012, p. 128-129). Ana Maria Machado, com maestria, ao utilizar os vocábulos Fleury e Fleurus cria, paradoxalmente, uma atmosfera quase poética, pois o medo de Diana se entrelaça com o simbolismo desses dois nomes e com a carga emocional que ela carrega. O nome do delegado, de sonoridade forte e incisiva, evoca uma memória traumática que Diana não consegue dissipar, representando, desse modo, o peso das lembranças que a perseguem e a impedem de seguir adiante. Fleury, portanto, torna-se, para Diana, o portador de uma experiência da qual ela quer fugir. Contudo, o nome da rua, que em francês significa “flor”, traz consigo conotações de frescor, leveza e suavidade. Assim, algo que deveria ser acolhedor, para Diana, era um lembrete doloroso. Eis um contraste estranho que valida um ciclo sem fim de desconfortáveis e angustiantes lembranças. Devido ao peso do trauma, a simples associação dos nomes — Fleury e Fleurus —, transforma-se em uma metáfora para os traumas de Diana, que moldam as decisões e a percepção que ela passa a ter do mundo. Ao evitar a rua Fleurus, ela tenta fugir do próprio inconsciente. Mas é impossível. Portanto, o que deveria ser leve e renovador, toma forma de uma lembrança indesejada, que a impossibilita avançar.

Isso bastava para deixá-la extremamente abalada, “procurando os mais variados pretextos para não ir lá. Qualquer sirene de polícia ou ambulância que passasse a congelava, ela parava o que estava fazendo, emudecia, às vezes tremia” (Machado, 2012, p. 128-129). Esses sintomas evidenciam que, além das agressões físicas que deixam marcas visíveis nos corpos violentados, há aquelas invisíveis, porém não menos avassaladoras. Acerca disso, Martinelli Filho (2022a, p. 47) expõe que, em razão da “fixação que ocorre no instante do trauma, o indivíduo retorna

constantemente à cena inicial, ‘como se esses doentes jamais tivessem superado a situação traumática, ou seja, como se essa tarefa ainda se apresentasse diante deles, atual e intacta’”. Possivelmente, era por isso que Diana não relaxava e entrava em pânico sempre que algo acionava suas recordações da tortura. A experiência do cárcere a abalou de tal forma que era até mesmo difícil Helena inseri-la na peça. Poderiam pensar que se tratava de uma pessoa desvairada, o que revela o grau de malignidade que o encarceramento pode provocar. “Dolorosa e dramática em si mesma, a experiência do cárcere se articula intrinsecamente a outras formas de violação da dignidade humana que foram exercidas cotidianamente pelo aparato militar” (Ferraz; Martinelli Filho, 2023, p. 11).

O comportamento de Diana sugere a dimensão do trauma sofrido por ela. Só a lembrança a paralisa! Mas como isso é possível? Ocorre que não se trata de uma lembrança qualquer, mas daquela que não se deseja lembrar, daquela que, uma vez lembrada, toca na alma ferida, agride um corpo já machucado, assopra a cinza que encobre a brasa teimosa em se manter viva. O trauma, sublinha Gagnebin (2006, p. 110), “é a ferida aberta na alma, ou no corpo, por acontecimentos violentos, recalçados ou não, mas que não conseguem ser elaborados simbolicamente, em particular sob a forma de palavra, pelo sujeito”.

A preocupação de Helena com a escolha das palavras para contar o que aconteceu com Diana e não dar a impressão de que ela estava “meio louca” realça, além da leitura de um suposto trauma, uma questão sensível denunciada pela escritora: a do diagnóstico de loucura imputado a toda mulher que ousava romper com certos padrões de comportamento estabelecidos pela sociedade patriarcal. Supostamente loucas, eram trancafiadas em manicômios, separadas de seus familiares, obrigadas a viverem longe dos filhos. Essas mulheres eram emudecidas e tinham seus sonhos ceifados, suas vidas interrompidas.

As recordações de Helena remetem, também, às Mães da Praça de Maio, que se assumiram como “*As loucas da Plaza de Mayo*” (Machado, 2012, p. 97). Em 30 de abril de 1977 essas mulheres marcharam em busca de seus filhos desaparecidos, na Praça de maio, em Buenos Aires. “Incansáveis, caminharam por dias, meses, anos. Como na canção do poeta, pediam o impossível: só queriam embalar seus filhos. Foram chamadas de loucas”, enfatiza Renata Gonçalves (2012, p. 131) em artigo que

apresenta uma análise comparativa entre as Madres de la Plaza de Mayo, da Argentina, e as Mães de Maio, no Brasil. As mães brasileiras se revelaram após a chacina de maio de 2006, quando mais de 400 filhos foram assassinados pela polícia do estado de São Paulo. Mas por que essas mulheres eram consideradas loucas?

No contexto da chacina na Argentina, mas que pode ser aplicado em qualquer outro que represente assassinato e desaparecimento, aquelas mulheres eram consideradas loucas “porque queriam respostas. Continuaram marchando em busca de sinais sobre o paradeiro de seus filhos. Seguiram como loucas. Transmutaram a fronteira que define onde é o lugar de homem e o lugar de mulher. Transgrediram um espaço de poder” (Gonçalves, 2012, p. 132). As pressões continuaram, mas o desaparecimento de seus filhos oferecia a possibilidade de abandonar a condição de testemunhas, ‘para construir um relato não das torturas do Estado militar, mas das artimanhas empreendidas contra a voz reclamante parida e tonificada pelos corpos insepultos’ (Gonçalves, 2012, p. 132).

Como se pode constatar, Helena tinha muitos assuntos para abordar na peça, mas por qual se decidir? A decisão por qualquer um deles, seria “tocar os limites do impensável”. Falar sobre o surto de Diana? “Achava que era muita palavra e pouca ação, vai ver não funcionava no palco. [...]. Talvez ela devesse substituir esse diálogo por outra coisa que tivesse o mesmo significado” (Machado, 2012, p. 135). Quem sabe, por exemplo, o “suicídio de frei Tito, [...] afinal de contas um fato tão real quanto o surto de Diana que Vera/Lena tinha testemunhado”. O padre foi tão torturado pelo “mesmo delegado Fleury que, mais tarde, já em liberdade, no exílio, acaba se matando, apesar da absoluta condenação da Igreja ao suicídio” (Machado, 2012, p. 135 -136).

A morte do Frei, como solução final para aplacar sua dor, remete ao desejo do sobrevivente de Auschwitz que quis morrer na câmara de gás com os demais prisioneiros, para dar fim ao seu sofrimento (Viñar, 1992, p. 98). No entanto, foi compelido pelas vítimas a ficar vivo e realizar seus últimos desejos, pois seria preciso uma testemunha e um testemunho, um lugar psíquico onde isso pudesse se inscrever. “Era preciso que o martírio fosse conhecido, que o horror fosse patrimônio da memória coletiva e da herança cultural” (Viñar, 1992, p. 98).

Além desses casos, a narrativa faz menção a outros acontecimentos que, uma vez ficcionalizados, transportam o leitor ao contexto histórico da ditadura brasileira. O sequestro do embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Charles Burke Elbrick, por exemplo, “a mais original e bem-sucedida de todas as ideias da esquerda brasileira nos anos 60” (Gaspari, 2002b, p. 88). Essa ação culminou, para além de todo aparato repressivo do governo, em outros Atos Institucionais, entre eles, “o 13 e 14 sobre banimento e pena de morte respectivamente, como [...] respostas diretas à guerrilha, em reação ao sequestro do embaixador americano” (Napolitano, 2019, p. 135).

Essa fração da história se deixa ver no capítulo XII, cuja epígrafe, trechos da música “Divino maravilhoso”, composta por Caetano Veloso e Gilberto Gil, antecipa ao leitor o que a narrativa oferece como alusão a 1968, período de tensão entre a juventude e a ditadura que decretou, pouco depois, o “golpe dentro do golpe”, por intermédio do AI-5. “Atenção / Tudo é perigoso / *Tudo é divino maravilhoso / Atenção para o refrão: / É preciso estar atento e forte / Não temos tempo de temer a morte / Atenção*”<sup>28</sup> (Gil; Veloso, 1968). Como alerta a canção, “Tudo é perigoso”. Para Helena também, ao contrário do que sugere o título da canção, tudo era perigoso, sempre. “E nem era divino-maravilhoso” (Machado, 2012, p. 34), salienta a personagem quando dialoga com Honório sobre a “virada dos anos sessenta para os setenta...” (Machado, 2012, p. 34), um tempo em que “tinha a impressão de que estava na periferia de tudo o que acontecia de mais arriscado” (Machado, 2012, p. 34). Corria os mesmos riscos daqueles que estavam no centro. Por não fazer parte de nenhum esquema de proteção, talvez os perigos fossem ainda maiores para ela do que para os outros. Como destaca Honório, a personagem “fazia parte do esquema de proteção e de apoio de quem estava no centro” (Machado, 2012, p. 34). Exatamente por isso, concorda Helena, o perigo estava sempre à espreita.

E nem sempre era divino-maravilhoso. Por que eu não tinha escolhido aquilo. E cada vez mais descobria que não tinha escolha, tinha que continuar, seguir em frente, porque também tinha certeza de não ter escolhido a neutralidade, de jeito nenhum, eu estava o tempo todo super solidária com vocês. Mas era mesmo a única coisa que me restava, a solidariedade... Porque eu não queria andar pelo caminho de vocês. Só que não havia outro. e era impossível parar.

<sup>28</sup> “O empresário dos tropicalistas, Guilherme Araújo, utilizava essa frase com frequência quando fazia algum elogio: ‘divino, maravilhoso’. Caetano conta em seu livro *Verdade tropical* que, a depender da empolgação, ainda era acrescentado um ‘internacional’. Essa foi a inspiração de Caetano e Gil ao criarem uma música para Gal Costa defender no quarto Festival de Música Popular Brasileira, da TV Record, ocorrido entre os meses de novembro e dezembro de 1968”. Disponível em: <https://cantoda.mp.com/historia-e-letra-de-divino-maravilhoso-caetano-e-gil/>. Acesso em: 11 maio 2023.

Na velocidade alucinada em que tudo vinha, era capotagem na certa... (Machado, 2012, p. 34-35).

Estar no circuito como parte desse esquema, apesar dos perigos, conferia à Helena papel de testemunha. É dos bastidores que seu olhar periférico registra os acontecimentos, ao mesmo tempo que, indiretamente, faz parte deles. O diálogo com Honório, tantos anos depois, ainda despertava nela “a angústia, a vontade de sumir, a necessidade de se proteger” (Machado, 2012, p. 35). Essas lembranças também eram perigosas, pois a transportavam para lugares de tormentas. Mas era quase impossível desviar-se delas, como quando, durante um passeio na praia, para fazer exercícios, espairar e descansar das “ideias tristes [...] as dores do exílio, da doença, da esterilidade” (Machado, 2012, p. 274), foi surpreendida por uma lembrança. “Estava passando alguns bons momentos, até mesmo se sentindo feliz, como raramente estivera nos últimos dias. De repente, a memória lhe pregou uma peça e lhe ofereceu de bandeja a lembrança daquele instante” (Machado, 2012, p. 274). Como é inevitável que lembrança chame lembrança, Helena recordou o dia em que recebeu a notícia do sequestro do embaixador. Estranhamente, essa não foi uma notícia que lhe causou dor.

Era só de susto, como se suspendesse o tempo bruscamente, desse maior nitidez aos fatos em volta, e recortasse de espanto cada detalhe. Tantos anos depois, tanta vida e tantas mortes depois, na saudade de Luís Cesário, de Carlota e de Alfredo, com quem não era possível conversar mais neste mundo, Lena recordava com clareza cada minúcia daqueles dias. Tudo tão nítido como se as coisas estivessem se passando ali diante dela naquele momento, debaixo da intensa luz do sol matinal de setembro (Machado, 2012, p. 274).

Tudo aconteceu em outro setembro, na Semana da Pátria. Logo após os militares ocuparem o lugar do general-presidente, que também ocupou a presidência sem ser eleito, começaram os preparativos para as comemorações pelo Dia da Independência. Foi nessa atmosfera festiva, vitoriosa para os militares, que tinham se apropriado de todos os símbolos da pátria, que ela recebeu a notícia. “Foi uma surpresa total. Evidentemente, como a dependência do país em relação aos Estados Unidos era absoluta, os militares iam ter que aguardar suas festas da Independência do Brasil para outra ocasião” (Machado, 2012, p. 274), pois tinham sequestrado o embaixador americano.

Os sequestradores, no entanto, não queriam resgate propriamente dito. Exigiam o fim da censura para a divulgação do manifesto à nação. Com a autorização do governo,

anunciaram que soltariam o embaixador em troca de 15 prisioneiros políticos e divulgariam seus nomes se os militares aceitassem as condições. “Nunca no mundo alguém tinha ousado se apoderar de um embaixador norte-americano para denunciar uma ditadura apoiada pelos Estados Unidos e, ao mesmo tempo, utilizá-lo como moeda de troca de prisioneiros” (Machado, 2012, p. 279). A descoberta da identidade do líder da ação, por parte de Helena, é mais um indício do testemunho da história que se entrelaça à ficção.

Lena estava em sua mesa, diante da máquina, trabalhando, quando passou um repórter bem jovem, que ainda era estudante, e segredou:

– Viu a lista? Está todo mundo...

– Todo mundo como? Não são só quinze?

– As lideranças, Lena. Valdir e os outros...

[...].

– Cadê a lista?

– Está com o Barros. [...]. Como se estivesse meio sonâmbula, Lena andou até lá. E viu. Apoiada em cima da mesa, segura por várias mãos, pelo meio de algumas cabeças, uma lista de quinze nomes. Logo o segundo era o de Valdir, seguido pelos outros três. Mas foi o primeiro nome que funcionou, para ela, como uma assinatura. *Era do velho Guilherme. ‘Ainda tiro eles todos de lá, um por um... E se duvidarem, ainda tiro o Guilherme de quebra...’ As palavras de Marcelo ecoavam em sua memória. Deus do céu, ele estava tirando mesmo* (Machado, 2012, p. 280-281, grifos meus).

As palavras que ecoaram na memória de Helena comprovaram que o líder da ação era seu irmão. A promessa do irmão, a de libertar todos os prisioneiros, inclusive o Guilherme, “um velho líder comunista nordestino, um homem do povo, de idade, com uma admirável dignidade sertaneja” (Machado, 2012, p. 212). O nordestino foi preso em 1964, logo após o golpe, e arrastado pelas ruas, pendurado atrás de um veículo, para ser desmoralizado e humilhado em público pelos militares. Esse episódio deixou Marcelo, com seus 15 anos, profundamente revoltado. O irmão de Helena “não esquecia embora não o conhecesse, morasse em outra cidade, fosse de outra geração” (Machado, 2012, p. 212).

O ocorrido com o velho Guilherme remete à violência de fato perpetrada pela ditadura após o golpe. Segundo Ana Carneiro e Marta Cioccarri (2011, p. 30), um registro feito por Paulo Cavalcanti (1980) fornece “a exata medida da violência e da humilhação a que foram submetidos os camponeses nos dias que se seguiram ao golpe”. Os presos ‘se amontoavam’ na Secretaria de Segurança Pública do Recife (PE). “Homens, mulheres e crianças eram ‘tocados como animais, aos tropeços, pontapés e empurrões’” (Carneiro; Cioccarri, 2011, p. 30). Como se isso não bastasse, “Nesses

tristes destinos, Mariano, camponês do engenho Piaçabuçu, foi obrigado a desfilar em trajes menores pelas ruas da cidadezinha, puxado por um jipe do Exército” (Carneiro; Cioccarri, 2011, p. 30). O mesmo tratamento, “cruel e ultrajante”, recebeu o ex-sargento do Exército e deputado federal, Gregório Bezerra, em 1946. Aos 64 anos, foi “obrigado a desfilar pelas ruas [...] com três cordas amarradas no pescoço, puxado por um jipe, enquanto era espancado por militares, sob o comando do coronel Darci Villocq” (Carneiro; Cioccarri, 2011, p. 30). Conforme relato de seu companheiro de desterro, Flávio Tavares: “Diante do povo estarrecido, ele foi conduzido ‘como um moderno condenado medieval’” (Carneiro; Cioccarri, 2011, p. 30). Na ficção, o velho Guilherme; na realidade, entre outros, Gregório Bezerra<sup>29</sup>. Ambos presos, torturados, humilhados, integrantes do “grupo de presos políticos exilados em 1969, em troca da libertação do embaixador [...] sequestrado por organizações de esquerda” (Carneiro; Cioccarri, 2011, p. 39). Seria mera coincidência? Talvez sim, talvez não! Fato é que a narrativa de Ana Maria Machado possibilita, em mais de uma situação, associarmos seus personagens com pessoas reais. Marcelo, irmão de Helena, simboliza mais um fato representado na ficção. Trata-se da prisão do irmão da escritora, Franklin Martins<sup>30</sup> que participou de “um dos episódios mais marcantes da resistência à ditadura e também participou do sequestro de Charles Burke Elbrick, com o mesmo objetivo de Marcelo, forçar a libertação de 15 presos políticos”. Na ocasião de sua

---

<sup>29</sup> “A organização dos camponeses pelo PCB foi, em boa parte, fruto do trabalho de Gregório Bezerra, ex-sargento do Exército e deputado federal em 1946. [...]. A mesma coragem e disciplina de que lançou mão para organizar trabalhadores rurais em Pernambuco, Goiás, São Paulo e no Paraná parece ter sustentado sua dignidade inquebrantável diante das torturas em 23 anos de cárcere. No dia 2 de abril de 1964, uma cena para o país não esquecer: Gregório, aos 64 anos, foi obrigado a desfilar pelas ruas de Recife com três cordas amarradas no pescoço, puxado por um jipe, enquanto era espancado por militares, sob o comando do coronel Darci Villocq”. [...]. Ainda de acordo com as autoras, Carneiro e Cioccarri, essas cenas ainda assombravam a memória do filho, Jurandir Bezerra, de 83 anos, quando concedeu entrevista ao projeto, em setembro de 2010. Ele contou que na época, “[...] sua mãe ficou em ‘estado de choque’ ao ver as cenas de Gregório sendo ultrajado e golpeado com um cano de ferro, depois que já carregava no corpo as marcas de bárbaras torturas” (Carneiro; Cioccarri, 2011, p. 40).

<sup>30</sup> Foi preso entre outubro e dezembro de 1968, quando era presidente do Diretório Central dos Estudantes da UFRJ e libertado dois dias antes de se instaurar o Ato Institucional Nº 5. “Passou para a clandestinidade e se engajou na luta armada. No ano seguinte, participou do sequestro do embaixador norte-americano. Depois dessa ação bem-sucedida, com a cabeça a prêmio e a polícia nos calcanhares de seus autores, Franklin seguiu para o exílio em Cuba, para fazer treinamento na guerrilha rural, depois para o Chile de Salvador Allende. Em 1973, voltou para o Brasil para viver clandestinamente em São Paulo. Em seguida, exilou-se novamente, desta vez na França. Voltou para o Brasil em 1977, onde mais uma vez viveu escondido, até a anistia de 1979. Em 2006, o diretor Sílvio Da-Rin lançou o documentário Hércules 56, cujo título se refere ao avião militar que transportou para o exílio os presos políticos trocados pelo embaixador norte-americano. O documentário reúne alguns sobreviventes da ação, entre eles Franklin Martins. Foi ministro-chefe da Secretaria de Comunicação do Brasil durante o mandato presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva até dezembro de 2010. Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/personagens/franklin-martins/>. Acesso em: 8 maio 2023.

participação na Bienal de Brasília, em 2014, o jornalista se pronunciou sobre a ditadura: “Tem gente que diz que a ditadura não foi brava assim. Mas você não diz se uma ditadura é branda porque morreu mais ou menos gente, e sim por ter amordaçado o país, impedido as pessoas de se expressar”. E acrescentou: “A essência da ditadura é me aplaude que você vai se dar bem, me enfrenta que você vai pros quintos dos infernos”.

Esses ecos da história reverberam como o latejar das feridas na alma dos sobreviventes do regime ditatorial. O vibrar, o latejar dessas vozes, com “sentimento e emoção” por meio do testemunho, seja este oral ou escrito, faz-se fundamental. “A capacidade de testemunhar e o ato do testemunho envolvem em si mesmos uma qualidade curativa e já pertencem, por caminhos obscuros, ao processo de cura” (Felman, 2000, p. 17). A reflexão de Helena sobre as possíveis personagens para compor a peça teatral dá a ver figuras reais que, uma vez ficcionalizadas, remetem o interlocutor aos horrores da ditadura. O contato com registros de jornalistas e artistas, entre outros guardados, revela “Um caminho ao passado que joga com a construção do texto literário e que, ao mesmo tempo, promove um acerto de contas com as dores que insistem em permanecer no presente” (Pinheiro, 2022, p. 277-278).

O “emaranhado de fragmentos, uma junção de depoimentos, cartas, reportagens, teatro, todos costurados pelo controverso jogo do dizer e do negar; ou do falar, do silenciar e do curar” (Pinheiro, 2022, p. 277) acena para a necessidade de se atentar ao que está posto como “história oficial” do regime ditatorial. Por esse prisma, o vínculo estreito da obra com a história, que se expressa pelos meandros da narrativa, tendo o período ditatorial de 64 e o exílio da personagem como cenário, conduz o leitor, não apenas aos fatos já desvelados, mas, também, à conjuntura social e política que os circundou. *Tropical sol da liberdade* pertence ao rol de obras, cujos autores, na perspectiva de Dalcastagnè (1996, p. 138), tornaram seus escritos um espaço de “encontro e diálogo, espaço de permanente descoberta”. Essas obras “questionam, parodiam e bombardeiam a verdade oficial, não para substituí-la por outra, que seria pretensamente a dos vencidos, mas para semear a incerteza, e o fazem justamente por meio do diálogo, que hospedam, vivo e pulsante, no seu interior” (Dalcastagnè, 1996, p. 138).

Trata-se de um romance, acrescenta a autora, que recusa respostas categóricas e soluções definitivas. Ele se faz junto com seu tempo, constrói-se sobre uma história que não terminou, em “um presente que se estende indefinidamente” (Dalcastagné, 1996, p. 139). Mesmo com um narrador que já se encontra a uma distância significativa dos fatos, em *Tropical sol da liberdade* “não é de um passado concluso que ele fala, mas de um passado que se relaciona ainda com o presente, que decide e é decidido pelo movimento incessante dos dias”, acentua a estudiosa. Além do seu próprio tempo, dialoga “com passado e futuro, com a história, o jornalismo, as memórias e outros gêneros literários” (Dalcastagné, 1996, p. 139). No vai e vem das lembranças de Helena, desvela-se, pois, uma versão contrária à dita história oficial da ditadura.

Contribuindo com essa abordagem, Napolitano (2019, p. 314) destaca que a heterogeneidade ideológica dos golpistas e seus interesses, muitas vezes divergentes, que “motivaram a queda do regime de 1964 e do governo Goulart foram desafios para a construção de um discurso homogêneo e, conseqüentemente, de uma memória oficial sobre o golpe e o regime militar”. Isso se agravou com as discordâncias que surgiram no centro da “coalizão civil-militar. Dessa desarmonia resultou uma “memória, um tanto errática e fragmentada, sobre o golpe e o regime militar” (Napolitano, 2019, p. 315). Simultânea à política de “distensão e abertura”, em meados dos anos 1970, as críticas sociais aos acontecimentos centrados na origem da ditadura começam a passar por um processo de reconstrução (Napolitano, 2019, p. 315). Esse processo pode ser definido “como a afirmação de uma memória homogênea sobre a ditadura, que não deve ser confundida com uma história oficial”, que resulta de uma interação entre “a memória das elites e a história dos grupos que ocupam o poder político de Estado” e precisa ser instituída e aprovada por “historiadores de ofício em instituições legitimadas pelo poder” (Napolitano, 2019, p. 315-316). Isso leva o discurso das elites sociais e políticas a ser mais ou menos homogêneo a respeito de determinado período histórico, permitindo-se pequenas interpretações. Ao contrário, a memória hegemônica cria “um fosso entre as elites políticas que mandavam no país e os grupos sociais que tinham mais influência na ‘sociedade civil’ e atuavam sob o signo da “resistência” (Napolitano, 2019, p. 316). Ainda de acordo com o estudioso, não há uma história oficial sobre a ditadura brasileira, “entendida como a narrativa do passado aceita como base para uma política

homogênea e coerente de Estado”. Consideradas as particularidades históricas da transição para a democracia no Brasil, vive-se uma situação que foge aos padrões teóricos. “Desde 1995, ao menos, temos uma política de reparação sistemática e até generosa, acompanhada de uma política de memória que não consegue ir além das meias-verdade, [...] muitos mortos e desaparecidos ainda não tem um paradeiro esclarecido oficialmente” (Napolitano, 2019, p. 326).

Entre outros destaques, valida-se, portanto, o de Pinheiro (2022, p. 288), no que diz respeito à importância da arte para despertar a sensibilidade em espaços ainda constituídos por imaginários de negação. “A representação literária da ditadura militar na América Latina permite visualizar veredas que, muitas vezes, o texto histórico não alcança abarcar”. Em época de retrocessos em que algumas pessoas se manifestam favoráveis ao retorno do estado de exceção, “o texto literário pode despertar a sensibilidade em espaços atormentados pelo imaginário da ‘ordem, da lei e da repressão’, um imaginário que não considera os abusos, a tortura e o silenciamento” (Pinheiro, 2022, p. 288). Por meio da transmissão simbólica, destaca Martinelli Filho (2022b, p. 12), garante-se a “permanência de *rejeitos* da história oficial, aquilo que seria vedado de acesso pelas forças de repressão, sejam elas psíquicas [...] sejam elas ideológicas, por meio de aparelhos de Estado”.

A leitura estética do passado é importante, conforme Seligmann-Silva (2013, p. 57), pois opõe-se à ‘musealização’ do acontecido: “ela está vinculada a uma modalidade de memória que quer manter o passado ativo no presente”. Ao contrário da representação tradicional, “o seu registro é do índice: ela quer *apresentar, expor* o passado, seus fragmentos, ruínas e cicatrizes” (Seligmann-Silva, 2013, p. 57). Nesse sentido, por intermédio das memórias das personagens, ora sinalizadas pelo narrador, ora por elas próprias, *Tropical sol da liberdade* contribui com o despertar da consciência social quando ficcionaliza os “abusos, a tortura e o silenciamento” provocados pela ditadura. Não por acaso, o delegado Fleury ser lembrado por Helena. Ele se tornou “um paradigma da eficácia da criminalidade na repressão política” (Gaspari, 2002b, p. 64-66). As circunstâncias da prisão e os métodos de tortura atribuídos ao frei são exemplos disso, como aconteceu “Numa das sessões, agentes da equipe do capitão Benoni Albernaz, enfeitados com vestes litúrgicas, mandaram que abrisse a boca para receber ‘a hóstia sagrada’. Era o fio ligado ao magneto” (Gaspari, 2002b, p. 284).

Gabriel Cabral relata que Tito foi banido do Brasil com mais 69 presos políticos e que, depois de passar pelo Chile e pela Itália, chegou, finalmente, à França, onde voltou a estudar e atuou em entidades religiosas. No exílio, em 23 de fevereiro de 1973, foi condenado à revelia em São Paulo, suicidando-se em 7 de agosto de 1974, em um bosque ao redor do convento francês. O religioso foi “reconhecido como vítima da tortura realizada por agentes públicos, [...] seu suicídio reconhecido como resultado do desequilíbrio psíquico causado pela ditadura militar brasileira” (Cabral, 2014). Esse reconhecimento indica que “falar da tortura não é [somente] falar do torturado e da vítima, é falar da sociedade que é capaz de torturar” (Viñar, 2014). O comprovado desequilíbrio psíquico que culminou na morte do frei se explica, segundo Helena, “Porque o torturador não abandona a vítima. Bem de acordo com o que Sérgio dizia a Ricardo nessa cena” (Machado, 2012, p. 135). Mesmo em um convento, entre seus irmãos, no sul da França, “[...] a única saída para o frade acabou sendo buscar a morte com suas próprias mãos. Para dar um fim ao pesadelo que o fazia conviver o tempo todo com seu torturador. Para deixar a tortura para trás” (Machado, 2012, p. 135).

Helena, no entanto, embora considerasse o caso do frei semelhante ao que pretendia contar, “[...] não era o fato que ela queria trazer à sua peça. Sabia que tinha que selecionar, delimitar o espaço que ia abarcar. Muita gente já tinha escrito sobre a tortura” (Machado, 2012, p. 135 -136). Além disso: “Um episódio como o enforcamento do frade num campo francês já era um fato jornalístico, histórico, noticiado e documentado. E também ela preferia falar de mulheres” (Machado, 2012, p. 136). Ou, quem sabe, substituir “[...] a cena dessa conversa longa por outra cena, também calcada na realidade – um suicídio na Alemanha, uma jovem exilada que se atirou debaixo de um trem, num processo muito semelhante” (Machado, 2012, p. 136). Entre tantas tragédias, podia escolher. O mecanismo era sempre o mesmo: “O ex-torturado, que não consegue se libertar da lembrança do torturador, e do seu poder, e acaba resolvendo matá-lo dentro de si mesmo através da própria morte, sair dos horrores do inferno pela única fresta que vislumbra” (Machado, 2012, p. 136).

Embora Helena considerasse que muito já se tinha falado sobre a tortura e achasse inviável levar a história do religioso para sua peça, de uma forma ou de outra, ela se faria ver, devido estar, inevitavelmente, imbricada naquele contexto social de repressão. Napolitano (2019, p. 135) salienta que na sequência às ações de prender

ou forjar incidentes e fugas para justificar a morte sob tortura dos envolvidos na luta armada, a partir de 1971, o regime militar buscou outra alternativa: o desaparecimento das pessoas. Essa estratégia era vantajosa para o sistema repressivo, isto porque desobrigava o governo e demais autoridades de informações oficiais sobre o desaparecido. “Oficialmente, nem morto nem preso” (Napolitano, 2019, p. 135). O sumiço das pessoas era orquestrado e efetivado por diversas e sofisticadas técnicas: incineração, esquartejamento dos corpos, sepultamento como anônimos ou com nomes trocados. Além disso, usavam “contrainformação para despistar os familiares, alimentando-os com pistas falsas e fazendo-os perder-se nos labirintos burocráticos do sistema” (Napolitano, 2019, p. 135).

Está claro que não tinha como Helena se desviar das cenas de violência e de tortura. Embora não as abordasse diretamente, as lembranças levavam a elas. Assim aconteceu quando recordou o noticiário que viu pela televisão, em Paris: “a chegada à Argélia de mais um grupo de prisioneiros trocados por outro diplomata sequestrado, e o estado em que eles estavam, de tanto serem torturados” (Machado, 2012, p. 289). Ela não apenas ouviu a notícia, mas viu as marcas que a tortura deixou como testemunho de sua crueldade.

A televisão mostrou, rapidamente, em poucos segundos, o estado físico dos que foram libertados. E Lena, sentadinha na sala de seu apartamento em Paris, viu o que o Brasil não estava vendo e se recusava a ver. Viu a moça descer do avião carregada por um companheiro, porque não podia mais andar. Viu as cicatrizes no corpo de Honório, em *close*. Viu as pernas e os antebraços de Rodrigo, atrofiados, subitamente finos, de ficarem pendurados no pau de arara. Viu as gengivas de Gabriel em carne viva, uma chaga só, de tanto levar choque elétrico. As lágrimas queriam impedi-la de ver mais. Mas ela tinha que ver tudo, era o mínimo que podia fazer. Ver para contar (Machado, 2012, p. 289).

Não desviar o olhar, apesar da angústia que as imagens causavam, revela a atitude ética de Helena. Ela precisava ver para testemunhar. O sentimento de felicidade e alívio por ter se livrado da prisão e da tortura cede lugar ao sofrimento pelos companheiros torturados. Sua luta contra as lágrimas, que queriam poupá-la daquelas imagens, remete a uma ideia de reparação, pelo “sentimento de culpa por ter sobrevivido”. Por isso precisava vencer essa batalha e ver. Ver para testemunhar! “Então, é como se fosse a culpa do sobrevivente: eu me salvei, mas deixo para trás os que não puderam se salvar. Às vezes, esse pode ser um peso muito grande” (Viñar, 2014, p. 152).

A ausência do nome da “moça” na narrativa, configura-se como uma estratégia da escritora para coletivizar a violência. Ela simboliza outras tantas mulheres que sofreram pela mortificação. Logo, falar sobre mulheres no período ditatorial não significava suprimir o tema da tortura. Ao contrário, equivalia tocar em profundas feridas resultantes de violências físicas e psicológicas. Helena tinha consciência de sua responsabilidade em levar adiante tudo o que presenciou. As dores das lembranças, no entanto, somadas aos problemas de saúde, despertavam nela o desejo de se livrar de todo aquele peso. Como no teatro, que “tem mil recursos – basta apagar uma luz, acender outra, [que] muda tudo” (Machado, 2012, p. 273), sua vontade era de “dar um corte na cena. Interromper. Acordar do pesadelo. Levantar os olhos do livro. Mudar de canal. Desligar o aparelho. Só retornar depois, em outro momento, depois de respirar, refazer as forças e enfrentar” (Machado, 2012, p. 273).

Ela sabia, porém, que na realidade era impossível qualquer “suspensão comparável” (Machado, 2012, p. 273) à da ficção. “Era preciso sempre viver cada hora com todos os seus minutos e segundos, todas as providências miúdas do cotidiano misturadas sem qualquer possibilidade de selecionar apenas os fatos que quisesse privilegiar” (Machado, 2012, p. 273). Se conseguisse desovar a peça, poderia, ao menos na ficção, exercitar os cortes das cenas no percurso dessa história. Por outro lado, os cortes impediriam que recordasse o passado por intermédio da encenação e ela precisava disso, reviver “como uma possibilidade de cura – o anseio de abrir-se novamente para o mundo e desatar o nó que a amarra às memórias passadas de dor e sofrimento” (Umbach e Vianna, 2010, p. 72).

A prisão de Helena, após certa noite em que “dormiu mal, um sono leve e agitado, entrecortado por pesadelos e medos” (Machado, 2012, p. 308) alude, não apenas aos inúmeros casos de detenção ocorridos na ditadura, mas, também, às diversas atitudes repressivas contra os indivíduos. Mãe e filha foram testemunhas e vítimas da opressão, da violência e da truculência dos que estavam no poder. O episódio da reclusão da personagem, “enquanto fritava um bife para o almoço” (Machado, 2012, p. 308), remete ao poema de Lara de Lemos (1997, p. 9):

De súbito o susto

estampado no rosto  
refletido no espelho  
parado na garganta.

Invasores transitam  
pelo quarto  
desrespeitam o sono  
em furor incontido.

Colocam algemas  
em pulsos inocentes.  
Contra palavras – há muros  
contra lamentos, murros.

Levam jovens na mira  
de fuzis reluzentes.

Como forma de resistência, Helena tentou, naquele momento, não entrar em desespero. Enquanto estava sendo detida, para “não dispersar as ideias nem deixar a imaginação trabalhar em possíveis cenas de horror, ficava repetindo mentalmente textos que sabia de cor. Como palavras mágicas” (Machado, 2012, p. 308). Embora não tivesse sido agredida fisicamente, a prisão já era uma tortura e, de certa forma, a antecipação do seu exílio. Costa et al. (1980, p. 18) defendem que são “exiladas as perseguidas, as punidas, as presas e torturadas”. Isso se comprova por intermédio do tratamento dado à personagem no episódio de sua prisão: “– Você aí, mocinha, é sua vez. Lá se foi ela. Eram cinco homens que se revezavam interrogando, uns mais duros e ameaçadores, outros menos. Mas não tocaram nela” (Machado, 2012, p. 310).

Sim, “não tocaram nela” fisicamente, mas os toques invisíveis deixaram marcas que se alojaram em sua mente, em sua história, feito uma tatuagem, “Que você pega, esfrega, nega/Mas não lava”, conforme sugere a canção de Chico Buarque e Ruy Guerra (1972). Por isso, perpetuaram em sua história e reverberaram em seu dia a dia. Entre tantas, essa era mais uma ferida que precisava cicatrizar para que ela pudesse reconstruir-se e, enfim, encontrar-se. As marcas da violência sofrida pelas personagens de Ana Maria Machado são indícios da ferocidade com a qual algumas mulheres foram tratadas na ditadura e em razão dela. Para além disso, as reflexões proporcionadas pela narrativa, acerca da temática do feminino e que abrange todo tipo de violência, ultrapassam o contexto histórico da ditadura militar, como veremos no capítulo seguinte.

### 3 VIOLÊNCIA DE GÊNERO EM *TROPICAL SOL DA LIBERDADE*

Todo grupo que é objeto de preconceito tem isso a dizer: somos a língua em que somos falados, somos às imagens em que somos reconhecidos, somos a história que somos condenados a lembrar porque fomos barrados de um papel ativo no presente. Mas somos também a língua em que questionamos essas pressuposições, as imagens com que invalidamos os estereótipos. E somos também o tempo em que vivemos, um tempo de que não podemos nos ausentar. Temos uma existência própria e não estamos mais dispostos a permanecer imaginários (Manguel, 2000, p. 35).

É a figura da mulher que este capítulo contempla como uma forma de denúncia pelo seu apagamento. De certa forma também, para dar visibilidade, entre outros aspectos, à sua luta por vezes inglória, para se libertar do julgamento de uma sociedade patriarcalista. “A recordação do antigo trauma persiste, apesar de a dor física e a angústia imediata terem sido eliminadas pela civilização. A sociedade continua a reduzir a entrega feminina à situação do sacrifício, de que libertou as mulheres” (Adorno, 1951, p. 79).

Há, pois, uma emergência em se falar da mulher. Não daquilo que diversas vezes já foi reiterado, obviamente devido sua importância, mas daquilo que se encontra enclausurado, pouco sabido de suas histórias de vida, de luta e resistência. Rogério Sottili (2020, p. 15) salienta, em um diálogo que contribuiu para o nascimento da obra *Heroínas dessa história: mulheres em busca de justiça por familiares mortos pela ditadura*, que Marcelo Rubens Paiva e Ivo Herzog diziam: ‘Muito se fala sobre os nossos pais e quase nada sobre nossas mães. Mas, se não fosse por elas, pouco saberíamos do que se passou. Elas são as verdadeiras heroínas desta história’. Eis, pois, a mulher do antes, do durante e do depois da ditadura brasileira! Entre as que simbolicamente são representadas na narrativa, estão aquelas que “encontraram suas próprias formas de resistir e de lutar por justiça diante da morte brutal de seus companheiros, filhos e irmãos durante o regime militar” (Sottili, 2020, p. 15).

A necessidade cada vez mais urgente de se pensar o papel da mulher na sociedade e sua invisibilidade se ratifica, entre outras iniciativas, pelo tema da avaliação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), no ano de 2023: “Os desafios para enfrentar a invisibilidade do trabalho de cuidado das mulheres no Brasil”. Para além da saga diária de se fazer ver, quando se trata do trabalho de cuidado com o lar, com

os filhos e com o esposo, para garantir seu direito a trabalhar fora de casa, ela precisa provar que é capaz de dar conta da dupla jornada que lhe é imposta.

A literatura de Ana Maria Machado recupera a figura dessas mulheres que atuam tanto no espaço privado do lar, quanto no público e lhes concede “corpo e voz a partir de Lena” (Dalcastagnè, 1996, p. 130). Em ambos os casos, no público ou no privado, elas são, geralmente, invisíveis. Quando vistas, são de alguma forma discriminadas pelo simples fato de não terem nascido homens ou por não serem perfeitas, como se julga o correto para uma mulher, especialmente quando se trata dos afazeres do lar, a exemplo da personagem. Essas guerreiras anônimas e silenciadas, no entanto, uma vez despertadas, recusam-se a permanecerem no imaginário social como coadjuvantes da história, embora nem sempre consigam êxito nessa empreitada, como alude a personagem na passagem em que se sente pressionada a realizar certas atividades.

Será que nunca ia se livrar dessa pressão para ser o que não era? Será que tinha sempre que travar uma batalha para se defender de não ser uma dona de casa prendada e perfeita [...]. Será que a vida toda [...] ela ia ter que se pôr à prova em testes domésticos e de bom comportamento para ser digna de merecer a aprovação e o amor de Amália? Será que não dava para aceitá-la como ela era? (Machado, 2012, p. 301).

O questionamento silencioso de Helena, que se misturava aos soluços no travesseiro, foi um desabafo em razão de não conseguir fazer crochê, para o espanto de sua mãe: “Mas não é possível! Uma moça tão inteligente, que fala diversas línguas, fez faculdade, sabe tanta coisa, não consegue aprender a fazer um crochêzinho tão simples que qualquer analfabeta faz só de olhar?” (Machado, 2012, p. 300). Ocorre que a personagem sofria de um problema de disritmia que prejudicava sua coordenação motora. Agora, tinha um atestado médico que justificava sua pouca habilidade com os trabalhos manuais e, também, não se tratava só do problema de saúde, mas da sua recusa em fazer algo apenas para agradar a mãe.

– Deixa eu fazer à minha moda, mamãe! Por prazer, você entende? Não quero fazer nada por castigo, por obrigação, para ser perfeita [...] – E tem mais: não quero nunca mais me sentir culpada de não conseguir fazer tudo certinho. Não consigo mesmo, e pronto! Ninguém consegue. Por que é que eu tenho que acertar e ser perfeita nas coisas que eu não sei? (Machado, 2012, p. 300-301).

A reação de Helena demonstra que, embora tenha desde pequena se mostrado contrária às normas que lhe eram impostas, muito do que viveu e não lhe era claro, viera à tona no momento de rememoração:

– Não consigo não, mamãe. Nunca consegui, vou morrer sem conseguir! Tem uma porção de coisas que os analfabetos fazem melhor do que eu e isso não é vergonha nenhuma... Todo mundo faz umas coisas melhor do que as outras. E agora eu sei por que é que eu não faço, por que é que toda a vida eu fui sem jeito e imprestável... Agora eu tenho atestado, mamãe. Atestado médico para faltar à aula de trabalhos manuais, se eu quiser. Eu tenho um foco de disritmia que afeta minha coordenação motora, ouviu? E ando mesmo muito atacada, estou mal. (Machado, 2012, p. 300).

Não se tratava de inabilidade, mas de uma disfunção que a impedia de fazer trabalhos manuais. Essa verdade que, aparentemente, Amália desconhecia, surge em um momento de desabafo da filha. A culpa que Helena sentia por não conseguir atender às expectativas da mãe, que reproduzia uma cultura patriarcal da qual também era vítima, estava justificada. Não queria mais se sentir culpada por não atender aos anseios de uma sociedade patriarcal, cuja visão era a de que a mulher deveria se submeter a uma cultura de subserviência. Despindo-se desse sentimento, ia aos poucos se transformando, fazendo-se nova, conforme sinaliza a passagem em que Honório não a reconhece, após voltar do exílio e reencontrá-la: “E antes de eu ir embora, nunca teria pensado que aquela mulher tão caretinha, tão vocação de mãe de família, ia dar essa volta, virar uma pessoa rara, interessante, nova” (Machado, 2012, p. 359).

Ao reivindicar seu direito de fazer as coisas ao seu modo, Helena vai aos poucos rompendo os fios que a mantêm atrelada à cultura patriarcal. Assim também ocorreu durante o regime militar quando algumas mulheres não se calaram e fizeram parte da resistência, de uma ou de outra forma. Como bem salienta Rogério Sottili (2022, p. 16) “os braços armados do Estado atingiram inúmeras famílias e grupos sociais de diferentes formas e por diferentes motivos. À frente de todas elas, uma mulher que não se calou”, apesar da política do silêncio que, como uma névoa a envolvia e, por vezes, fosse por um ou outro motivo, impedia-lhe de perceber seu poder de transformação. “Os longos silêncios. Longos demais. Alguns deles por escolha própria, é verdade – por proteção, por cansaço de conviver com a dor ou por decisão de seguir adiante, simplesmente” (Borges; Merlino, 2020, p. 17) imperam, em virtude da “política de esquecimento que ainda paira sobre nossa história recente, encobrendo os crimes da ditadura civil-militar. Resulta também do machismo estruturante que embota o imaginário social brasileiro, acostumado a protagonistas homens, e não

mulheres. De uma forma ou de outra, são histórias silenciadas” (Borges; Merlino, 2020, p. 17)<sup>31</sup>.

A verdade é que, em conformidade com o exposto, “é muito difícil as mulheres assumirem concomitantemente sua condição de indivíduo autônomo e seu destino feminino; aí está a fonte dessas inépcias, dessas incompreensões que as levam, por vezes, a se considerar como um ‘sexo perdido’” (Beauvoir, 1987, p. 321). Passadas décadas desde que a filósofa registrou seu pensamento, considerando os avanços das conquistas femininas, poderíamos considerar sua assertiva ultrapassada. No entanto, ela se encaixa perfeitamente em nossos tempos, pois para muitas mulheres é, ainda, “sem dúvida mais confortável suportar uma escravidão cega que trabalhar para se libertar” (Beauvoir, 1987, p. 321). Com exímia precisão, Helena aproxima o leitor da situação das mulheres, em sua maioria. Ana Maria Machado dá mostras disso.

O processo de fabricação do queijo, que a mãe da personagem fazia, alude à saga feminina. “Lena sentia água na boca ao imaginar o resultado. No fundo era só leite, mas como ficava gostoso... Bom, só leite não” (Machado, 2012, p. 119). Era necessário saber esperar, dar ao leite o tempo necessário ao seu processo de transformação, após a mistura do coalho.

Leite e Tempo. Tempo e trabalho. Três coisas muito femininas [...]. Vida de mulher era bem assim, trabalhar e esperar. E, enquanto isso, ir parindo, amamentando, alimentando. Bom, talvez estivesse radicalizando. Vida de homem também é feita de trabalhar e esperar, só menos, talvez. Ou, pelo menos, não tão envolvido com o cotidiano. Quer dizer, um homem em crise existencial não precisa resolver duas vezes por dia o que é que se vai cozinhar para a família, verificar se há os ingredientes todos na cozinha, ou cortar uma explosão ou uma reflexão qualquer por causa de um grito inadiável de ‘Mamãe vem me limpar!’ Mas também, talvez fosse por isso que as mulheres, como sua mãe, acabassem descobrindo uma força inesperada nas situações difíceis, uma certeza de que a vida é mais forte, continua. No meio de tudo, polícia invadindo casa, filho sendo procurado, marido sendo preso, sei lá, tinha coisas que não podiam ficar para depois. O banho das

---

<sup>31</sup> Na apresentação do livro *Heroína dessa história: mulheres em busca de justiça por familiares mortos pela ditadura*, os organizadores salientam que “Num levantamento feito no início do projeto, com base nas três principais referências sobre mortos e desaparecidos políticos da ditadura civil-militar, o Dossiê ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985), publicado pelo Instituto de Estudos sobre a Violência do Estado, em 2009, o livro *Direito à memória e à verdade: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos* (2007), da então Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, e o terceiro volume do relatório final da Comissão Nacional da Verdade, *Mortos e desaparecidos políticos* (2014), identificamos ao menos outras setenta mulheres, familiares de mortos e desaparecidos do período cujas trajetórias nunca foram suficientemente conhecidas nem reconhecidas como se devem. Sabemos que são muitas mais” (Borges; Merlino, 2020, p. 20).

crianças, a feira, o cardápio do jantar. Na hora da fome, por mais que estejam preocupados, ninguém quer saber de nada, todo mundo se senta na mesa e come, sem nem se perguntar como é que aquela comida chegou ali. Mulher aprende que a vida exige paradas, ocupa antes de preocupar (Machado, 2012, p. 119-120).

Engana-se quem imagina que as coisas mudaram ao ponto de a mulher estar no mesmo patamar de igualdade do homem. Que houve avanço, não se pode negar, mas essas conquistas estão longe de representar justiça e igualdade. A assertiva de Beauvoir, infelizmente, cabe perfeitamente em nosso tempo. Tão contemporâneo, em determinadas situações, quanto o pensamento da autora, é o aforismo de Adorno (1951). Tomando o preceito de que “Onde as pessoas sensatas são unânimes em qualificar a conduta dos não-sensatos pode sempre ter-se a suspeita de um não conseguido arrombamento, de algumas dolorosas cicatrizes”, o escritor faz uma correlação dessa situação à questão da mulher e sua respectiva emancipação.

Olhando superficialmente, a “dissolução da economia competitiva liberal ‘masculina’, da participação das mulheres no funcionalismo [...], em virtude do desencantamento da família e do abrandamento dos tabus sexuais”, o problema da dependência feminina não parece tão agudo, salienta Adorno (1951, p. 81). Ao mesmo tempo, no entanto, a perseverança da sociedade tradicional descaracterizou a emancipação da mulher. Isso significa que a permanência da desumanização feminina está eclipsada pela permissão que lhe é dada para realizar todas as tarefas controladas possíveis, continuando a ser na “grande empresa”, o objeto que sempre foi na família (Adorno, 1951, p. 81).

É preciso, reitera o teórico, pensar nas mulheres, não somente em seus miseráveis dias de trabalho e em suas vidas no exercício de suas funções, que ajustam determinadas atividades, semelhantes às domésticas, cerradas não apenas “no meio da absurda situação industrial, mas também nelas próprias. Docilmente, sem nenhum impulso contra, refletem a dominação e com ela se identificam” (Adorno, 1951, p. 81). Isso ocorre porque os seus problemas não foram resolvidos. Em vez disso, a sociedade masculina alargou os seus princípios. Daí, as mulheres são incapazes de questionamentos acerca das próprias questões.

Uma vez que lhes são concedidos certos bens mercantis, unanimemente entusiasmadas, elas admitem a ventura e “deixam o pensamento para os homens, difamam qualquer reflexão como infração contra o ideal de feminidade propagado pela

indústria cultural e abandonam-se de bom grado e por inteiro à escravidão, que têm por realização do seu sexo” (Adorno, 1951, p. 81). Entre essas mulheres que “Docilmente, sem nenhum impulso contra, refletem a dominação e com ela se identificam”, há aquelas que se rebelam e não aceitam a submissão e a servidão como única alternativa. Deixam de lado a passividade e a inércia para irem à luta, pois não estão mais dispostas a serem imaginárias.

Nessa perspectiva, *Tropical sol da liberdade*, como tantas outras narrativas que lidam com a questão do feminino, é um convite para que a chama da luta diária por respeito e reconhecimento se mantenha acesa. Um compromisso que precisa ser alimentado diariamente, para que se fortaleça e para que as atrocidades cometidas contra a mulher não continuem sendo naturalizadas. Esse compromisso, assumido pela escritora, reverbera no desejo da personagem que, embora reconhecesse a importância de dar visibilidade a todo assunto acerca do período ditatorial, ainda assim, “preferia falar de mulheres” (Machado, 2012, p. 135). Mas, e se Helena decidisse escrever sobre as mulheres como era também o desejo de seu amigo Honório? Se resolvesse escrever sobre “a história da mulher brasileira na periferia dos fatos, sua trajetória para a consciência política, esse relato tinha que passar pelo movimento estudantil de 1968” (Machado, 2012, p. 97).

E, nele, pela Passeata dos Cem Mil, onde a multidão elegeu uma mãe que a representasse, numa antevisão das inúmeras mães que iam fazer sua via-crúcis pelos porões do regime nos anos seguintes à cata de notícias dos filhos, e que, se no Brasil não chegaram à organização que as mães argentinas iam atingir depois, ao se assumirem como ‘*As loucas da Plaza de Mayo*’, nem por isso sofreram pesadelo menor. Como se houvesse termômetro de pesadelo ou uma escala Richter de medir perda de filho (Machado, 2012, p. 97).

Sim! Escrever sobre a história da mulher em tempos de ditadura é visibilizar as grandes batalhas por elas enfrentadas. É retratar heroínas que se encontram no anonimato. Não as que se enquadram em um “heroísmo romântico, idealizado, distante, que afasta admiradores e admirada – como se fossem seres de uma excepcionalidade inalcançável” (Borges; Merlino, 2020, p. 19). É dar um rosto e uma voz às heroínas do dia a dia, daquelas que arrumam o quarto para a chegada do filho, que põem a mesa com um lugar a mais, que têm a “força de se reerguer e encarar outros desafios – fazer uma graduação, entrar para a militância, mover ações contra os algozes de seus familiares, enfrentar uma corte internacional – e, sobretudo, continuar caminhando de cabeça alta” (Borges; Merlino, 2020, p. 19). Consoante a

essa assertiva, Dalcastagnè (1996, p. 114) salienta que “Reconstruir o vivido é refazer a história, colocando nela a personagens marginalizadas”.

Para a autora, à medida que *Tropical sol da liberdade* “refaz a história dos vencidos, em seu âmago, recompõe o lugar da mulher” (Dalcastagnè, 1996, p. 114). Não especificamente o espaço da mulher guerrilheira, mas daquela que, tomada pela angústia, aguarda pelos filhos, que não retornaram das passeatas, daquela que partiu a procura do esposo detido e “daquela que distribuía panfletos enquanto sonhava com o amor e o casamento, daquela até que, usufruindo as benesses da ditadura, de repente dá -se conta de sua própria culpa”.

Em *Heroínas desta história* (2020a)<sup>32</sup>, Kehl salienta que as práticas de linguagem precisam se renovar continuamente, devido à dinâmica da vida social. Novas invenções, novos estilos artísticos. Novos inventos e práticas sociais também exigem novas nomeações. “Algumas nascem como gírias e se incorporam ao repertório cotidiano. Outras nascem eruditas, mas o povo se apropria delas e exige que saiam do panteão” (Kehl, 2020a, p.11). No entanto, acrescenta, “alguns fenômenos existentes no mundo são impronunciáveis. Talvez pelo horror que evocam, permanecem num estado de exceção em que não podem ser nomeados”.

Na narrativa de Ana Maria Machado, fazendo coro com o enunciado de Kehl, esse fenômeno impronunciável é inscrito simbolicamente pela mãe eleita para representar a passeata dos Cem mil, “numa antevisão das inúmeras mães que iam fazer sua via-crúcis pelos porões do regime nos anos seguintes à cata de notícias dos filhos” (Machado, 2012, p. 9). É esse, também, adiciona a psicanalista, “o caso de mães e pais que perdem seus filhos. Qual o nome disso?”. E é ela mesma quem nos responde: “Quem perde os pais é órfão ou órfã. Quem perde o cônjuge é viúvo ou viúva. Mas a perda de um filho não se chama nada. É algo que não deveria acontecer” (Kehl, 2020a, p. 11). Essa é uma perda que invoca um sentimento dilacerante, uma

---

<sup>32</sup> Lançada pelo Instituto Vladimir Herzog, em parceria com a Autêntica Editora, a obra contempla a história de 15 mulheres, a saber: Marli Pereira Soares, Clarice Herzog, Damaris Lucena, Crimeia de Almeida, Carolina Rewaptu, Ilda Martins da Silva, Angela Mendes de Almeida, Elizabeth Teixeira, Eunice Paiva, Egle Vannucchi Leme, Elzita Santa Cruz, Clara Charf, Ana Dias, Diana Piló de Oliveira e Maria José Araújo. “A intenção é dar visibilidade às trajetórias de mulheres que perderam seus familiares em decorrência de intervenção do Estado durante a ditadura militar e também no presente, sobretudo em decorrência de intervenção policial. Para tanto, propõe-se a organizar uma publicação que retrate essas histórias, entremeando os perfis com artigos que estimulem a reflexão sobre a questão de gênero e a violência de Estado da ditadura militar”. Disponível em: <https://vladimirherzog.org/acoes-ivh/heroinas-desta-historia/>. Acesso em: 12 nov. 2023.

dor “impossível de se transmitir com precisão a quem nunca a sentiu. A perda de um filho ou uma filha desafia a ordem natural – muito anterior à ordem social – da vida”, reitera. E sobre as mães que perdem seus filhos assassinados, o que dizer então, questiona Kehl, respondendo em seguida que o grupo de mulheres cujos filhos foram executados em uma ação policial em São Paulo e Santos em 2006 se autodenomina “‘Mães de Maio’ [...] São ‘Mães de Maio’ desde então, e continuarão sendo até morrer, a indicar a impossibilidade de se encerrar um luto como esse” (Kehl, 2020a, p. 11).

Lacan, psicanalista contemporâneo das lutas dessas mulheres, foi, segundo Kehl (2020a, p. 11), bastante crítico ao que considerava a ‘desmesura’ feminina. Como desmesura feminina, quando se trata de mulheres que buscam justiça pelos filhos assassinados? Como esperar que mães se curvem às convenções quando se encontram dilaceradas pela dor das vidas ceifadas de seus filhos? Há alguma forma de mensurar essa dor para se julgar no direito de sugerir que essas mulheres fossem mais contidas? Que engolissem o choro e silenciassem diante dos corpos inertes dos filhos? Como bem assinala Kehl (2020a, p. 13), a coragem dessas mulheres “mostra que a desmesura feminina foi fundamental para enfrentar a brutalidade desmesurada dos governos ilegítimos do período militar. Por que deveriam ter sido mais contidas?”. A luta dessas e tantas outras mulheres significou o desmascaramento de uma série de farsas criadas para forjar a inocência do Estado brasileiro nos assassinatos de tantas pessoas.

Clarice Herzog, por exemplo, “jamais teria conseguido desmascarar a farsa de suicídio que tentaram forjar sobre o seu marido, torturado e assassinado numa cela do DOI-CODI. Ela não recuou diante das ameaças anônimas que recebeu por telefone depois da morte de Vlado” (Kehl, 2020a, p. 13). Sua casa era vigiada por policiais. Firme na luta, somente muitos anos depois, por recomendação da Comissão Nacional da Verdade, ela conseguiu que fosse retificada a certidão de óbito de seu esposo. “Não mais suicida, e sim vítima da violência do Estado brasileiro, que cometeu contra ele e tantos outros combatentes da ditadura crimes considerados de lesa-humanidade” (Kehl, 2020a, p. 13).

Infelizmente, o que se vê é um espantoso aumento dos casos de feminicídios que não têm dado trégua aos veículos de comunicação e, entre outros tantos tipos de violência direcionados às mulheres, a invisibilidade de sua luta na sociedade e pela sociedade.

Como afirma Kehl (2020a, p. 14), nosso país se coloca na direção contrária, da negação dos crimes de lesa-humanidade cometidos durante a ditadura pelo Estado brasileiro. “Hoje o Brasil trai a luta e a memória daquelas mulheres que dedicaram a vida a lutar pela democracia e pela redução da desigualdade”. Isso também contribui com a cristalização da cultura de invisibilidade e preconceito contra essas guerreiras que, seja no espaço público ou privado do lar, estão sempre prontas a lutar.

Rita Terezinha Schmidt (2016, p. 251), em entrevista concedida a Ginzburg, salienta que a violência sempre esteve embrenhada “no campo da produção do conhecimento, nos paradigmas que fixam formas de olhar, de pensar e de escrever, nos modelos binários que formatam modos de apreender o mundo e que alimentam discursos que justificam desvalias e exclusões”. A violência, por ser proteica, toma diversas formas, acrescenta, “mas está sempre alicerçada em uma pressuposição, a de que alguns seres humanos são menos humanos, ou de que algumas vozes ou protagonismos valem mais que outros”.

A luz dessa teoria direcionei o olhar às mulheres que, em diversas situações, são tratadas como seres menos humanos, a exemplo do tipo de tortura a que foram submetidas, uma vez sob “as botas militares” (Machado, 2012, p. 211). Conforme salientam Borges e Merlino (2020, p. 18), posicionando-se em diversas frentes na resistência contra a ditadura, muitas mulheres, além de se destacarem nos diferentes movimentos que confrontavam os desvarios do período, estiveram à frente da mobilização pela anistia política. Nessas trajetórias, padeceram todo tipo de violências “agravadas pelo fato de serem mulheres. Foram perseguidas, presas, torturadas e assassinadas não apenas por sua atuação política, mas também por terem ousado questionar o papel a elas reservado: em casa, cuidando dos filhos e do marido” (Borges; Merlino, 2020, p. 18).

A assertiva dessas autoras coaduna-se com a proposição de Joelma de Araújo Silva Resende e Margareth Torres de Alencar Costa (2022, p. 198). As estudiosas assinalam que “as violências praticadas contra a mulher durante a ditadura militar brasileira eram relacionadas ao seu corpo e à sua imagem e aconteciam para humilhar e degradar a mulher e não necessariamente para obter algum tipo de informação”. Por meio “do estupro e de outras violências relacionadas ao corpo (como os ratos na vagina), à sua vida íntima e à maternidade, procura-se degradar o sujeito feminino

para que seja entendido que a luta, a política, não é lugar para ela”, ou seja, o ambiente exclusivamente masculino, lugar de poder, não lhe pertence, acrescentam. O tratamento dado à Anna Fischer revela o exposto. Quando foi presa e torturada, ao contrário de receber apoio da família, foi mais torturada, por ordem do pai que disse ao major para bater mais, para ver se ela aprendia (Machado, 2012, p. 185). Implícita nessa ordem está a concepção patriarcalista do lugar da mulher.

Danielle Tega (2021, p. 110) apresenta uma investigação “historiográfico-descritivo de testemunhos públicos de mulheres que lutaram contra a ditadura militar brasileira”<sup>33</sup>. A escritora destaca que a tortura contra homens e mulheres que se opuseram aos regimes ditatoriais foi praticada por instituições masculinas e patriarcais. “As forças armadas e policiais agiam também com a intenção de restaurar a ordem “natural” de gênero, ou seja: viam-se com o dever de recordar permanentemente as mulheres sobre seus lugares na sociedade – estruturada pelo gênero” (Tega, 2021, p. 9). Buscava-se, dessa forma, reafirmar determinadas convenções de feminilidade, por certo, ambivalentes: “recordar seus ‘lugares’ significava enfatizar que deveriam cuidar dos filhos e do marido, e não colocar as mãos em armas. Como essas mulheres subvertiam tais condições, os agentes repressivos as tachavam de ‘putas’” (Tega, 2021, p. 9).

A concepção de que o espaço público era de exclusividade dos homens pode ser confirmada como uma das causas de muitas mulheres abdicarem do direito de participar da luta armada contra a ditadura. A partir de uma análise quantitativa da participação das mulheres nas organizações de oposição à ditadura nas décadas de 60 e 70, Ridenti (1990) apresenta dados importantes. Considerando o número de processos contra homens e mulheres envolvidos nessas organizações, a maioria era masculina. Dos 4124 processos, 3464 (84,0%) eram homens. Na maioria dos grupos armados urbanos, o percentual de mulheres denunciadas ficou entre 15% e 20% do total. Embora possa parecer, esse percentual não é pequeno se forem consideradas, entre outras questões, a posição de submissão ocupada pelas mulheres na política e na sociedade brasileira, até o final dos anos 60, em que “A norma era a não participação das mulheres na política, exceto para reafirmar seus lugares de ‘mães-

---

<sup>33</sup> Na compilação que percorre o período entre as disputas pela anistia no final de 1970 até 2014, ano da entrega do relatório final da Comissão Nacional da Verdade, a autora elenca aproximadamente 30 obras que tematizam a repressão, a tortura, a militância, a clandestinidade e a resistência. Entre as obras produzidas nos anos 1980, destaca-se *Tropical sol da liberdade*.

esposas-donas-de-casa', como ocorreu com os movimentos femininos que apoiaram o golpe militar de 1964" (Ridenti, 1990, p. 114), e o fato de "a opção dos grupos guerrilheiros implica[r] uma luta militar que, pelas suas características, tendia a afastar a integração feminina, pois historicamente sempre foi mais difícil converter mulheres em soldados" (Ridenti, 1990, p. 114-115).

O percentual de 18% de mulheres na luta contra a repressão representou, no entendimento de Ridenti (1990, p. 114), "um grande progresso na libertação feminina, visto que nesse período, final da década de 60, muitas mulheres participavam das lutas políticas para questionar as ordens estabelecidas". Além disso, favoreceu o rompimento de estereótipos da mulher restrita ao espaço privado do lar. O fato de uma minoria feminina participar diretamente desses movimentos, não significa que não houvesse outras lutando a seu modo. Com exceção dos homens e das mulheres que apoiavam as ações dos militares, "Todo mundo queria fazer alguma coisa, mostrar que não estava de acordo, mas ninguém sabia o que fazer. Amália se lembrava muito bem daqueles dias" (Machado, 2012, p. 81).

A recordação da mãe de Helena ilustra bem essa questão. Uma vizinha, senhorinha amável, um dia lhe disse: "– Vou lhe contar um segredo, porque eu tenho que contar para alguém e sei que posso confiar em você. Eu agora faço uma fila atrás da outra" (Machado, 2012, p. 81). E continuou: "– Entro em fila de tudo, de banco, de carne, de ônibus. Quando chega minha vez, dou uma desculpa e vou embora. Mas enquanto estou na fila, falo mal do governo, reclamo da polícia, faço um comício, minha filha..." (Machado, 2012, p. 81). A atitude corajosa da senhorinha simboliza a participação das mulheres no enfrentamento ao regime ditatorial. Apesar de as pessoas acharem que ela era maluca, como tinha os cabelos brancos, fazia-se de boba e logo provocava uma discussão. Entre os indivíduos que se encontravam nas filas, havia aqueles que concordavam com ela, enquanto outros pediam que se calasse. Com isso, quando ia embora, ficava todo mundo discutindo. A estratégia simboliza o descontentamento de uma parcela da população feminina que resistia e lutava com as armas que tinha, conforme sinaliza o trecho seguinte: "Acho que amanhã eu vou até o convento de Santo Antônio, aproveitar a novena, que tem muita gente, e fazer uma agitaçãozinha por lá..." (Machado, 2012, p. 81).

As atitudes de enfrentamento por parte das personagens de Ana Maria Machado remetem a ações corajosas das mulheres que lutaram contra a ditadura. O medo e a insegurança, por nem sempre saberem ao certo o que fazer, não as impediam de colaborar de alguma forma. Algumas delas se arriscaram, não apenas dando guarida aos filhos, irmãos, esposos e amigos envolvidos na luta, mas agindo diretamente na luta armada. Muitas dessas guerreiras sofreram todos os tipos de violências, choraram a morte ou o desaparecimento de seus familiares e amigos. A luta pelo fim da ditadura, no entanto, não terminou com a queda do regime. A batalha continua. Essas mulheres passaram o bastão que segue, de mão em mão, em uma corrida exaustiva e sofrida, porém necessária para encurtar o caminho que leve à verdade e à justiça.

Exemplos dessa incansável batalha se encontram no capítulo 10 da Comissão Nacional da Verdade (2014), “Violência sexual, violência de gênero e violência contra crianças e adolescentes”, que apresenta diversos relatos sobre a violência praticada pelos agentes do Estado. Esses depoimentos são resultados de lutas das mulheres e ilustram sua importância, por mais difícil que possa ser, para dar visibilidade aos suplícios pelos quais passaram homens, mulheres e crianças. Entre eles, não somente de mulheres, consta o de Teles (2014, p. 407-408), prestado na Audiência Verdade e Gênero (Parte 1/4), realizada pela Comissão Nacional da Verdade e a Comissão Estadual da Verdade Rubens Paiva.

Seu relato sinaliza a continuidade de uma luta que não terminou com a conquista da liberdade, mas se reiterou na atitude ética de testemunhar, de assumir uma postura corajosa de reviver as dores e enfrentar a vergonha pelas humilhações sofridas. Entre os diversos tipos de tortura que sofreu, Teles relata:<sup>34</sup> “Numa das sessões, um torturador da Operação Bandeirantes que tinha o nome de Mangabeira ou Gaeta [...] eu amarrada na cadeira do dragão, ele se masturbando e jogando a porra em cima do meu corpo”. Embora não gostasse de falar sobre isso, viu a importância de tratar “verdade e gênero pensando nessas desigualdades entre homens e mulheres, em que os agentes do estado, os repressores usaram desigualdade para nos torturar mais, de certa forma. De usar essa condição nossa”. O Estado brasileiro foi estruturado na base da violência, salienta Teles. Para a autora, “a violência atual, na extensão e na intensidade, é consequência da ditadura. “Uma violência perversa, uma

---

<sup>34</sup> Disponível em: Audiência Verdade e Gênero (Parte 1/4): Maria Amélia de Almeida Teles. Acesso em 15 dez. 2024.

violência de guerra. Somos um país que não vivemos uma guerra declarada, mas vivemos uma situação de guerra constante. De tamanha violência. A polícia matando, desaparecendo com corpos” (2015, p. 38). O depoimento de Márcia Barreto Paes (2014, p. 407), descrito a seguir, também dá a ver que em muitos casos, a tortura contra a mulher era usada para humilhar os homens dos grupos políticos aos quais elas fazia parte.

Na questão da mulher, a coisa ficava pior porque... quer dizer pior, era pior para todo mundo, não tinha melhor para ninguém, né? Mas [...] existia uma intenção da humilhação enquanto mulher. Então, o choque na vagina, no ânus, nos mamilos, alicate no mamilo, então... eram as coisas que eles faziam. Muitas vezes, eu fui torturada junto com Celso Brambilla porque a gente sustentou a questão de ser noivo. Eles usaram, obviamente, essa situação, esse vínculo, suposto vínculo, além da militância, que seria um vínculo afetivo também, para tortura. Muitas vezes, eu fui amarrada com o rosto na genitália do Celso, e dado choque, enfim... fios amarrados em nós, para que levássemos choque no pau de arara [...]. Uma das coisas mais humilhantes, além dessas de choques na vagina, no ânus, no seio, foi que eu fui colocada em cima de uma mesa e fui obrigada a dançar para alguns policiais, nua. Enquanto isso, eles me davam choque. [...] Celso estava sendo torturado ao lado, também com choque elétrico, me vendo nessa situação.

Falar de violência, seja ela física ou psicológica, é, entre outros aspectos, dar a ver, quando possível, as cicatrizes deixadas por ela. Essas, cravadas nas vítimas da ditadura militar, não raramente, se abrem e voltam a doer. Quando se trata da mulher, algumas dessas fissuras, consequências de todo tipo de violação, são reiteradas dia a dia, como veremos a seguir.

### 3.1 O PERDURAR DAS MARCAS: NO CORPO, NA ALMA, NO TEMPO

A versão sobre a origem da mulher, e que fincou raízes na história do mundo desde a antiguidade, coloca-a em uma posição de submissão em relação ao homem. Ao discorrer sobre os construtos sociais que envolvem os sexos masculino e feminino, Simone de Beauvoir destaca do primeiro livro da Bíblia, Gênesis, elementos que ratificam o exposto. Simbolicamente, a história do Gênesis apresenta a mulher como produto, cuja matéria prima é o homem, ou seja, Eva foi extraída de um “osso supranumerário” (Beauvoir, 1987, p. 14) de Adão. Na história da criação do mundo e da humanidade está escrito que depois de criar o mundo, o homem e demais seres vivos, Deus disse: “Não é bom que o homem esteja sozinho. Vou fazer para ele

uma auxiliar que lhe seja semelhante” (Bíblia, 1991, Gn 2, 18-22, p.15-16). A simbologia do termo “auxiliar” denota que o papel da mulher na sociedade é o de servir e, nesse caso, de servir especialmente ao homem, aquele de cuja matéria foi criada.

Implícita a essa servidão, cristalizou-se e fortaleceu-se, historicamente, a violência contra à mulher, seja ela física, psicológica – incluída no Código Penal por meio da Lei n. 14.188, de 28 de julho de 2021 –, política – Lei n. 14.192, de 04 de agosto de 2021 – ou simbólica, conforme defende Pierre Bourdieu (2002, p. 7-8). O teórico salienta que sempre se viu “[...] na dominação masculina, e no modo como é imposta e vivenciada, o exemplo, por excelência desta submissão paradoxal”, resultante daquilo que chama de violência simbólica, “suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas e que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do conhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento”.

As marcas dessa dominação masculina são desveladas nas constantes viagens de Helena às profundezas de sua memória, o que proporciona o retorno de suas vivências ao seu presente e também ao do leitor. Pelo viés da ficção, o interlocutor é transportado ao espaço da narrativa onde Helena rememora seu passado, a casa de praia de sua mãe. “[...] sólida e ensolarada, com suas janelas abertas ao vento e suas varandas cheias de redes. Acolhedoras como uma galinha abrindo as asas para abrigar os pintinhos na hora da chuva” (Machado, 2012, p. 11). Lá as crianças passavam férias em companhia dos primos e amigos, que dormiam em quartos abarrotados de beliches, redes e esteiras. O tempo da adolescência também era divertido, como a chegada das festas, já na madrugada e as conversas baixinhas para não acordarem os que repousavam.

Na infância, uma época em que não havia luz elétrica, a diversão ficava por conta da avó materna que contava histórias de noite, “[...] na rede que rangia prá lá e prá cá, nhem, nhem, nhem. E contava a história de Miguelzinho, menino que parava tudo o que estava fazendo para ficar olhando as formigas” (Machado, 2012, p. 14). Assim, a menina Helena construía sua identidade “[...] através do outro e com o auxílio do outro”, tendo em vista que o reflexo da palavra do outro se apresenta como bússola para o indivíduo no mundo (Bakhtin, 2003, p. 341).

Mikhail Bakhtin (2003, p. 341) destaca que tomamos consciência de nós e nos tornamos nós mesmos, unicamente nos “revelando ao outro, através do outro e com o auxílio do outro. Os atos mais importantes, que constituem a autoconsciência, são determinados pela relação com outra consciência (com o tu)”. A causa central da perda de nós mesmos está na separação, no desligamento e no ensimesmamento. Não se refere ao que acontece dentro, mas na *fronteira* entre a nossa consciência e a consciência do outro, no *limiar*, acrescenta o filósofo. “Todo o interior não basta a si mesmo, está voltado para fora, dialogando, cada vivência interior está na fronteira, encontra-se com outra, e nesse encontro tenso está toda a sua essência. É o grau supremo da sociabilidade (não externa, não material, mas interna)”.

A influência do outro na constituição da autoconsciência da personagem se revela ao leitor em diversas passagens que, sob o foco da luz do narrador, vê-se a menina crescendo rodeada pela família, pai, mãe, os avós, irmãos e amigos, cada qual a influenciando de diversas formas. À medida que crescia, no entanto, “[...] a menina se desligara dos primos e do tio, do mundo das pessoas que dão ordens e contrariam os desejos” (Machado, 2012, p. 359). Essa atitude revela que desde muito cedo se recusava a aceitar o que lhe era imposto. Dos filhos de Amália, “Lena era a mais distante; de certo modo, a mais diferente, a mais difícil de entender, com suas manias de independência, seu silêncio, seus modos arredios, seus segredos, tinha sempre coisas que ela escondia e não contava, desde pequena...” (Machado, p. 150). O jeito de ser de Helena pode ser lido como uma forma de questionamento aos valores sociais, que se ampliava, à medida que ela crescia, para além do aconchego do lar, onde podia aninhar-se, desfrutar da proteção familiar, embora às vezes sentisse seu espaço invadido por aqueles para quem sempre havia lugar na casa que acabava não sendo só sua.

Desde pequena, em diversas situações, Helena se via às voltas com a necessidade de se impor e demarcar terreno para se fazer ver. Quando quis acompanhar o avô, o tio Vicente e os primos na ida à mata, por exemplo. O tio não queria que ela fosse, porque era criança: “Helena Maria, não adianta. [...] Não é passeio nem brinquedo de criança. A menina retrucava: “– Então como é que eles vão? Luís Carlos tem a minha idade, e Zé Roberto só é um ano mais velho” (Machado, 2012, p. 352). Para seus questionamentos sempre havia uma resposta que não a convencia: “– Eles são homens, é diferente. Têm que aprender desde cedo” (Machado, 2012, p. 352). A

personagem, obviamente, devido seu caráter contestador, não aceitava os argumentos do tio. “– Mulher também tem que aprender. Eu aprendo. Vovô sempre me diz que eu aprendo tudo depressa” (Machado, 2012, p. 352), rebatia a menina. Como se não lhe bastasse o tio, os primos também implicavam com ela, não apenas por ser criança, mas, sobretudo, por ser menina: “– Desista de uma vez, pode ir tirando o cavalinho da chuva. – É... Menina é mole, frouxa, anda devagar, fica parando toda hora, só vai atrasar a gente. – Vai reclamar de mosquito, chorar com medo de sapo...” (Machado, 2012, p. 354). Mais odiosa que as implicâncias dos primos era a negativa categórica do tio: “Como é que o tio Vicente [...] tinha coragem de vir dizer a ela que só os primos podiam ir à mata porque tinham que aprender?” (Machado, 2012, p. 354). Eis, pois, a cultura machista que impera e se estabelece desde cedo na vida da mulher.

Aquela menina, que o avô chamava de cambaxirra porque “[...] era miúda, de olhar esperto, moreninha e não parava quieta, sempre de um lado para outro” (Machado, 2013, p. 349), cresceu. Agora, debaixo da mesma amendoeira onde tantas vezes conversou com o avô era irreconhecível por Helena, “[...] uma mulher grande, embaçada, querendo se apagar, tão distante” (Machado, 2012, p. 350). O estado em que se encontra a personagem, que não reconhece a si mesma, sem brilho e, aparentemente, alheia ao que ocorre em seu entorno, de certa forma, reforça a importância, entre outros aspectos, do exercício da memória, para que ela consiga cumprir o destino de uma memória feliz, apaziguada, reconciliando-se, enfim, com seu passado (Martinelli Filho, 2022a, p. 110).

As marcas da personagem de Ana Maria Machado, sua dificuldade em elaborar as ideias, devido às dores a cada vez que ela tentava escrever, são também as cicatrizes que permanecem nos sobreviventes da ditadura. O exílio da personagem tinha acabado, mas continuava habitando nela. Por tudo isso era tão difícil recordar os tempos da ditadura e do desterro. Contudo, impossíveis de serem controladas, as lembranças lhe pregavam peças que a levavam, constantemente, ao passado. Essas memórias, que de tão dolorosas a emudeceram de escrita, simbolizam uma mudez coletiva. Enquanto Helena estava muda de palavras escritas, tantos outros emudeceram de palavras faladas. Di Eugenio e Vecchi (2020, p. 3-4) expõem que “No caso das memórias traumáticas femininas, os vazios e esquecimentos tomam também uma dimensão de gênero: a dificuldade e possibilidade de lembrar e contar devem ser

relacionadas com a condição e consideração histórica das mulheres”. Esses vazios “são feridas abertas a violentá-las” (Borges; Merlino, 2020, p. 17-18).

Como sugerem Borges e Merlino, a dificuldade e a impossibilidade de Helena em lembrar e contar espelha, entre outras situações, a cultura do silêncio imposto à mulher. É na luta travada pela personagem, entre ter que lembrar e querer esquecer, querer contar e não conseguir fazê-lo, que vêm à tona os acontecimentos que sugaram o povo brasileiro para o âmago dos tempos de chumbo. O movimento de Helena pode levar o leitor a se sentir abraçado e arrastado pelo mesmo redemoinho, despertando nele a mesma dúvida dela: “O que ia ser do Brasil *agora?*” (Machado, 2012, p. 211, grifo meu).

Do “agora” da personagem ao “agora” dessa escrita, que versa sobre tão sombrio período, agravado pela promulgação do AI-5, passaram-se muitos anos. Ainda assim, o que deveria permanecer no campo do vivido e ressoar apenas como lembrança, repete-se no presente, não na ficção, mas na realidade. A pergunta, outrora feita, ressoa nas vozes da contemporaneidade: – O que vai ser do Brasil agora? Exemplo disso foi o episódio dos cidadãos que invadiram a casa dos três poderes, em 8 de janeiro de 2023. A via foi outra, a televisão, não mais um documento. O assombro que causou, no entanto, não o foi. Talvez menos intenso, porém não menos simbólico. Pinheiro (2022, p. 284) defende que o ocorrido se deve ao imaginário em torno da ditadura militar que parece ter apagado os horrores de um período de opressão. “Diante do apagamento, uma parte da população vai às ruas pedir por ‘intervenção militar’ e apoiar um governo alimentado por seu amor por Ustra, o mais atroz dos torturadores militares que a história brasileira revelou”.

O referido episódio comprova que o autoritarismo governamental, nutriz do imaginário social, não terminou com o dito fim do período ditatorial. Além do fato em relevo, muitos outros confirmam a permanência da intolerância e do autoritarismo, tanto no Brasil quanto em outros países. O exílio, como exemplo de diversas barbaridades é uma situação real. Está enganado quem pensa que na atualidade “o exílio, o banimento, essa odiosa prática difundida na América Latina, não mais assombra a sociedade do século XXI”, constatam Rosani Umbach e Andrea Quilian de Vargas (2013). A mídia noticia constantemente “o excedente populacional não absorvido que ocupa as fronteiras territoriais dos países prósperos, sofrendo a degradação moral de

viver na clandestinidade, na pobreza, sob o medo constante da deportação e do contato com o *Outro*” (Vargas; Umbach; 2013, p. 95).

As barbáries vigentes espelham os desatinos do passado que, ficcionalizados por Ana Maria Machado, são capazes de conduzir o leitor ao movimento de desviar-se da leitura, “levantar muitas vezes a cabeça, a ouvir outra coisa” (Barthes, 1996, p. 35) levando-o a questionar a origem do que ouve, se é real ou ficção. O que é passado e o que é presente. Como se, por meio da ficção, o leitor voltasse no tempo, recuperasse a história e a revivesse, conforme sugerem as lembranças das personagens. Não se trata, pois, de mero acaso os acontecimentos ficcionalizados em *Tropical sol da liberdade* reverberarem em tempo hodierno. Trata-se de indícios de que a ditadura que não se apagou, haja vista o negacionismo que permeia sua conjuntura e, por isso, como brasa sob cinzas, ao soprar de ventos fortes e desgovernados, encontra um campo propício para se acender e soltar labaredas. “O perigo de que tudo aconteça de novo está em que não se admite o contato com a questão. Rejeitando até mesmo quem apenas a menciona, como se, ao fazê-lo sem rodeios, este se tornasse o responsável, e não os verdadeiros culpados” (Adorno, 2024, p. 136).

Embora a democracia vivida após 1985 tenha apresentado avanços significativos em aspectos econômicos e sociais, salientam Dadalto e Padilha (2020, p. 269), “apenas simulou uma superação dos abusos da ditadura quanto ao respeito aos direitos humanos, à condenação da violência policial e ao apreço pelos valores democráticos e republicanos”. As marcas disso se reiteram diariamente e sinalizam a importância da memória como antídoto contra toda violência. Lembrar-se de não esquecer as barbáries cometidas no passado é imperativo para que elas não se repitam, como ocorreu em nosso país, entre outros fatos, as agitações políticas de 2013. A partir desse movimento “uma ideologia repressiva” tem se ampliado no Brasil e aumentado sua penetração social, fazendo do revisionismo e do negacionismo da ditadura “uma arma discursiva estratégica” (Ferraz; Martinelli Filho, 2023, p. 12-13). Os reforços, para tanto, vêm da mídia de massa, do “feudo ainda sem lei das redes sociais”, do poder judiciário e dos púlpitos convertidos em palanques que, sob a forte influência dos repressores, tornam mais fortes uma base política, ao mesmo tempo perigosa e poderosa (Ferraz; Martinelli Filho, 2023, p. 12-13). Somada a isso, afetando nefastamente o desenvolvimento do país, “a criminalização do pensamento

esclarecido vem impactando dos movimentos sociais ao trabalho científico, e vítima do ativista negro e pobre preso por porte de Pinho Sol ao ex-presidente da república identificado com as causas da esquerda” (Ferraz; Martinelli Filho, 2023, p. 12-13).

Acaso ou indícios de uma realidade cada vez mais difícil de se negar, o que não se pode colocar em dúvida é a urgência de se falar da ditadura, de dar voz aos silenciados, de tentar dar visibilidade às sobras que mantêm viva a história, seja por meio da ficção, seja por meio da divulgação de fatos reais. “[...] se você não esclarece os fatos violentos cometidos pelo Estado num passado recente, a tendência é eles serem repetidos sempre”, acentua Maria Amélia de Almeida Teles (2015, p. 39). Esclarecer o passado e conhecer a história é necessário para “melhorar o desempenho da sociedade no presente e para frente”, daí a importância de não permitir que a memória seja impedida, que o esquecimento das barbaridades prevaleça.

### 3.2 MEANDROS DA MEMÓRIA: ENTRE O LEMBRAR E O ESQUECER

Deus abençoou o homem com duas grandes dádivas: a capacidade de lembrar e a de esquecer (Machado, 2012, p. 123).

As duas grandes dádivas concedidas ao homem avultam em *Tropical sol da liberdade* quando Helena precisa se valer da memória para dar testemunho. Ao passo que ela precisa “lembrar” o passado para registrá-lo e, ao mesmo tempo, “esquecer” os fatos que descongelam suas dores, a cena literária é conduzida ao “[...] campo de forças que articula a memória e a literatura de testemunho [que] resume-se à necessidade de narrar e à insuficiência da linguagem em recobrir o real” (Waldman, 2019, p. 11). A cisão entre a linguagem e o evento que se manifesta em razão disso, cria “a polarização entre necessidade e impossibilidade, pesando sobre a segunda os limites expressivos da linguagem, como também a categoria excessiva e inverossímil de realidade a ser transmitida” (Waldman, 2019, p. 4).

Embora pareçam expressões contrárias, a memória e o esquecimento não se opõem. A “memória funciona no meio fio da supressão e da conservação do vivido” (Waldman, 2019, p. 2). Em razão disso ela é seletiva, apreendendo alguns elementos, enquanto outros passam despercebidos. Outrossim, “ela é descontínua, lacunar, e sua

organização é sempre um artefato de que o memorialista lança mão, preservando ou não os vazios e hiatos que pontuam sua descontinuidade” (Waldman, 2019, p. 2).

Seligmann-Silva (2013, p. 61-62) esclarece que a defesa, como Nietzsche, do tempo certo para se esquecer e para se lembrar, pode induzir à ideia “inocente de que podemos controlar a memória”. A historiografia, na sua versão moderna, estaria mais perto disso, visto que se apresenta, além de “imparcial e fria”, capaz de arquivar todos os seus acontecimentos. O registro da memória “[...] é sem dúvida mais seletivo e opera no *double bind* entre lembrança e esquecimento, no tecer e destecer [...]. Mas assim como nós devemos ‘lembrar de esquecer’, do mesmo modo *não nos devemos esquecer de lembrar*” (Seligmann-Silva, 2013, p. 62).

O imprescindível ato de lembrar se revela na passagem em que Amália se dá conta “de que tinha que lembrar mais, de deixar a memória minar as recordações, feito a água que brotava devagarinho na fonte lá do fundo” (Machado, 2012, p. 241). O apagamento da memória, contrário ao que sugere a narrativa, só interessa aos algozes. Permitir que a memória mine as recordações é uma atitude avessa ao gesto daquele que cometeu injustiças. “O gesto de tudo esquecer e perdoar, privativo de quem sofreu a injustiça, acaba advindo dos partidários daqueles que praticaram a injustiça” (Adorno, 2024, p. 31).

A busca por elementos que favorecessem a produção da peça sobre exílio exigia de Helena o retorno ao passado, a fim de lembrar e exaltar aquilo que julgava importante para ser levado ao conhecimento da sociedade. Dessa forma, seria possível que recordasse, não esquecesse, na perspectiva de Godoy, como renúncia de convivência consigo e da consciência de si mesma. Lembrar sim, mas para ser capaz de conviver consigo, para corrigir e criticar. Lembrar para fazer justiça, quebrar o silêncio e dar visibilidade aos “rastros de violência” deixados pelos militares. Essa atitude, no entanto, implicava rememorar, reviver, testemunhar os acontecimentos. Para tanto, resistir à dor era vital, fosse para contribuir com uma memória coletiva a serviço da “libertação e não para servidão dos homens”, fosse para “lancetar, estourar aquela porcaria nojenta toda que esta[va] lá dentro, pulgar, drenar tudo até ficar saindo só o sangue e a gente saber que chegou ao fundo” (Machado, 2012, p. 241).

A metáfora do “abscesso inflamado, cheio de pus, que incomoda, dói, lateja” (Machado, 2012, p. 241) retrata as memórias de Helena acionadas pela releitura de

seus escritos. Nessas ocasiões ela ficava “chorando à toa” (Machado, 2012, p. 241). Estourar o tumor compreendia se libertar das dores da lembrança. “Quem sabe se a sua Helena Maria não estava mesmo precisando de ir drenando toda essa infecção devagarinho, para não ter que ir a uma cirurgia mais drástica?” (Machado, 2012, p. 241). Para tanto, era necessário mais que lágrimas! Outro jeito de lançar fora toda aquela porcaria nojenta era o testemunho. Helena precisava testemunhar. Escrever até esgotar a infecção e restar apenas o sangue. Transformar pus em sangue, dor em palavras.

A importância de “lembrar de esquecer” e de “não esquecer de lembrar” era de seu conhecimento, pois o pai sempre dizia que isso era uma dádiva. “Lena sempre sentiu que isso era verdade” (Machado, 2012, p. 123), principalmente quando se tratava das lembranças dolorosas da ditadura e do exílio. Rer as cartas, por exemplo, “Era demais. Lena não aguentaria continuar, sabia bem. O exílio acabou, a dureza acabou, o casamento acabou. Mas a dor continuava lá dentro, firme” (Machado, 2012, p. 223). A cópia da correspondência que escreveu para Eduardo e Patrícia não foi guardada. Preferia esquecer como contou a eles que estava grávida e precisando do dinheiro que emprestou em confiança, mas não pagavam, embora já pudessem fazê-lo: “– Diz a essa mulher para parar de me encher o saco! Não vou pagar porra nenhuma... Quem mandou ser otária? Grávida por grávida, a Patrícia também está” (Machado, 2012, p. 224). Essas recordações eram profundamente dolorosas. Chegavam a doer fisicamente. “Um peso no peito, um aperto que sufocava. Sentiu as asas do nariz arderem um pouco, das lágrimas que se formavam e ela não queria chorar. Engoliu a saliva com dificuldade, parecia que o que tinha que descer não ia passar na garganta” (Machado, 2012, p. 224).

A preferência de Helena pela não lembrança de um episódio desagradável, que se revela pela angústia que sente ao recordá-lo, configura-se como uma espécie de autoproteção. No entanto, por mais que tentasse afastar as lembranças daquela situação terrível, “o peito continuava apertando, fechando, como se fosse esmagá-la” (Machado, 2012, p. 224). Como lutar contra isso? Entre a ânsia de esquecer e a dor do lembrar, se debatia de um lado a outro, sem nenhum êxito. Talvez fosse melhor se entregar à dor, deixar que ela “a triturasse e acabasse de uma vez por todas com tudo aquilo... As lágrimas escorriam, os soluços se formavam, não queria sacudir os

ombros, emitir sons, lutava para não gemer, reter qualquer movimento, impedir que as cordas vocais vibrassem” (Machado, 2012, p. 224).

Outras lembranças, no entanto, eram bem menos dolorosas, como as trazidas pelos telefonemas de Alonso. Era bom ouvir sua voz. “Uma voz tão carinhosa, tão carregada de coisas boas. Engraçado, voz é de ouvir. Mas as sensações que essa impressão sonora deixava em Lena se confundiam com outros sentidos” (Machado, 2012, p. 123). Por isso, esquecer dele um pouco era bom, “não ficar o tempo todo pensando, ia acabar ficando com saudades demais, aflita, triste” (Machado, 2012, p. 123). Por isso, quando as lembranças começavam a ficar muito intensas, principalmente as que traziam as dores da ditadura e do exílio, “[...] era hora de recorrer à outra, para equilibrar” (Machado, 2012, p. 123). Nesse caso, ela buscava esquecer de lembrar, aproveitando para tanto, outras lembranças que a afastasse do perigo, pois como salienta Padilha (2022, p. 11) é possível, espontaneamente, “recordar um momento pretérito ou, com o auxílio do analista, envidar esforços para escavar o passado soterrado, cientes, num caso como no outro, das conexões imprevisíveis e intempestivas de seus resíduos na maquinaria própria da memória”. A estudiosa acrescenta ainda que, em “sua semelhança com a escrita, no que concerne à tensão entre presença e ausência, esses resíduos se subordinam à ameaça de esquecimento que ronda sua frágil constituição”.

A leitura das cartas, como a que Helena escreveu ao irmão Marcelo, era fonte de tristes lembranças. Ela guardou as folhas da correspondência. Apoiou-se no pilar da varanda para descer os degraus que levavam ao jardim e ao gramado ensolarado. Ainda estava mancando, mas era deleitável dar uma rápida caminhada ao redor da casa. Estava se sentindo mais forte e isso era um ótimo sinal. Seu “pé melhorava. Ultrapassava. Sobrevivia. Tinha que dar graças à vida. Sobrevivera algumas vezes. Sobreviver para se organizar. Ou vice-versa, tinha dito Marcelo a tempo. No momento Lena só sobrevivia” (Machado, 2012, p. 217-218).

Sim, ela sobrevivia. Ao contrário de outros tantos, sobrevivia para contar! Contudo, estava totalmente desorganizada. “Se quisesse viver mesmo, tinha que se ordenar. Tinha que reagir, arrumar a cabeça, arrumar os papéis, se preparar para o dia em que pudesse arrumar as palavras, as frases, as ideias e escrever o texto” (Machado, 2012, p. 217-218). Para isso, precisava se arriscar a abandonar os medicamentos e voltar a

cair. “Mas ainda faltava muito. No momento, era hora de mais um copo de leite e um comprimido. Não aguentava mesmo caminhar muito. Depois ia pegar as cartas e reler um pouco. Dali poderia sair material para a peça [...]” (Machado, 2012, p. 217-218).

Afinal, tudo o que precisava ser ressignificado estava lá. “Até mesmo as palavras que iam ser a ponte, o paraquedas para o salto no escuro, já estavam lá dentro também, embriões de frases, expressões gestadas, floração germinando. Mas tudo era potencial” (Machado, 2012, p. 136-137). Talvez, não conseguisse construir essa ponte, nutrir os embriões para se abrirem em flor. Podia ser que “estivesse mesmo condenada à esterilidade, a suportar que todo aquele universo interior mirrasse, definhando. Aborto. Ovo gorado. Deserto. Terra erma. Uma forma de loucura, autoenvenenada pelas próprias imagens de seu interior” (Machado, 2012, p. 136-137).

Passados tantos meses, já no aconchego do lar materno, “a vontade forte de erguer muralhas em torno de sua intimidade” (Machado, 2012, p. 44) fomentava suas viagens no tempo. De lá pra cá, de cá pra lá! Do passado ao presente, do presente ao passado, procurava resgatar no pretérito “algum ponto de apoio que lhe desse firmeza” (Machado, 2012, p. 45). Helena “Estava machucada, doente, [...] tendo largado o jornal para trabalhar na obra, botando ela mesma a argamassa em cada tijolo, de cada parede, de sua morada de palavras, e tendo a doença [...] a impedir o prumo e entortar o esquadro” (Machado, 2012, p. 44). Necessitava encontrar um prumo. Recordar era exaustivo. “Não deixava de ser uma surra, pens[ava]. Moída de pancada pela memória” (Machado, 2012, p. 247). Apesar da exaustão, as recordações seriam benéficas à medida que lhe conferiam a possibilidade de se organizar e se fortalecer para alcançar o domínio da escrita e ver nascer a tão desejada peça. Na perspectiva Le Goff (1990, p. 411), “A memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro”. Refletindo sobre essa teoria, por mais dolorosa que seja a lembrança, somente por intermédio da rememoração é possível acessar o passado que, uma vez protegido pela memória, auxilia o agora e o porvir de nossa existência. Por isso, Helena precisava enfrentar o desafio de recordar o passado. Se a luta contra o esquecimento é necessária, é porque não só a tendência a esquecer é forte, mas também a vontade, o desejo de esquecer. “Há um esquecer natural, feliz, necessário à vida, dizia Nietzsche. Mas existem também outras formas de esquecimento, duvidosas: não saber, saber, mas não querer saber, fazer de conta que não se sabe, denegar, recalcar” (Gagnebin,

2006, p. 101). Helena, todavia, não poderia fazer de conta, pois precisava falar de suas dores que, simbolicamente, representava a dor de uma coletividade atingida pelos desmandos dos ditadores.

Esquecer e lembrar, no entanto, não é do nosso domínio. Logo, por mais que seja intenso o desejo de controle da memória, nunca será garantia de sucesso, afinal “Lembrança não tem jeito” (Machado, 2012, p. 273) e, dado o peso de certas lembranças, a vontade de esquecer prevalece substancialmente. Recorrendo a Adorno, Gagnebin reflete sobre o porquê de tanto desejo de esquecimento por parte dos alemães dos anos 50 e 60. Nesse caso, “o peso do passado era tão forte que não se podia mais viver no presente; esse peso era insuportável porque era feito não apenas do sofrimento indizível das vítimas, mas também, e antes de tudo, da culpa dos algozes [...]” (Gagnebin, 2006, p. 101).

Coaduna-se com essas reflexões, a assertiva de Martinelli Filho (2022a, p. 94), acerca da impossibilidade de se acessar integralmente a memória, seja a individual, seja cultural: “Impede-se o registro, destrói-se o suporte, bloqueia-se o acesso, manipula-se a seleção”. Tanto no plano psíquico como histórico, reitera, várias são as ocorrências que “[...] estorvam a capacidade de lembrar, perfazendo um jogo de conservações e perdas, obstruções e desobstruções. O esquecimento não se limita ao lado oposto da memória, mas é sua parte constituinte e inevitável” (Martinelli Filho, 2022a, p. 94).

O pesquisador acrescenta que é por meio da perlaboração do que se lembra compulsivamente “[...] que, enfim, se *esquece* – não como quem destrói, mas como quem *reconhece* um traço do passado sem ser compelido incessantemente a reencontrá-lo como índice de um sofrimento” (Martinelli Filho, 2022a, p. 100). Recorrendo a Ricoeur, acrescenta que “A perlaboração não se configura como anulação ou apagamento da memória, mas se alinha a um *reconhecimento*, em forma do reencontro de uma lembrança e a expectativa de alcançá-la disponível e acessível”. Compara-se a uma cicatriz, “[...] a ferida se fecha, mas sem ocultar a marca do traumático, do que se passou” (Martinelli Filho, 2022a, p. 50). Foi exatamente o que ocorreu com Helena.

Por esse motivo, a memória de Helena, usada na narração, “não é simplesmente um nascer póstumo da experiência, uma formação secundária”. A memória favorece a

experiência. Ela “[...] permite que aquilo que chamamos de real penetre na consciência e na apresentação das palavras, para tornar-se algo mais do que só o trauma seguido por um apagamento mental higiênico e, em última instância, ilusório” (Geoffrey H. Hartman, (2000, p. 222-223). A experiência de tudo que Helena viveu, então, por si só, não bastava para que ela encontrasse nas lembranças o combustível para sua narração. Fazia-se necessário o exercício de lembrar, esquecer, separar, peneirar as lembranças.

Esperar e se abrir, no devido tempo, para a chegada das lembranças, peneirá-las e separá-las, “implicava sentir dor de novo” (Machado, 2012, p. 120). Nesse tempo de espera, tinha insônia, mas a causa não eram os barulhos de fora. Eram “os barulhos lá de dentro” (Machado, 2012, p. 120) que não podia mais ignorar. “E não eram só as lembranças das passeatas e dos dias jovens da ditadura, evocados pela conversa com a mãe. Essas eram as lembranças que catava e espalhava por cima do terreno, para disfarçar a areia ardente em que não queria pisar, pois por baixo queimava e ela sabia” (Machado, 2012, p. 120). Essa areia em brasa é o registro simbólico das lembranças que tentava evitar, pois lhe causavam sofrimento. Às vezes, no entanto, precisava “[...] mexer nessas coisas doídas e fazer estourar mesmo, não adianta passar o tempo todo fingindo que não dói ou que não há nada” (Machado, 2012, p. 241).

Embora se recusasse a pisar nessa areia, Helena tinha consciência que sem cruzar “os mares da memória, com suas dores e imprecisões, não poderia seguir em frente”. Esse é um processo que “cura quem o atravessa, e que também inspira o coletivo a uma atitude de combate, de denúncia e de renúncia a qualquer possibilidade de retorno ao sistema ditatorial” (Pinheiro, 2022, p. 288). Por isso, precisava ouvir as vozes que transitavam por sua memória. Isso significaria sim, sentir dor novamente, mas por outro lado, escutá-las permitia que fossem reformuladas, elaboradas de forma a configurá-las como uma escuta feliz. Com base no conceito que Ricoeur atribui à “memória feliz”, considerando a memória que alcançou o seu destino, ou seja, que cumpriu seu percurso, Martinelli Filho (2022a, p. 100) salienta que quando a recordação se articula com o esquecimento “para além do tempo cronológico cumpre o destino de uma *memória feliz*, uma *memória apaziguada*, num processo de *reconciliação com o passado*, permanecendo acessível como arquivo, e, assim, se torna desejável”.

Expandindo essas reflexões, Souza (2022, p. 27) argumenta que as lembranças são falsificações do ocorrido, “porque o seu possuidor não pode alterá-las, uma vez que estas já ocorreram; mas, a mente consciente as representa sempre de uma forma que lhe pareçam menos dolorosas e mais aviltantes, repletas de algum tipo de glamour”. O estudioso explica, portanto: “Esta questão de afastamento do objeto mnemônico é uma forma de o cérebro compreender, em suas minúcias, o que de fato ocorreu; os elementos tangíveis e inatingíveis envolvidos”. Daí a importância, conforme já mencionado, da perlaboração que favorece a ressignificação dos acontecimentos de forma que acioná-los provoque a “[...] pacificação no ponto em que incide o sofrimento” (Martinelli Filho, 2022a, p. 50).

Helena precisava pacificar o que lhe causava sofrimento. Precisaria, então, apagar, esquecer as memórias que insistiam em voltar inesperadamente, mas não se concretizavam como registro do vivido, enfim, elaborado? Assman (2011, p. 266-267) destaca que “Aquilo que se registra como recordação e como trauma no corpo se entalha de maneira permanente, ainda que possa ser encoberto, como um palimpsesto do espírito humano”. Contribuindo com esses argumentos, Salgueiro (2023, p. 79) afiança: “Sendo um passado que não passa, o trauma é, no entanto, *atualizado* cada vez que, pela memória, vem à tona. Os traços nebulosos e lacunares do trauma ganham guarida no movimento de rememoração, também pleno de rasuras e incompletudes”. Uma vez rememorado, o trauma “[...] se faz via linguagem, que tenta entender aquilo que, repetidamente repele”.

O exposto, acerca da impossibilidade de controle da memória, encontra sua representatividade nas reflexões de Helena que tinha todas as suas recordações atreladas à história de seu país, uma vez que não podia controlar a memória, nem tampouco selecionar o que se desejava lembrar ou esquecer. “Lembrança não tem jeito. Teoricamente, a gente pode dar corte, interromper, desviar. Só que na prática, não se manda na memória, ela é que manda na gente. Insiste em vir como quer e quando quer. Ou some e se esconde, por mais que se puxe” (Machado, 2012, p. 273). À vista disso, as violências sofridas surgem a qualquer momento, levando à rememoração do vivido, ao acesso de “[...] uma memória de um passado que não passa” (Seligmann-Silva, 2008, p. 69), ou seja, no ato de testemunhar, “[...] o tempo passado é tempo presente”.

A memória autônoma, que por vezes nos coloca em situações de sofrimento por trazer à tona fatos que desejamos apagar, tem, por outro lado, uma função primordial à continuidade de nossas projeções futuras. Delia Catullo Goldfarb, referenciada por Sérgio Rodrigues de Souza (2022, p. 36), defende que “a memória une o passado com o presente e permite que nos projetemos no futuro”. Esse movimento, segundo a autora, “une-se através do desejo que é como o fio que une as contas de um colar, que se não estivesse ali, encadeando as lembranças, seriam contas soltas e não um colar”. É, pois, pelo exercício da memória que se pode estabelecer um diálogo entre o testemunho e a imaginação. Nossa recordação se mantém unida ao passado por raízes profundas, afiança Ricoeur. Se, “uma vez realizada, ela não sofresse os efeitos de sua virtualidade original, se não fosse, ao mesmo tempo, apenas um estado presente, algo que contrasta com o presente, nunca a reconheceríamos como uma lembrança” (Ricoeur, 2007, p. 441).

Acerca dessa questão, Vecchi e Di Eugenio (2020, p. 3) salientam que o tema da memória em *Tropical sol da liberdade* se articula em torno da reflexão sobre a memória vivida e as vivências, por um lado, e sobre a investigação da forma da escrita, por outro. “independentemente do gênero, todas as memórias traumáticas colocam a questão da luta contra o silêncio e contra o ‘consolo’, ou a tentação do esquecimento”. Contudo, alertam, é importante distinguir o silêncio regenerador do silêncio cúmplice, visto que, “três formas de silêncio se reforçam reciprocamente e problemáticamente: o silêncio defensivo dos autores de abusos, o silêncio sintomático das vítimas traumatizadas e o silêncio cúmplice da sociedade” (Vecchi; Di Eugenio, 2020, p. 3). Quanto a quebrar ou não o silêncio, a ação “fundamental para suportar ou dificultar o esforço (e a dor) de lembrar das vítimas”, vai depender da predisposição e da vontade da sociedade, salientam os pesquisadores. *Tropical sol da liberdade* contribui com o rompimento desse silêncio “cúmplice da sociedade”, que alimenta o negacionismo. O desejo/necessidade da personagem de produzir uma peça teatral sobre o exílio, configura-se como uma predisposição a quebrar esse silêncio e dar visibilidade aos “rastros de violência” deixado pelos militares, o que equivale, também, à vontade de resistência que compreendemos como luta pelo não esquecimento. Daí a importância de se dar atenção e estimular iniciativas que resgatem a memória, particularmente “as memórias soterradas pelo fantasma do trauma”. É imprescindível, portanto, “cuidar,

para que os elementos deste ‘indizível monstruoso’ não retornem, embora estejam aí, perigosamente, a mancheias...” (Salgueiro, 2023, p. 85).

O silêncio do atual Governo da República, sobre a comemoração dos 60 anos do golpe, serve-nos como sinal. A propósito desse episódio, no Festival Literário de Petrópolis (2024), Ana Maria Machado destacou que é inadmissível atentar contra a memória, “a coisa que mais nos faz quem somos. A gente é o que lembra que era antes, há cinco minutos ou quando era criança. Atentar contra a memória é a repressão máxima”. E é um absurdo, “isso vir de onde a gente menos esperava”<sup>35</sup>. O silenciamento que impera sinaliza o perigo que nos cerca, pois “Quando acompanhamos a forma com a qual o Estado procede quanto aos crimes políticos dos militares, confirma-se o *impedimento* sistemático – ou mesmo a manipulação – do acesso à memória” (Martinelli Filho, 2022a, p. 93).

Para Helena, o compromisso em contar os fatos era uma questão fundamental. Por meio de seu fazer literário tencionava romper com um silêncio “cúmplice da sociedade”, que alimenta o negacionismo por parte de uma parcela da sociedade que, por vezes e por razões diversas, desejaram/desejam o apagamento de qualquer vestígio da ditadura. A supressão dessas marcas tem origem em interesses ideológicos, uma vez que “É com interesses ideológicos, sabemos, que os militares se empenharam em eliminar os rastros de violência dos governos de 1964 a 1985, assim como permanecem negando a gravidade dos atos cometidos, a despeito dos vestígios coletados desde então” (Martinelli Filho, 2022a, p. 03). O perigo que nos ronda tem se mostrado de diversas formas, como o que aconteceu, recentemente, no Brasil, uma apologia ao retorno do regime ditatorial, por parte de diversas pessoas que se sentiram encorajadas, talvez pela postura do então chefe do governo, a levantar bandeira contra a democracia. Para evitar que isso aconteça, Salgueiro (2023, p. 85) aposta em “uma educação radical e maciçamente voltada para a autonomia e o esclarecimento, contra a coisificação do pensamento e a banalização da violência”.

Quando a sociedade tem dificuldade de elaborar os efeitos de um trauma e decide tentar apagar da memória os acontecimentos traumáticos, elenca Kehl (2010, p. 126),

---

<sup>35</sup> Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/matheus-leitao/frase-do-dia-2242>. Acesso em: 14 jun. 2024.

“esse simulacro de recalque coletivo tende a produzir repetições sinistras”. Não existe mais nefasta reação frente a um sintoma social do que “a política do silêncio e do esquecimento, que empurra para fora dos limites da simbolização as piores passagens da história de uma sociedade” (Kehl, 2010, p. 126). Logo, se o trauma, definido como “real não simbolizado, produz efeitos sintomáticos de repetição, as tentativas de esquecer os eventos traumáticos coletivos resultam em sintoma social” (Kehl, 2010, p. 126).

A literatura de Ana Maria Machado contribui com o enfrentamento do perigo que ameaça nosso país, quando se propõe a esclarecer como foi viver sob o jugo de ditadores. Para que esse perigo não se repita é importante “contrapor-se ao poder cego de todos os coletivos, fortalecendo a resistência frente aos mesmos por meio do esclarecimento do problema da coletivização” (Adorno, 2024, p. 137). Uma educação que invista na leitura, favorecendo, entre outras estratégias, o acesso de textos literários que abordam essas questões é fundamental para se evitar essa banalização, salienta Adorno. Quando se trata de violência, “os modos como reagimos a imagens artísticas de destruição interferem, com mediações que não necessariamente controlamos, em opiniões e posições a respeito de questões sociais e históricas” (Ginzburg, 2017, p. 40). Daí a importância da literatura, entre outros aspectos, no enfrentamento do negacionismo que permeia nossa vida.

A luta pelo não esquecimento precisa ser uma ação diária, por parte de todos que batalham pela transformação, de fato, de nossa sociedade. Ela deve ser um pressuposto da vida em sociedade. Nesse sentido, “tanto o escritor quanto o crítico literário e o leitor em geral ainda estão em condições de lutar contra a corrente, interromper o fluxo da barbárie, ‘escovar a história a contrapelo’” (Dadalto; Padilha, 2020, p. 275). É possível, ainda, “interpretar os sinais dos tempos e impedir o avanço do fascismo” (Dadalto; Padilha, 2020, p. 275). Essa possibilidade perpassa pelo despertar para uma consciência que permita a contraposição a “uma tal ausência de consciência” (Adorno, 2024, p. 132). Precisa-se “evitar que as pessoas golpeiem para todos os lados sem refletir a respeito de si próprias. A educação tem sentido unicamente como educação dirigida a uma autorreflexão crítica”, realça o sociólogo.

A literatura, nesse sentido, entre outras expressões artísticas, é uma grande aliada à medida que favorece o acesso à memória e à reflexão. No tocante ao esquecimento,

Ricoeur (2007, p. 454) e Godoy (2014, p. 25) sustentam, respectivamente, que “[...] o esquecimento de impressões e de acontecimentos vivenciados [...] e o esquecimento de projetos, que equivale à omissão, à negligência seletiva, revelam um lado ardiloso do inconsciente colocado em postura defensiva”. Trata-se de um “antigo remédio contra realidades desagradáveis, pode ser produto da irreflexão, da vergonha, da covardia ou do desejo de impunidade”. Em todos os casos, acrescenta Godoy (2014, p. 25), “há uma renúncia da convivência com o eu, da consciência de si mesmo e, sem o pensar, não há julgamento. Assim também funciona a lembrança na vida pública”.

De acordo com as assertivas do repórter, os indivíduos lembram aquilo que querem exaltar, como episódios ou pessoas cuja emulação pensa ser importante para a constituição dos valores de uma sociedade. Contudo, deve-se lembrar também para criticar e corrigir, acrescenta. “Só a lembrança fará com que a sociedade seja capaz de viver consigo mesma. É ela e não o olvido o instrumento mais eficaz de pacificação e cura de uma nação dividida – a anistia perdoa o criminoso e não o crime e mesmo ela não faz desaparecer a culpa moral, apenas a legal” (Godoy, 2014, p. 25).

A memória “procura sempre apaziguar os conflitos, fechar as feridas, restaurar as ruínas, silenciar as dores” (Seligmann-Silva, 2013, p. 131-132). Nessa perspectiva, o exercício de rememorar os acontecimentos favorece à personagem a reconstrução de sua história, devido ao compromisso da memória com “a subjetividade, com a construção de uma história pessoal que precisa encontrar saídas viáveis, até mesmo do ponto de vista psíquico, para reconstituir uma vida, um futuro, e isso por mais que ela conte das dores e das feridas” (Seligmann-Silva, 2013, p.131-132). Por conseguinte, suas recordações foram fundamentais para enfrentar o desafio de lembrar de esquecer e esquecer de lembrar, a fim de edificar, segura e serenamente, o porvir.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tão simples, tão fácil, o coração continua, cutum-cutum - cutum-cutum, é só a gente ver onde pisa, cutum -cutum - cutum-cutum, e saber aonde quer chegar (Machado, 2012, p. 370).

Foi recordando a fala do avô, quando na infância precisou atravessar uma pinguela para continuar o passeio com ele, que Helena “Deu as costas para casa, sólida e ensolarada. Pendurou a sacola no ombro e, mancando ligeiramente, caminhou em direção ao automóvel que a levaria para o aeroporto” (Machado, 2012, p. 370). Muito do que viveu na infância, na adolescência e na juventude ficou tatuado em sua pele. Não diferente foi a sua travessia, sempre tendo que passar por “pinguelas”, atentar-se onde pisava para chegar onde desejava. O desequilíbrio nessa travessia era inevitável e, por vezes, provocava quedas. Mas, era preciso se levantar e continuar a caminhada, mesmo com a insegurança natural de quem anda por estradas tortuosas. O que se reservava depois de cada curva era o incógnito, o imprevisível.

A ida da personagem ao aeroporto sinaliza que ela conseguiu se levantar das quedas sofridas, elaborar, parcialmente, a sua história e seguir rumo à “pinguela” que a levaria de volta ao lar e, quem sabe, à reconstrução de sua vida. Assim ela foi, dando as costas à casa e aos acontecimentos do passado sombrio que puderam ser ressignificados, pois como alude os movimentos de seus passos, ainda mancando, nem tudo ficou para trás. Muito ainda precisava/precisa ser dito, como reconhece Dadalto (2023, p. 316): “falta muito para a elaboração do passado”, tanto na ficção como na realidade de nosso país. A imagem que suscita o movimento da personagem até o carro, capengando, remete ao que necessita ser vencido: vozes silenciadas, justiças estagnadas e feridas abertas.

A partida de Helena se assemelha à sua ida para a cozinha com a mãe, repetindo a trajetória de “outras fêmeas humanas pelos séculos afora. [...] não para [...] afogar coisas não ditas, nem temperar com emoções guardadas o alimento da cria ou do guerreiro” (Machado, 2012, p. 21). Com ela seguiam, na “melhor tradição feminina”, os silêncios escolhidos, catados das impurezas como grãos de feijão, [...], para serem armazenadas, sempre à mão, na farta dispensa ou cuidadosamente congelados para uso futuro” (Machado, 2012, p. 21).

Dos silêncios armazenados muitos foram rompidos, ecoando vozes dos interstícios da narrativa, respondendo aos questionamentos que mobilizaram esta escritura. Ou seja, a obra de Ana Maria Machado, notoriamente, insere-se no rol das narrativas de testemunho e dá a ver o papel social da mulher, as violências as quais estiveram e estão sujeitas, para além do limite temporal que delimita o período ditatorial brasileiro. Isso porque, toda e qualquer violência e discriminação sofrida nesse contexto nada mais foi do que a reiteração contínua de seu “destino de mulher” (Lispector, 1993, p. 30), que precisa alimentar rotineiramente “a gana de nascer de novo para começar outro ciclo” (Machado, 2012, p. 19).

*Tropical sol da liberdade* aproxima os interlocutores dos tempos da ditadura, das questões do exílio e do sujeito feminino em suas mais diversas figurações. Ademais, sua importância literária se revela pelo compromisso de levar adiante o bastão do “não esquecer de lembrar”, ao mesmo tempo que contribui com a reflexão acerca da importância do esquecimento. Ainda como chave para se pensar a ética histórica, política e em termos de estruturação psíquica, a narrativa que segue um fluxo descontínuo, devido sua construção atrelada às lembranças de Helena, atribui ao testemunho um caráter terapêutico. Isso se dá à medida que a personagem expõe a importância de, por meio da escrita, resolver seus conflitos interiores e tomar posse desse bastão para dar testemunho sobre sua experiência, cumprindo, entre outros papéis, o de fomentar discussões acerca da ditadura.

Falar da ditadura não se trata de abordar um acontecimento isolado na história do mundo, conforme Dadalto (2023) acentua. Ela está relacionada “à barbárie que assola o mundo moderno, ordenado pela razão instrumental”. O pesquisador acrescenta que “O autoritarismo brasileiro manifesta a antiga cadeia de catástrofes – mal dissimulada pela ideia de progresso – que assume formas distintas em diferentes contextos históricos e que atingiu o terror máximo no Holocausto” (Dadalto, 2023, p. 324). Esse momento histórico ganha um formato diferente na obra, à medida que é ficcionalizado e se une a outros cenários que a compõem. No entrelaçamento dos diálogos que se estabelecem no campo narrativo, especialmente entre Helena e sua mãe, ecoam, entre outras vozes, aquelas que discorrem sobre a tortura, o trauma, a memória, a ficção, a realidade e a política do silêncio e do esquecimento. Especialmente, tudo o que foi vivido e silenciado na ditadura, no exílio e em demais situações de violações

dos direitos humanos, e que não pode ser traduzido, encontrou, na literatura de Ana Maria Machado, “uma possibilidade de expressão: a linguagem” (Silva, 2017, p. 242).

Esse era o desejo da personagem principal. Por isso, as constantes reflexões sobre o que e como produzir seu depoimento. Muita gente que estava “no olho do redemoinho, no vértice do furacão” (Machado, 2012, p. 35) já estava contando. A cogitação de Helena acerca da possibilidade de “fazer uma reportagem [...]. Uma coleção de testemunhos desse tempo. Um mapa de trajetórias diferentes, fazer um trabalho de fôlego, em livro mesmo” (Machado, 2012, p. 35) fomenta uma discussão com Honório. Para ele, isso não passava de um “livro fingindo que é jornal” (Machado, 2012, p. 35-36), ou seja, “a maior ficção do século XX” (Machado, 2012, p. 36). Nas reflexões sobre o que escrever, reportagem ou ficção, Helena

[...] sentia também que ficção não tinha nada a ver com isso, podia ser uma coisa inventada ou acontecida, não estava aí a diferença, apesar do parentesco etimológico com a palavra *fingimento*. Onde estaria? Talvez na gana de botar para fora alguma coisa, de traduzir com palavras o olho do furacão íntimo de quem escreve, de permitir que a linguagem fosse mais importante que os fatos do enredo. Devia ser isso. Por aí... Como se fosse uma doença, uma forma obsessiva de ficar revirando as palavras sob todas as luzes, em todas as transparências e sombras, sob todas as lentes e espelhos, deformando, invertendo, faiscando, reverberando...” (Machado, 2012, p. 36).

A personagem precisava de uma linguagem que desse conta de escoar todas as impurezas guardadas em sua memória, até só sobrar, daquela tumoração, o sangue imaculado. Enquanto as palavras não vinham e a fileira de vidrinhos de remédio a esperava junto ao café, ela decide pelo retorno ao lar. “Para sua casa. Para cair no seu canto quando voltasse a perder o equilíbrio, perto do clínico que prometera acompanhá-la. E perto de Alonso, se ele se dispusesse a isso. Ou sem ele, se fosse o caso” (Machado, 2012, p. 370). Então, arrumou os papéis no fundo de uma sacola, ajeitou por cima as poucas roupas e estava pronta, ainda que seus cabelos estivessem cobertos por ciscos e por “florezinhas miúdas e brancas” (Machado, 2012, p. 369), que a amendoeira se limitou a despetalar em seu colo.

Impossível saber se isso foi uma resposta da árvore ou um fenômeno natural, em razão da brisa fraca. Ela havia se oferecido em sacrifício por um sinal – “Uma folha velha que despencasse, um galho que estalasse, um ramo que se partisse em cima dela”. Mas, em seu colo, caíram as flores da amendoeira, registro simbólico de que estava chegando o tempo das mudanças. O frio do inverno daria lugar às belezas da

primavera. Tempo de mudança, de renovação, de se preparar para os frutos vindouros. Sob as asas da sempre vigilante amendoeira, como que abastecida por sua seiva redentora, Helena recompôs suas forças e se dispôs a frutificar. Embora de tempo em tempo, o frio de seus invernos interiores ainda fosse cortante, parecesse morta, esquecida e inútil como a amendoeira na internada, ela começaria um novo ciclo.

A amendoeira, cuja floração ocorre bem cedo na primavera, “é o signo do renascimento da natureza e de uma vigilância atenta aos primeiros sinais daquela estação. Igualmente, é símbolo de fragilidade, pois suas flores, as primeiras que se abrem, são as mais sensíveis às últimas geadas...” (Chevalier; Gheerbrant, 2015, p. 45). Associando essa simbologia ao desfecho da narrativa, assim como a árvore, Helena, vigilante aos primeiros sinais do momento, ainda em sua gélida estação, frágil como as flores da árvore, sensível às últimas geadas, antecipa-se à chegada da primavera e se vai. Mesmo “com uns sujinhos, cisco de alguma coisa [...]” (Machado, 2012, p. 370) no cabelo. Isso não era problema para ela, Amália não precisava escová-los. Podia deixar, “a *mulher* respondeu, num meio sorriso: [...] por dentro também está[va]” (Machado, 2012, p. 370). Como os ciscos no cabelo, a neve da rigorosa geada pela qual passou, ainda levaria um tempo para, em fluido, verter-se. Mesmo vulnerável, como simboliza “sua cabeça cheia de flor de amendoeira” (Machado, 2012, p. 370), renasceria mais forte.

A partida da jornalista ceta o desfecho da narrativa. No entanto, deixa brechas para que o leitor, pela simbologia da expressão “mulher”, usada pelo narrador no antepenúltimo parágrafo da obra, possa, quem sabe, associar a personagem a “outras fêmeas humanas” que, pelos séculos afora, seguem vigilantes, à espreita dos tempos de trocar as lágrimas pelo riso, o silêncio pelo canto, a dor pelas palavras. Transformando-se para prosseguirem, mesmo capengas, com o olho do furacão íntimo em ebulição, enfrentam o ímpeto de, como a árvore, vestirem-se com outra pele e recomeçar.

Como escreveu Cora Coralina (2006, p. 25), “Alguém deve rever, escrever e assinar os autos do Passado antes que o Tempo passe tudo a raso”. Isso fez Ana Maria Machado, ao escrever seu romance. Por essa feitura batalhou sua personagem Helena que, em saga por tal feito, abriu possibilidades para que os rastros deixados

pela ditadura fossem desvelados. No descortinar de suas memórias, deu-se a ver, simbolicamente, entre outros aspectos, o sofrimento de homens e mulheres de todos os cantos, sem encantos; de vozes silenciadas; de risos ausentes e de dores escrevíveis<sup>36</sup>.

---

<sup>36</sup> Expressão derivada do termo “escrevivência”, cunhado pela escritora Conceição Evaristo. De acordo com a escritora, em sua concepção inicial, a escrevivência se realiza como um ato de escrita das mulheres negras, como uma ação que pretende borrar, desfazer uma imagem do passado, em que o corpo-voz de mulheres negras escravizadas tinha sua potência de emissão também sob o controle dos escravocratas, homens, mulheres e até crianças. E se ontem nem a voz pertencia às mulheres escravizadas, hoje a letra, a escrita, nos pertencem também. Pertencem, pois nos apropriamos desses signos gráficos, do valor da escrita, sem esquecer a pujança da oralidade de nossas e de nossos ancestrais. Potência de voz, de criação, de engenhosidade que a casa-grande soube escravizar para o deleite de seus filhos. E se a voz de nossos ancestrais tinha rumos e funções demarcadas pela casa-grande, a nossa escrita não. Por isso, afirmo: ‘a nossa escrevivência não é para adormecer os da casa-grande, e sim acordá-los de seus sonos injustos’ (Evaristo, 2020, p. 30).

## REFERÊNCIAS

- ABRÃO, Paulo. Prefácio. In: Psicanalítica, Sigmund Freud Associação; Comissão de Anistia. Clínicas do Testemunho: Reparação psíquica e construção de memória. **Porto Alegre**, 2014. Disponível em: [https://www.gov.br/mj/pt-br/central-de-conteudo\\_legado1/anistia/anexos/livro-clinicas-do-testemunho.pdf](https://www.gov.br/mj/pt-br/central-de-conteudo_legado1/anistia/anexos/livro-clinicas-do-testemunho.pdf). Acesso em 25 jun. 2024.
- ADORNO, Theodor W. O que significa elaborar o passado. In: **Educação e emancipação**. Trad. Wolfgang Leo Maar. 7ª edição, Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 31-53, 2024.
- ADORNO, Theodor W. Educação após Auschwitz. In: **Educação e emancipação**. Trad. Wolfgang Leo Maar. 7ª edição, Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 129-149, 2024.
- ADORNO, Theodor W. Minima moralia. São Paulo: Editora Ática, 1951. Disponível em: [http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/02\\_babel/textos/adorno-minima-moralia.pdf](http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/02_babel/textos/adorno-minima-moralia.pdf). Acesso em: fev. 2024.
- ANTELME, Robert. **A espécie humana**. Tradução: Maria de Fátima Oliva do Coutto. Rio de Janeiro: Record, 2013.
- ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação**: formas e transformações da memória cultural. Tradução: Paulo Soethe. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2011.
- BAKHTIN, Mikhail Mikhailovitch. **Estética da criação verbal**. Introdução e tradução do russo Paulo Bezerra; prefácio à edição francesa Tzvetan Todorov. Coleção Biblioteca universal. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editora, 2005.
- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**: fatos e mitos. São Paulo: Círculo do Livro S.A, 1987.
- BÍBLIA. Português. Bíblia Sagrada. Tradução: Ivo Storniolo e Euclides Martins Balancin. Edição Pastoral. **São Paulo: Editora Paulus**, 1991.
- BLANCHOT, Maurice. **O espaço literário**. Tradução: Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.
- BONDÍA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. Revista Brasileira de Educação. [online]. 2002, n.19, pp. 20-28. ISSN 1413-2478. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/ycc5QDzZKcYVspZVDxC/?lang=pt>. Acesso em: 21 set. 2024.
- BORGES, Carla; MERLINO, Tatiana (orgs). Heroínas desta História: mulheres em busca de justiça por familiares mortos pela ditadura, 2020. Editora Autêntica. Disponível em: <https://grupoautentica.com.br/download/extras/Heroinas-destahistoria.pdf>. Acesso 7 nov. 2023.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução: Maria Helena Kühner. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BRAZ, Cleidson Frisso. Memória e testemunho: do que é por que riem as presas torturadas pela ditadura militar no romance *O corpo interminável*, de Claudia Lage. **Cadernos do IL**, n. 64, p. 37-58, 2022. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/article/download>. PDF. Acesso em: 4 maio 2023.

BRECHT, Bertolt. **Do guia para os habitantes das cidades**: poemas e comentários. Tradução de Tércio Redondo (org.). Fundação Rosa Luxemburgo. 2017. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5835829/mod>. Acesso em: 25 abr. 2023.

BUARQUE, Chico; GUERRA, Ruy. Tatuagem. 1972. Disponível em: <http://www.chicobuarque.com.br>. Acesso em: 24 mar. 2022.

CABRAL, Gabriel. História de tortura é lembrada em lançamento de livro sobre Frei Tito. Portal da Alesp. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=356435&text=A%20Comiss%C3%A3o%20da%20Verdade%20Rubens,na%20Fran%C3%A7a%20onde%20cometeu%20suic%C3%ADdio>. Acesso em: maio 2024.

CAMUS, Albert. **O mito de Sísifo**. Tradução: Ari Roitman e Paulina Watch. 4ª ed. Rio de Janeiro: BestBolso, 2014.

CARGNELUTTI, Camila Marchesan. Opressão política e políticas da opressão: gênero, história e memória em *Tropical sol da liberdade*. 2015. 200 f. Dissertação (Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Letras, Área de Estudos Literários). Universidade Federal de Santa Maria, RS. 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/9946>. Acesso em: 14 jul. 2022.

CARNEIRO, Ana; CIOCCARI, Marta. **Retrato da Repressão Política no Campo Brasil 1962-1985 Camponeses torturados, mortos e desaparecidos**. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), 2011. *E-book* (360 p.). ISBN 978-85-60548-85-9. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/67729>. Acesso em: 4 jun. 2024.

CASALI, Cláudio Tavares. **Anos de chumbo contra chumbo**. 1ª ed. Rio de Janeiro. 2019. *E-book* (122 p.). ISBN 978-65-900769-1-5 (broch.). Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/473125117/Anos-de-chumbo-contra-chumbo-ebook-1-pdf>. Acesso em: 17 ago. 2024.

CASSEL, Guilherme; VANNUCCHI, Paulo. Apresentação. In: CARNEIRO, Ana. CIOCCARI, Marta. **Retrato da Repressão Política no Campo Brasil 1962-1985 camponeses torturados, mortos e desaparecidos**. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Brasília, 2ª ed. 2011. *E-book* (360 p.). ISBN 978-85-60548-85-9. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/67729>. Acesso em: 4 jun. 2024.

CHEVALIER, Jean, GHEERBRANT, Alain. **Dicionário de símbolos**: mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números. Rio de Janeiro: José Olympio, 2015.

CONDE, Ana Flávia Cícero. **A compulsão à repetição e o mito de Sísifo**: reflexões a partir da teoria psicanalítica. Paranavaí: EduFatecie, 2019. Disponível em: <https://>

edufatecie.unifatecie.edu.br/index.php/edufatecie/catalog/view/8/59/339-2. Acesso em: 19 out. 2024.

CONTE, Bárbara de Sousa. Apresentação. In: PSICANALÍTICA, SIGMUND FREUD ASSOCIAÇÃO; COMISSÃO, DE ANISTIA. **Clínicas do Testemunho**: Reparação psíquica e construção de memória. Porto Alegre, 2014. Disponível em: [https://www.gov.br/mj/pt-br/central-de-conteudo\\_legado1/anistia/anexos/livro-clinicas-do-testemunho.pdf](https://www.gov.br/mj/pt-br/central-de-conteudo_legado1/anistia/anexos/livro-clinicas-do-testemunho.pdf). Acesso em: 25 jun. 2024.

CORALINA, Cora. **Melhores poemas**. Seleção e apresentação: Darcy França Denófrío. 3. ed. rev. e ampliada - São Paulo: Global, 2008.

CORALINA, Cora. **Poemas dos becos de Goiás e estórias mais**. 23ª ed. - São Paulo: Global, 2006.

COSTA, Albertina de Oliveira et al. **Memória das mulheres do exílio**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/tematica/livros/diversos/exilio02.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2021.

DADALTO, Weverson. Violência e autoritarismo na literatura testemunhal de Bernardo Kucinski. 2023. 341 f. Tese (Doutorado em Estudos Literários). Universidade Federal do Espírito Santo. Disponível em: <https://repositorio.ifes.edu.br/handle/123456789/3677>. Acesso em: 7 set. 2024.

DADALTO, Weverson; PADILHA [Trefzger], Fabíola Simão. A permanência do passado e o silenciamento das vítimas do autoritarismo em *A nova ordem*, de Bernardo Kucinski. **Miscelânea**, Assis, v. 28, p. 257-77, jul./dez. 2020. Disponível em: <https://is.gd/2iD2fM>. Acesso em: 11 set. 2024.

DALCASTAGNÈ, Regina. **O espaço da dor**: o regime de 64 no romance brasileiro. Brasília: Editora UnB, 1996. Disponível em: <https://livros.unb.br/index.php/portal/catalog/view/54/233/930>. Acesso em: 27 set. 2023.

ENDO, Paulo. Pensamento como margem, lacuna e falta: memória, trauma, luto e esquecimento. **Revista USP**, n. 98, p. 41-50, 2013. Disponível em: <https://revistas.usp.br/revusp/article/view/69224>. Acesso em: 16 ago. 2024.

ESTEVÃO, Ana Maria Ramos. **Torre das Guerreiras e outras memórias**. Aller Editora, 2021.

EVARISTO, Conceição. Escrivência como fenômeno diaspórico e universal. In: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado (orgs.). **Escrivência: a escrita de nós – Reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo**. Ilustrações Goya Lopes. 1. ed. – Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.

FELMAN, Shoshana. Educação e crise, ou as vicissitudes do ensino. **Catástrofe e representação**. São Paulo: Escuta, p. 13-71, 2000.

FERRAZ, Marcelo; MARTINELLI FILHO, Nelson (orgs.). **Poesia e cárcere político**: leituras e análises. São Carlos: Pedro & João Editores, 2023. *E-Book*. ISBN 978-65-265-0511-3 (broch.). Disponível em: [https://pedrojoaoeditores.com.br/?arquivos\\_download=8427](https://pedrojoaoeditores.com.br/?arquivos_download=8427). Acesso em: 29 maio 2024.

FERRAZ [de Paula], Marcelo. (Des)Considerações sobre o testemunho na poesia lírica: uma proposta de diálogo. XVI Congresso Internacional ABRALIC. 2019. Disponível em: <https://abralic.org.br/anais-artigos/?id=932> Acesso em: 13 mar. 2024.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar escrever esquecer**. São Paulo: ed. 34, 2006.

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002a.

GASPARI, Elio. **A ditadura escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002b.

GILBERT, Martin. **A primeira guerra mundial: os 1.590 dias que transformaram o mundo**. Tradução de Francisco Paiva Boléo. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2017.

GILBERT, Martin. **A Segunda guerra mundial: os 2.174 dias que mudaram o mundo**. Tradução de Ana Luísa Faria; Miguel Serras Pereira. 1. ed. – Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2014.

GINZBURG, Jaime. Escritas da tortura. Diálogos Latinoamericanos, número 3. Universidad danistas. Dinamarca. 2001, p. 131-146. Disponível em: <https://files.wordpress.com/2010/03/escritas-da-tortura-jaime-ginzburg.pdf> Acesso em: 9 mar. 2024.

GINZBURG, Jaime. Linguagem e trauma na escrita do testemunho. In: SALGUEIRO, Wilberth Claython Ferreira (org.). **O testemunho na literatura: representações de genocídios, ditaduras e outras violências**. [recurso eletrônico]. Vitória: EDUFES, 2021. *E-book* (243 p). ISBN: 978-65-88077-18-4 (broch.). Disponível em: <https://repositorio.ufes.br/jspui/handle/10/11792>. Acesso em: 10 fev. 2023.

GINZBURG, Jaime. **Literatura, violência e melancolia** [livro eletrônico]. Campinas, SP: Autores Associados, 2017. Coleção ensaios e letras. *E-book* (p. 2 Mb; ePub) o. ISBN 978-85-7496-396-9. Disponível em: <https://play.google.com/store/books/details?id=5SlzDwAAQBAJ&rdid=book>. Acesso em: 5 jun. 2024.

GODOY, Marcelo. **A Casa da Vovó: uma biografia do DOI-CODI (1969-1991), o centro de sequestro, tortura e morte da ditadura militar: Histórias, documentos e depoimentos inéditos dos agentes do regime**. São Paulo: Alameda, 2014. Disponível em: <https://www.academia.edu/27815837/A-Casa-da-Vovo-Marcelo-Godoy>. Acesso em: 20 out. 2023.

GONÇALVES, Renata. De antigas e novas loucas: Madres e Mães de Maio contra a violência de Estado. *Lutas Sociais*, São Paulo, n. 29, p.130-143, jul./dez. 2012. Disponível em: <https://www4.pucsp.br/neils/downloads/neils-revista-29-port/renata-goncalves.pdf>. Acesso em: 6 jul. 2024.

GUIMARÃES, Maria Auxiliadora. Roda de conversa. Anistia política: memória e resistência. Parte 1. Centro MariAntonia, USP - São Paulo. 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=JzznYiKWWg8>. Acesso em 25 out. 2023.

HARTMAN, Geoffrey. Holocausto, testemunho, arte e trauma. In: NESTROVSKI, Arthur; SELIGMANN-SILVA, Márcio (orgs.). **Catástrofe e representação**. São Paulo: Escuta, p. 207-235, 2000.

JACOMEL, Mirele Carolina Werneque. Na contramão da ordem vigente: a mulher no contexto da ditadura militar em Tropical sol da liberdade, de Ana Maria Machado. 2008. f. 178. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas, Letras e Artes). Universidade Estadual de Maringá. Disponível em: <http://repositorio.uem.br:8080jsp/ui/handle/1/4167>. Acesso em: 10 fev. 2022.

JOFFILY, Olívia Rangel. **Esperança equilibrada: resistência feminina à ditadura militar no Brasil**. Editora Insular - Florianópolis, SC, 2016.

KAFKA, Franz. **O processo**. Prefácio e tradução: Torrieri Guimarães. Coleção Universidade. Editora Tecnoprint S. A. [s. d].

KEHL, Maria Rita. Prefácio. Mães coragem. In: BORGES, Carla; MERLINO, Tatiana (orgs). **Heroínas desta História: mulheres em busca de justiça por familiares mortos pela ditadura**. Instituto Vladimir Herzog. Ed. Autêntica. 2020a. Disponível em: <https://grupoautentica.com.br/download/extras/Heroinas-desta-historia.pdf>. Acesso em: 7 nov. 2023.

KEHL, Maria Rita. **Ressentimento**. 3 ed. São Paulo: Boitempo, 2020b.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução: Bernardo Leitão [et al.]. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990. (Coleção Repertórios). Disponível em: <https://www.ufrb.edu.br/ppgcom/images/Hist%C3%B3ria-e-Mem%C3%B3ria.pdf>. Acesso em: 24 maio 2024.

LE MOS, Lara de. **Inventário do medo**. Massao Ohno, 1997.

LISPECTOR, Clarice. **Laços de família: contos**. 25 ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1993.

MACHADO, Ana Maria. **Esta força estranha: trajetória de uma autora**. São Paulo. Atual, 1996.

MACHADO, Ana Maria. Nas asas da liberdade. In: MACHADO, Ana Maria. **Silenciosa algazarra: reflexões sobre livros e práticas de leitura**. Curitiba: PUC PRESS. 2. ed., p. 166-183, 2021.

MACHADO, Ana Maria. **Tropical sol da liberdade**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

MACHADO, Ana Maria. Entrevista concedida a Matheus Leitão. Rio de Janeiro. 2024. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/matheus-leitao/frase-do-dia-2242>. Acesso em: 14 jun. 2024.

MACHADO, Ana Maria. Paiol literário, 1. ed. 2007. Disponível em: <https://paiolliterario.com.br/ana-maria-machado/>. Acesso em: 12 abr. 2023.

MANGUEL, Alberto. **No bosque do espelho: ensaios sobre as palavras e o mundo**. Tradução: Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia, 2000.

MARTINELLI FILHO, Nelson. **Formas de esquecer: o estatuto da memória em contos de Bernardo Kucinski**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022a. Disponível em: <https://pedroejoaeditores.com.br/produto/formas-de-esquecer-o-estatuto-da-memoria-em-contos-de-bernardo-kucinski/>. Acesso em: 19 jul. 2024.

MARTINELLI FILHO, Nelson. Memória, esquecimento e tortura em *La Jetée* e *On Vous Parle du Brésil*, de Chris Marker, e na poesia de presos políticos no Brasil. **Letras de hoje**, v. 57, n. 1, p. e43123-e43123, 2022b. Disponível em: <https://revista.seletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/view/43123/27775>. Acesso em: 19 jul. 2024.

MARTINELLI FILHO, Nelson. Para além da escrita do trauma: testemunho e sublimação na poesia do cárcere político. **Acta Scientiarum. Language and Culture**, v. 46, n. 1, p. e 69523, 2024. Disponível em: <http://www.periodicos.uem.br/ojs>. Acesso em: 6 jun. 2024.

MARTINS, Franklin. Biografias da Resistência. Memórias da ditadura: 9 anos. 2014. Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/personagens/franklin-martins/>. Acesso em: 8 maio 2023.

MELLO, Evelyn Caroline de. Literatura e ditadura, entre a casa e a rua: ecos de resistência nos romances *O pardal é um pássaro azul* de Heloneida Studart e *Tropical sol da liberdade* de Ana Maria Machado. 2018. 202 f. Tese (Doutorado em Estudos Literários) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Araraquara – SP. 2018. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/154502>. Acesso em: 14 jul. 2022.

NAPOLITANO, Marcos. **1964**: história do regime militar brasileiro. São Paulo: Contexto, 2019.

OLIVEIRA, Maria Edna Silva Pereira. Do silêncio à narrativa: a memória em *Tropical sol da liberdade*, de Ana Maria Machado. Universidade Estadual do Piauí. 2014. Disponível em: <https://sistemas2.uespi.br/bitstream/tede/42/5/Disserta%c3%a7%c3%a0Completa>. Acesso em 14 jul. 2022.

PADILHA, Fabíola. Prefácio. In: **Formas de esquecer**: o estatuto da memória em contos de Bernardo Kucinski. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022. Disponível em: <https://pedroejoaoeditores.com.br/produto/formas-de-esquecer-o-estatuto-da-memoria-em-contos-de-bernardo-kucinski/>. Acesso em: 19 jul. 2024.

PERRONE, Cláudia; MORAES, Eureka Gallo; SIGMUND FREUD ASSOCIAÇÃO PSICANALÍTICA. Do trauma ao testemunho: caminho possível de subjetivação. **Clínicas do testemunho: Reparação psíquica e construção de memórias**, p. 31-45, 2014. Disponível em: [https://www.gov.br/mj/pt-br/central-de-conteudo\\_legado1/anistia/anexos/livro-clinicas-do-testemunho.pdf](https://www.gov.br/mj/pt-br/central-de-conteudo_legado1/anistia/anexos/livro-clinicas-do-testemunho.pdf). Acesso em 25 jun. 2024.

PINHEIRO, Alexandra Santos. *Tropical sol da liberdade*, de Ana Maria Machado: uma narrativa do tempo de exceção. **Revista de Literatura, História e Memória**, v. 18, n. 31, p. 276-289, 2022. Disponível em: <https://saber.unioeste.br/index.php/rlhm/article/view/27548>. Acesso em: 18 ago. 2024.

PRADO, Aparecida de Fátima dos Reis. Da ditadura ao exílio: identidade em *Tropical sol da liberdade*. 2018. 77 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem). Universidade Federal de Goiás – Regional [CdM1] Catalão. 2018. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/8205>. Acesso em: 26 out. 2020.

PRESTES, Anita Leocádia. O historiador perante a história oficial. **Germinal: marxismo e educação em debate**, v. 2, n. 1, p. 91-96; jan. 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/9607>. Acesso em: 31 ago. 2023.

RESENDE, Joelma de Araújo Silva; DE ALENCAR COSTA, Margareth Torres. Loreta Valadares e a violência de gênero na ditadura militar brasileira. **REVELL-REVISTA DE ESTUDOS LITERÁRIOS DA UEMS**, v. 2, n. 32, p. 181-201, 2022. Disponível em: <https://periodicosonline.uems.br/index.php/REV/article/view/7169>. Acesso em: 27 set. 2023.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução: Alain François [et al.]. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

RIDENTI, Marcelo Siqueira. As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo. **Tempo social**, v. 2, n. 2, p. 113-128, 1990. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/aQBnBNdHBv3pLJNdMWp4bL4k/?lang=pt>. Acesso em: 2 abr. 2024.

RODRIGUES, Jennifer Gabriele: Articulação de memória e história no contexto ditatorial brasileiro a partir do ponto de vista feminino em *Tropical sol da liberdade*, de Ana Maria Machado. 2018. Disponível em: <https://repositorio.uces.br/xmlui/handle/11338/4447>. Acesso em: 14 jul. 2022.

SAID, Edward. **Reflexões sobre o exílio e outros ensaios**. Tradução: Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SALGUEIRO, Wilberth. O golpe de 2016 na voz e nos versos dos poetas. In:

GALVÃO, Ana Carolina; Z Aidan, Junia Claudia Santana de Matto; SALGUEIRO, Wilberth (orgs.). **Foi golpe! O Brasil de 2016 em análise**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2019. Disponível em: <https://literaturaeeducacao.ufes.br/sites/grupoliteraturaeeducacao.ufes.br/files/field/anexo/foi-golpe-versao-pdf.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2023.

SALGUEIRO, Wilberth. O que é literatura de testemunho (e considerações em torno de Graciliano Ramos, Alex Polari e André du Rap). **Matraga-Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da UERJ**, v. 19, n. 31, 2012. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/matraga/article/view/22610/16155>. Acesso em: 25 abr. 2023.

SALGUEIRO, Wilberth. **Rosa, Reinaldo, Pessoa & Outros desenredos** [recurso eletrônico]. Vitória, ES: EDUFES, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufes.br/items/df6ddb88-1109-4d57-9148>. Acesso em: 5 jun. 2024.

SALGUEIRO, Wilberth. Trauma e resistência na poesia de testemunho do Brasil contemporâneo. **MOARA-Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Letras ISSN: 0104-0944**, v. 1, n. 44, p. 120-139, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/moara/article/view/3432/3766>. Acesso em: 21 maio 2024.

SANTIAGO, Silvano. **Nas malhas das letras: ensaios**. Rio de Janeiro: Rocco, 2002.

SCHMIDT, Rita Terezinha. Entrevista concedida a Jaime Ginzburg, em 2 de maio de 2016. São Paulo, n. 17, p. 251-264, abr. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/teresa/article/view/123341/12454>. Acesso em: 27 set. 2023.

SELIGMANN-SILVA, Márcio (org.). **História, memória, literatura**: o testemunho na era das catástrofes. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. A história como trauma. In: NESTROVSKI, Arthur; SELIGMANN-SILVA, Márcio (orgs.). **Catástrofe e representação**. São Paulo: Escuta, 2000.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Entrevista concedida a Márcia Angelita Tiburi. TRAMA INTERDISCIPLINAR - v. 2 - n. 1 - 2011. Disponível em: <https://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/tint/article/view/3963/3150>. Acesso em: 1 jul. 2024.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Narrar o trauma: a questão dos testemunhos de catástrofes históricas. **Psicologia clínica**, v. 20, p. 65-82, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pc/a/5SBM8yKJG5TxK56Zv7FgDXS/>. Acesso em 2 out. 2023.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. O local do testemunho. **Revista Tempo e Argumento**, v. 2, n. 1, p. 3- 20, 2010. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/1894>. Acesso em: 28 set. 2023.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. O testemunho como chave ética. Café Filosófico. Fundação Padre Anchieta. 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch,v.8>. Acesso em: 21 maio 2024.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Precisamos mostrar o terror que foi a ditadura: entrevista com Márcio Seligmann-Silva. Entrevista concedida a Gabriel Pochapski. São Paulo, 2022. Disponível em: <https://www.historiadaditadura.com.br/post/precisamosmostraroterrorquefoiaditaduraentrevistacommarcioseligmann-silva>. Acesso em: 02 mar. 2023.

SILVA, Claudiomiro Vieira da. A reinvenção do passado em Tropical sol da liberdade. 2005. 160 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Literários) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná. Disponível em: <https://a.cervodigital.ufpr.br/handle/1884/4770>. Acesso em: 14 jul. 2022.

SILVA, Cinthia Mara Cecato da. Do vivido ao escrito: o testemunho de Lima Barreto em *Diário do hospício* e *O cemitério dos vivos*. 2017. Dissertação Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Vitória, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufes.br/items/27493e5c-1ac6-48d6-a149-19fb8d8f781f>. Acesso em: 30 maio 2024.

SOTTILI, Rogério. Apresentação. In: BORGES, Carla; MERLINO, Tatiana (orgs). **Heroínas desta História**: mulheres em busca de justiça por familiares mortos pela ditadura, 2020. Instituto Vladimir Herzog. Ed. Autêntica. Disponível em: <https://com.br/download/extras/Heroínas-desta-histo.pdf>. Acesso em: 7 nov. 2023.

SOUZA, Sérgio Rodrigues de. **Memória e esquecimento em Nietzsche**: um estudo antropológico. Formiga (MG): Editora Uniesmero, 2022. 77 p. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/646376/4/Mem%C3%B3ria%20e%20Esquecimento%20em%20Nietzsche%20Um%20Estudo%20Antropol%C3%B3gico.pdf>. Acesso em: 5 jun. 2024.

TEGA, Danielle. Histórias impertinentes: memórias políticas de mulheres no Brasil (1978-2014). *Fronteiras*, [S. l.], v. 23, n. 42, p. 109–133, 2021. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/FRONTEIRAS/article/view/15811>. Acesso em: 14 set. 2024.

TELES, Maria Amélia de Almeida. In: BRASIL. COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE (CNV). **Relatório**. Brasília: CNV, 2014.

TELES, Maria Amélia de Almeida. Entrevista com Maria Amélia de Almeida Teles. *Revista Estudos Políticos*. Vol. 10. N. 2. São Paulo, 2015. Entrevista concedida a Cristina Buarque de Hollanda. Disponível em: [https://periodicos.uff.br/revista\\_estudo\\_s\\_politicos/article/view/43380/24657](https://periodicos.uff.br/revista_estudo_s_politicos/article/view/43380/24657). Acesso em: 27 dez. 2024.

TIERRA, Pedro. **Poemas do povo da noite**. Editorial Livramento. 1979.

UMBACH, Rosani Úrsula Ketzer; VIANNA, Vera Lucia Lenz. Memória, escrita e assimetria de poder em *Tropical sol da liberdade*, de Ana Maria Machado. *Universidade Federal de Santa Maria. Letras*, v. 20, n. 41, p. 69-83, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/12160>. Acesso em: 16 jun. 2023.

VARGAS, Andrea Quilian de. *Tropical sol da liberdade: entre o mar e as amendoeiras, resgates e rupturas através da narrativa*. 2013. 142 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Santa Maria. 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/9890>. Acesso em: 30 jun. 2022.

VARGAS, Andrea Quilian de; UMBACH, Rosani. O ressentimento dos isolados em *Tropical sol da liberdade*, de Ana Maria Machado: uma questão sensível. **Estação Literária**, v. 10, n. 2 Supl, p. 81-97, 2013. ISSN 1983-1048. Disponível em: <http://www.uel.br/pos/letras/EL/vagao/EL10B-Art6.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2023.

VECCHI, Roberto; DI EUGENIO, Alessia. A dupla cicatriz: a ditadura brasileira e a vocalização feminina da memória traumática de Ana Maria Machado. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, [S. l.], n. 60, p. 1–10, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/estudos/article/view/30811>. Acesso em: 9 out. 2023.

VIÑAR, Marcelo. **Exílio e tortura**. São Paulo: Escuta, 1992.

VIÑAR, Maren; VIÑAR, Marcelo; BLEGER, Leopoldo. Reflexões sobre uma clínica da tortura. In: VIÑAR, Maren; VIÑAR, Marcelo. **Exílio e tortura**. São Paulo: Escuta, 1992.

VIÑAR, Marcelo. Entrevista concedida a Arnaldo Franco Junior. Falar da tortura não é falar do torturado e da vítima, é falar da sociedade que é capaz de torturar. Tradução e notas: Wanderlan da Silva Alves. *Olho d'água*, São José do Rio Preto, 6(1): 1-169, 2014.

WALDMAN, Berta. Uma história concisa do Holocausto na literatura brasileira. **Arquivo Maaravi**: Revista Digital de Estudos Judaicos da UFMG, Belo Horizonte, v. 13, n. 25, p. 1-33, nov. 2019. Disponível em <https://is.gd/IFTqzZ>. Acesso em: 3 set. 2024.

ZINANI, Cecil Jeanine Albert. **História da literatura**: questões contemporâneas. Caxias do Sul, RS: Educs, 2010.